

v.2 n.2 jan/jun. 2017

ISSN 2447-9551



Revista **GT**Lex

Terminologia

Dicionário

Linguística de Corpus

Lexicologia

Pragmática

Léxico-estatística textual

Metalexicografia

Lexicografia

Terminografia

Onomástica

Taxonomia e neologia



EDUFU



Revista GTLex

Volume 2, número 2
Janeiro/Junho 2017

Expediente

Universidade Federal de Uberlândia

Reitor

Prof. Valder Steffen Jr.

Vice-Reitor

Prof. Orlando Cesar Mantese

Diretor da EDUFU

Prof. Guilherme Fromm

Diretor do Instituto de Letras e Linguística

Prof. Ariel Novodvorski

EDUFU – Editora e Livraria da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bloco 1S - Térreo - *Campus* Santa Mônica - CEP:
38.408-144 - Uberlândia - MG
Telefax: (34) 3239-4293
E-mail: vendas@edufu.ufu.br | www.edufu.ufu.br

Editoração: Guilherme Fromm

Diagramação: Guilherme Fromm

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Revista GTLex. v. 2, n. 2, 2017. Uberlândia, Universidade Federal
de Uberlândia, Instituto de Letras e Linguística, 2015-

Semestral.

Modo de acesso: <http://www.seer.ufu.br/index.php/GTLex>

Editoração: Guilherme Fromm.

ISSN: 2447-9551

1. Linguística - Periódicos. 2. Linguística aplicada - Periódicos. 3.
Lexicologia - Periódicos. 4. Terminologia - Periódicos. 5. Onomástica-
Periódicos. I. Fromm, Guilherme. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Instituto de Letras e Linguística.

CDU: 801(05)

Todos os artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à Revista, ao Instituto de Letras e Linguística, ao Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (ANPOLL) ou à Edufu.

Diretor

Guilherme Fromm (UFU)

Conselho Editorial

André Crim Valente (UERJ)

Elizabeth Aparecida Marques (UFMS)

Giselle Olivia Mantovani Dal Corno (UCS)

Maria da Graça Krieger (UNISINOS)

Maria José Bocorny Finatto (UFRGS)

Márcio Sales Santiago (UFC)

Comissão Científica

Adriana Zavaglia (USP), Adriane Orenha-Ottaiano (UNESP), Angela Maria Tenório Zucchi (USP), Anna Maria Becker Maciel (UFRGS), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Carmen Maria Faggion (UCS), Celina Márcia de Souza Abbade, (UNEB), Cleci Regina Bevilacqua (UFRGS), Claudia Zavaglia (UNESP/SJ Rio Preto), Claudio Cezar Henriques (UERJ), Eduardo Tadeu Roque Amaral (UFMG), Enilde Leite Faulstich (UnB), Ieda Maria Alves (USP), Karylleila Santos Andrade (UFT), Lêda Pires Corrêa (UFS), Lidia Almeida Barros (UNESP/ SJ Rio Preto), Marcia Sipavicius Seide (UNIOESTE), Maria Cândida Trindade Costa Seabra (UFMG), Maria Cristina Parreira da Silva (UNESP), Nelly Medeiros de Carvalho (PUC/PE), Maria Helena de Paula (UFG), Mariângela de Araújo (USP), Paola Giustina Baccin (USP), Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS), Rosemary Castañeda Zanette (UNIOESTE), Sabrina Pereira de Abreu (UFRGS), Vitalina Maria Frosi (UCS), Vitória Regina Spanghero (UFMS), Waldenor Barros Moraes Filho (UFU).

Participaram dessa edição como pareceristas *ad hoc*

Gladis Maria de Barcellos Almeida (UFSCar)

Sumário

Expediente	192
Sumário	195
Artigos.....	196
Análise de uma atividade sobre dicionário em um livro didático de língua portuguesa do 6º Ano do ensino fundamental - Hugo Leonardo Gomes dos Santos (UECE), Antônio Luciano Pontes (UERN)	196
Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia - Clese Mary Prudente (UNEB), Celina Márcia de Souza Abbade (UNEB).219	
Locuções: entre as definições de dicionários e do lexicógrafo Julio Casares Sánchez - Thyago José da Cruz (UFMS), Elizabete Aparecida Marques (UFMS).....	246
Variação de nomes gerais na constituição de expressões fixas - Eduardo Tadeu Roque Amaral (UFMG), Luanna de Sousa do Nascimento Oliveira (UFMG).....	263
Análise da distância social em verbetes de dicionários infantis ilustrados - Thaísa Maria Rocha Santos (UECE), Antônio Luciano Pontes (UNESP)	284
Terminologia e Acessibilidade: novas demandas e frentes de pesquisa - Maria José Bocorny Finatto (UFRGS), Ester Motta (UFRGS)	316

Artigos**Análise de uma atividade sobre dicionário em um livro didático de língua portuguesa do 6º Ano do ensino fundamental****Analysis of an activity about dictionary in a Portuguese textbook used in the 6th grade of elementary school**

Hugo Leonardo Gomes dos Santos*

Antônio Luciano Pontes**

RESUMO: Nossa pesquisa tem por objetivo investigar o tratamento pedagógico do dicionário em uma atividade de um livro didático de português do 6º ano do ensino fundamental, sob a ótica da Metalexigrafia. Para tanto, buscamos nossa fundamentação teórica nas reflexões sobre a importância do material didático (SOARES, 2004; LOUSADA, 2015) e em aspectos da Lexicografia (PONTES, 2008; 2009). Esta pesquisa se caracteriza como descritiva e analisa uma atividade, intitulada "Consultando o dicionário", do livro didático "Vontade de saber português" (TAVARES; CONSELVAN, 2012) voltado para o 6º ano do ensino fundamental. As questões foram analisadas a partir da seguinte categorização: (1) perguntas que abordam os aspectos relacionados às estruturas lexicográficas apontadas; (2) perguntas que abordam a funcionalidade dos dicionários; e (3) perguntas que refletem criticamente sobre as informações do dicionário. As análises apontam para uma prevalência de questões da segunda

ABSTRACT: Our research aims to investigate the pedagogical treatment of the dictionary in an activity of a Portuguese textbook used in the 6th grade of elementary school, from the perspective of Metalexigraphy. In order to do so, we seek our theoretical basis in the reflections on the importance of didactic material (SOARES, 2004; LOUSADA, 2015) and in aspects of Lexicography (PONTES, 2008; 2009). This research is characterized as descriptive and it analyses an activity, titled "Consultando o dicionário", belonging to the textbook "Vontade de saber português" (TAVARES; CONSELVAN, 2012) directed to the 6th grade of elementary school. The questions were analyzed from the following categorization: (1) questions that address the aspects related to the lexicographic structures pointed out; (2) questions that address the functionality of dictionaries; and (3) questions that critically reflect on the dictionary's information. The analyses show a prevalence of questions of the second category, that is, the activity

* Mestre em Linguística Aplicada (2016) pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

** Doutor em Letras (1996) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

categoria, isto é, a atividade aborda, em sua maior parte (56,25%), elementos sobre a funcionalidade dos dicionários. As análises ainda apontam que o livro didático instrumentaliza o aluno para os contatos iniciais com o dicionário e para a consulta.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático. Dicionário. Análise de atividade.

addresses for the most part (56.25%) aspects about the functionality of the dictionaries. The analyses still indicate that the textbook equips the student for the initial contact with the dictionary and for the consultation.

KEYWORDS: Textbook. Dictionary. Analysis of activity.

1. Introdução

O livro didático é a ferramenta pedagógica mais acessível e utilizada por professores e alunos no desenvolvimento das atividades docentes ao longo da vida escolar. O acesso a essas obras é garantido por uma política governamental de avaliação, seleção e distribuição de livros didáticos das disciplinas escolares, o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD. Esse programa é permanente e, a cada três anos, um segmento da educação básica (anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio) é contemplado pelo programa e seus livros são avaliados e distribuídos para as escolas públicas de todo o Brasil.

Ainda sobre o PNLD, existe, também, a avaliação, seleção e distribuição de outra ferramenta particularmente importante para o ensino de língua portuguesa, o dicionário. Este foi incluído no programa em 2000 e conta, até o momento, com seis edições, 2000, 2002, 2004, 2006 e 2012. Inicialmente, tratava-se da distribuição de um dicionário para cada aluno. Atualmente, o PNLD - Dicionários elabora acervos lexicográficos para distribuição para as bibliotecas escolares, cabendo aos professores desenvolver atividades com a sua utilização.

No entanto, embora esses dicionários sejam tratados como material didático pelo programa, essa concepção não está estabelecida na prática docente. Existem vários motivos para que isso aconteça, o principal, entre eles, é a falta de formação do professor de língua portuguesa no tocante à Lexicografia e ao trabalho com

dicionários. E apesar disso, os livros didáticos trazem atividades que exigem o uso de dicionários ou até atividades sobre a organização e estruturação dos dicionários. Assim, o professor acaba orientando o uso dessas obras por seus alunos de maneira intuitiva e baseada na forma como seus próprios professores o ensinaram.

Partindo desses aspectos, é importante questionar a forma como o dicionário é abordado nos livros didáticos de português, tendo em vista que esses livros são, de certa forma, a única orientação formal e teórica que o professor tem acesso para orientar seus alunos. Existem trabalhos que apontam caminhos para o uso do dicionário nas aulas de língua materna (NASCIMENTO, 2013) e estrangeira (ARAÚJO, 2007), e para a forma como as obras são utilizadas pelos alunos (BELLAY, 2010), mas nosso foco é diferente. Queremos analisar como o livro didático de português trata pedagogicamente essa ferramenta.

Tendo em vista que os livros didáticos de português apresentam atividades envolvendo o uso de dicionários e suas características e que há uma deficiência na formação dos professores de português em relação às obras lexicográficas, é importante questionar: como os livros didáticos abordam as obras lexicográficas em suas atividades? Essas atividades abordam apenas os aspectos estruturais dos dicionários ou também levam a uma reflexão sobre essas obras?

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é investigar o tratamento do dicionário em um livro didático de português do 6º ano do ensino fundamental, a partir de suas atividades, sob a ótica da Metalexigrafia. Para tanto, traçamos como objetivos específicos os seguintes tópicos: (1) analisar as atividades sobre dicionário presentes em um livro didático de português do 6º ano; e (2) discutir os aspectos da estruturação e da função dos dicionários enfocados pelas atividades analisadas.

Este trabalho está dividido em 5 seções, das quais, esta introdução é a primeira. A segunda seção, Fundamentação teórica, apresenta os aportes teóricos sobre o estudo de dicionários, a Metalexigrafia, que embasam nossas discussões. A terceira seção,

Metodologia, indica os passos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa. A quarta seção, Análises e discussões, explora os conteúdos que a atividade selecionada aborda sobre o dicionário para, em seguida, discutir como o dicionário é abordado nessa obra. Por fim, a quinta seção, Considerações, apresenta algumas implicações de nossa pesquisa. Essa seção é seguida das referências e dos anexos, em que está a atividade analisada.

2. Pressupostos teóricos

Gostaríamos de iniciar esta seção comentando o papel e a importância do livro didático para o trabalho do professor de português. O livro didático, segundo Lousada (2015), é resultado dos “conflitos entre a proposta da editora e as orientações do PNLD 2011.” Dessa forma, ainda segundo a autora, professor que vai utilizar o livro em sala precisa “reconceber as atividades do livro, lidando com as incoerências que ele apresenta, com as lógicas contraditórias que ele veicula, resolvendo-as tendo em vista o aluno e procurando transformar esse artefato [o livro] em instrumento para a sua ação” (LOUSADA, 2015, p. 80).

Já Soares (2004) faz um resgate histórico da constituição da disciplina de português, destacando, nesse percurso, como o livro didático vai ganhando importância para a atividade docente. Assim, nas décadas de 1950 e 1960, os autores dos livros passaram a assumir a responsabilidade, antes do professor, de elaborar atividades e exercícios referentes aos seus conteúdos. Isso é resultado do que a autora chamada de processo de “depreciação da função docente” (SOARES, 2004).

O aumento da quantidade de alunos com a democratização da escola trouxe a necessidade de aumentar também a quantidade de professor, o que resultou também em um processo menos seletivo de recrutamento. Então, o rebaixamento salarial e as condições precárias de trabalho, resultados dessa crescente quantidade de alunos e de professores, obrigaram “[...] os professores a buscar estratégias de facilitação de sua

atividade docente – uma delas é transferir ao livro didático a tarefa de preparar aulas e exercícios” (SOARES, 2004, p. 167).

Embora importantes para o planejamento das atividades em sala, essas obras não devem ser consideradas como adequadas para qualquer situação educativa, pois é preciso levar em conta as especificidades de cada turma e de cada escola. Dessa forma, como ressalta Lousada (2015), é importante reavaliá-las, contextualizá-las e adaptá-las. Para tanto, é necessário que o professor tenha condições de trabalho que proporcionem tempo de estudo e acesso a formação.

Em relação à formação, como ressalta Pontes (2008), um aspecto que ainda carece de atenção no âmbito da formação de professores de língua portuguesa diz respeito à Lexicografia. Nas palavras do autor, “[...] as escolas de formação de professor (Letras e Pedagogia), infelizmente, não vêm incluindo em sua grade curricular uma disciplina voltada para os estudos do léxico.” (PONTES, 2008, p. 27-28). Dessa forma, essa deficiência precisa ser superada pelo professor, buscando esse conhecimento por conta própria.

Diante de todas essas questões da relação entre professor e dicionário, é preciso compreender como o dicionário se estrutura para, dessa forma, desenvolver um bom trabalho em sala. O dicionário é uma compilação de palavras, geralmente, organizadas em ordem alfabética, para facilitar a consulta. Junto a essa organização, ele apresenta informação de ordem gramatical, semântica e pragmática sobre as palavras, respondendo a diversas necessidades dos usuários da língua.

Ainda sobre a estrutura dessas obras, Pontes (2009) afirma que há uma estrutura global, a megaestrutura, na qual se encaixam estruturas menores, a saber, a macroestrutura, a microestrutura, a medioestrutura e os textos externos. Segundo Pontes e Santos (2015, p. 130),

[a] macroestrutura é a lista de palavras que compõem o corpo do dicionário e as informações sobre elas, também chamada de

nomenclatura. A microestrutura é formada pelas informações sobre a palavra-entrada, sendo geralmente identificada com o verbete. A medioestrutura é o sistema de remissões entre os diferentes níveis estruturais do dicionário. E, por fim, os textos externos correspondem a todos os gêneros e informações externos à nomenclatura.

Sobre a microestrutura, de acordo com Pontes (2009), os paradigmas microestruturais mais comuns são: Informação fônica: diz respeito à pronúncia da palavra-entrada; Informação gramatical: diz respeito à morfossintaxe da palavra-entrada; Marca de uso: diz respeito ao contexto de utilização da entrada, podendo ser de ordem geográfica, social ou de área de conhecimento a que a entrada ou a acepção pertence; Definição: enunciado que apresenta os traços semânticos da entrada; Exemplo de uso: enunciado que mostra a palavra em uso; Colocações e fraseologias: construções sintáticas com a palavra-entrada; e Remissões: marcas que estabelecem conexões entre as informações no interior do verbete ou entre o verbete e as outras estruturas lexicográficas.

Tanto as estruturas lexicográficas quanto os paradigmas microestruturais apresentam características gerais que exigem diversas habilidades do consulente. A lista a seguir foi composta a partir de Pontes (2008), vejamos:

- a) Compreender a organização em ordem alfabética;
- b) Identificar as palavras-guia e sua função;
- c) Compreender que a obra não é isenta de ideologia;
- d) Ter ciência de que a natureza polissêmica de algumas palavras se manifesta nas diferentes acepções presentes no verbete;
- e) Compreender a regularidade da organização das informações no interior do verbete;
- f) Ter ciência das limitações contextuais do dicionário;
- g) Transformar as palavras flexionadas em sua forma neutra (lema) antes da busca; e

h) Identificar as informações gramaticais da palavra.

É possível perceber que as habilidades indicadas acima apontam tanto para as questões de organização formal do dicionário, suas funções e usos, como para a reflexão crítica sobre essas obras. Assim, essas serão nossas categorias de análise. Dividimos as questões em três categorias, a saber, (1) perguntas que abordam os aspectos relacionados às estruturas lexicográficas apontadas; (2) perguntas que abordam a funcionalidade dos dicionários; e (3) perguntas que refletem criticamente sobre as informações do dicionário. Essas categorias serão melhor exploradas na próxima seção.

3. Metodologia

Esta pesquisa pode ser caracterizada como descritiva de natureza qualitativa, tendo em vista que se propõe a investigar o tratamento pedagógico do dicionário em uma atividade de um livro didático de português. Vale ressaltar que esta pesquisa trata da forma como o dicionário é apresentado em uma atividade de um livro didático, não se tratando, portanto, de uma pesquisa de campo com alunos. Dessa forma, inicialmente abordamos a importância do livro didático na atividade docente (SOARES, 2004; LOUSADA, 2015) e a Metalexigrafia (PONTES, 2008, 2009). Em seguida, selecionamos o livro didático e a atividade a ser analisada.

O livro didático escolhido para esta pesquisa foi o “Vontade de saber português” (TAVARES; CONSELVAN, 2012). Essa obra pertence ao PNLD 2016, voltado para o segundo segmento do ensino fundamental, e é uma das coleções mais adotadas pelas escolas públicas do município de Fortaleza - CE.

A atividade selecionada, disponível nos Anexos, está situada entre as páginas 24 e 26, pertence à seção “Ampliando a linguagem” e se intitula “Consultando o dicionário”. A atividade é composta por onze questões que têm como mote inicial uma tirinha do personagem “Junim” de Ziraldo. A partir da 4ª questão, em que há uma

página do “Minidicionário Houaiss da língua portuguesa” (VILLAR; HOUAISS, 2010, p. 747), as questões passam a tratar do manuseio e das características do dicionário.

Analizamos a atividade, questão a questão, com foco nos aspectos lexicográficos abordados por cada pergunta. Por fim, discutimos os tópicos presentes nas questões para compreender se o livro aborda apenas os elementos estruturais do dicionário ou leva o aluno a refletir criticamente sobre as obras. Em nossas análises, como afirmamos anteriormente, classificamos as questões nas três categorias indicadas na fundamentação teórica.

Em relação à primeira categoria, identificamos perguntas que abordam: a presença de palavras-guia e de dedeiras; a organização das entradas em ordem alfabética; a presença de acepções diferentes de uma mesma palavra; a presença de informações referentes à pronúncia, à divisão silábica e à classe gramatical; a presença de marcas de uso; a presença de símbolos e outros recursos para marcar as diferentes informações do verbete; a presença de informações sobre a flexão das palavras; a presença de sinônimos e de antônimos; a presença de subentradas; e a presença de remissivas.

Em relação à segunda categoria, identificamos perguntas que abordam: a função de elementos destacados no primeiro critério; a função de ferramenta de auxílio à leitura; e a função de ferramenta de auxílio à produção textual.

Por fim, em relação à terceira categoria, identificamos perguntas que abordam criticamente o dicionário. Nesse sentido, as perguntas poderiam ser feitas de diversas maneiras, por exemplo, a partir da comparação entre verbetes de dicionários diferentes, levando o aluno a perceber as potencialidades e as limitações dessas obras, ou, a partir de um verbete referente a um tema polêmico ou que suscite discussão, como “mulher” e “candomblé”, levando os alunos a refletir sobre a pertinência das informações e a desenvolver seu senso crítico.

4. Resultados

A atividade em análise tem como base inicial a tirinha a seguir:

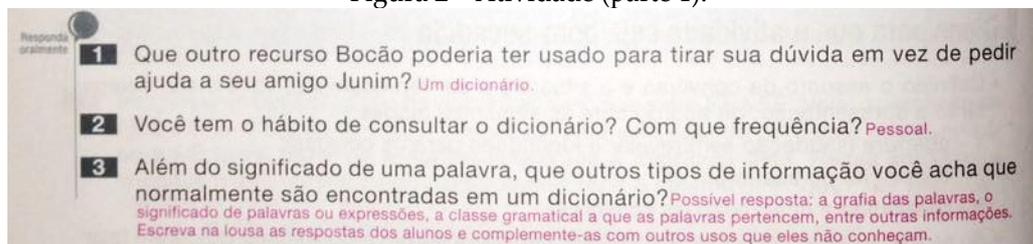
Figura 1 – Tirinha da atividade.



Fonte: Tavares e Conselvan (2012, p. 24).

As personagens Bocão e Junim estão estudando em uma biblioteca e, sobre a mesa, entre os dois, há um dicionário de capa azul. Bocão pergunta a Junim se a palavra “jeito” se escreve com “g” ou com “j”. É importante destacar também que a orientação da obra para o professor, em vermelho acima da tirinha, é de que é necessário usar um dicionário para estudar aquele conteúdo. Partiremos agora para as questões.

Figura 2 – Atividade (parte 1).



Fonte: Tavares e Conselvan (2012, p. 24).

A primeira questão indaga que outro “recurso” poderia ter sido usado por Bocão para saber a ortografia da palavra “jeito”. O esperado é que os alunos respondam que ele deveria consultar um “dicionário”. Dessa forma, a questão aborda um possível uso do dicionário, a saber, consultar a ortografia das palavras. Assim, essa questão se enquadra, de acordo com as categorias adotadas nesta pesquisa, dentre as perguntas sobre a funcionalidade do dicionário.

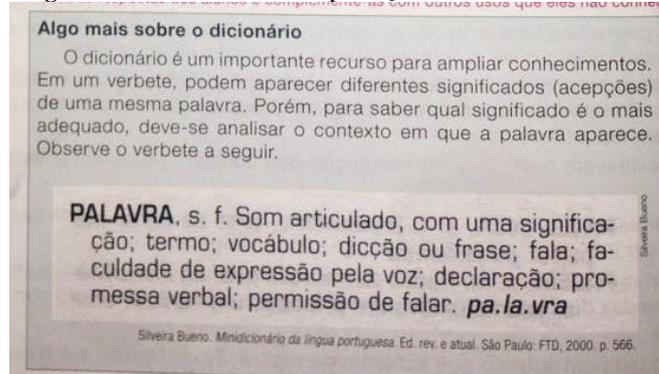
A segunda pergunta, cuja resposta é indicada como “pessoal”, indaga se o aluno costuma consultar o dicionário e a frequência com que faz isso. Essa questão não pode ser enquadrada em nenhuma de nossas categorias por não abordar nem a estruturação, nem a funcionalidade, nem a reflexão crítica sobre o dicionário. No entanto, no contexto da educação, é importante fazer o aluno refletir sobre seus hábitos e relacionar os conteúdos estudados com a sua vida.

A terceira questão indaga sobre as informações encontradas em um dicionário, levando o aluno a refletir sobre o que é possível encontrar no dicionário “além do significado de uma palavra”. Dessa forma, essa questão aborda as possíveis funções do dicionário, assim, essa questão se enquadra na segunda categoria de nossa pesquisa.

Após a terceira questão, há um quadro explicativo com informações sobre o dicionário e sobre o verbete. Nesse quadro, o aluno é advertido de que é necessário observar o contexto em que uma palavra é usada para identificar a acepção mais adequada que está expressa no verbete. Em seguida, há um exemplar de verbete

extraído do Minidicionário da língua portuguesa de Silveira Bueno referente à palavra “palavra”.

Figura 3 – Quadro com explicações sobre o dicionário.

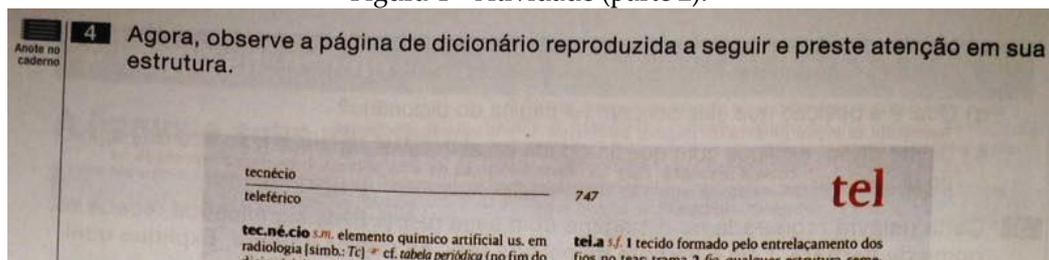


Fonte: Tavares e Conselvan (2012, p. 24).

É interessante destacar que esse quadro apresenta aspectos teóricos sobre o uso do dicionário e que o verbete “palavra” pode ser utilizado, na falta do dicionário indicado na orientação inicial da obra à atividade, para ajudar o aluno a identificar as informações que podem estar presentes no verbete. No entanto, a condução dessa análise deve ser feita pelo professor que, devido às lacunas de sua formação que apontamos anteriormente, pode não ter os conhecimentos necessários para levar o aluno a perceber as potencialidades desse tipo de obra.

Continuando a análise das questões, a 4ª questão, como afirmamos anteriormente, apresenta uma página do “Minidicionário Houaiss da língua portuguesa” (VILLAR; HOUAISS, 2010) e pede que o aluno observe a organização das informações na página do dicionário.

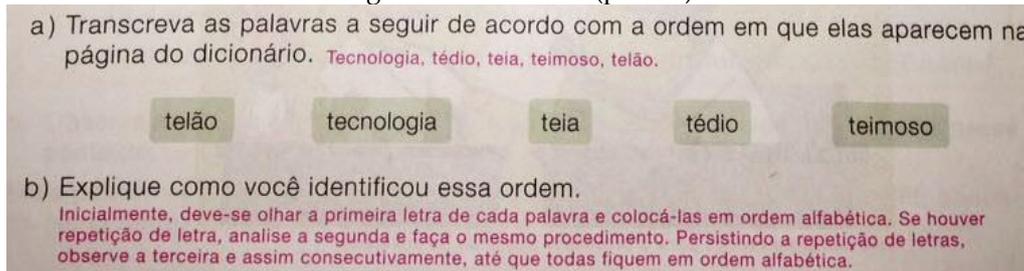
Figura 4 – Atividade (parte 2).



Fonte: Tavares e Conselvan (2012, p. 25).

Essa questão apresenta cinco itens que, como veremos, abordam aspectos particulares sobre a estrutura organizacional do dicionário. A seguir, apresentamos os itens “a” e “b” que serão tratados como uma só questão, pois o primeiro item prepara o aluno para a reflexão exigida no segundo. Vejamos:

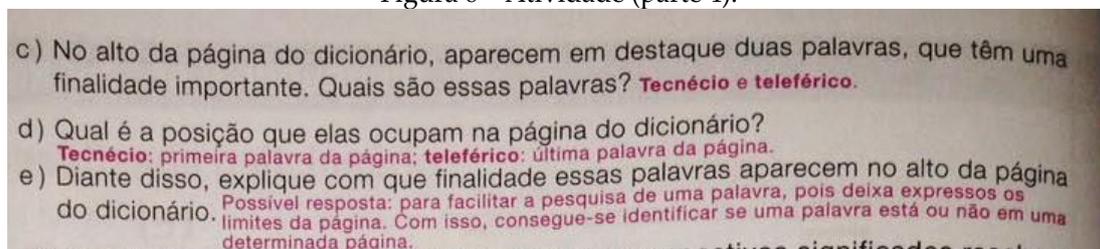
Figura 5 – Atividade (parte 3).



Fonte: Tavares e Conselvan (2012, p. 25).

O primeiro item da quarta questão pede que o aluno organize cinco palavras de acordo com a ordem de aparição na página do dicionário, isto é, o aluno precisa encontrar as palavras na página e perceber que elas foram colocadas em ordem alfabética. Já o segundo item pede que o aluno explique como se dá essa organização, que ocorre não só em relação à primeira letra, mas leva em consideração todas as letras da palavra. Portanto, esses itens, que tratam de um elemento estrutural do dicionário, enquadra-se na primeira categoria de questões de nossa pesquisa. Continuando a quarta questão, vamos para os itens “c”, “d” e “e”.

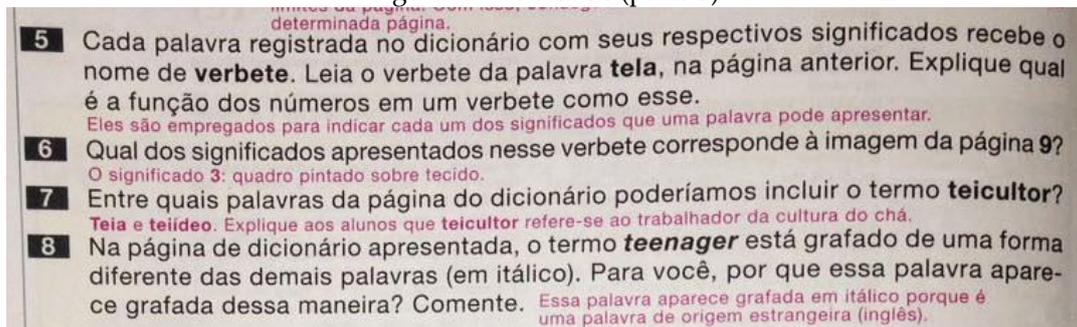
Figura 6 – Atividade (parte 4).



Fonte: Tavares e Conselvan (2012, p. 26).

Na figura acima, temos a continuação da quarta questão. O item “c” indaga quais as palavras que estão no topo da página do dicionário, “tecnécio” e “teleférico”; o item “d” pede que os alunos encontrem a posição delas na relação de palavras da página do dicionário, a primeira e a última; e o item “c” leva o aluno a refletir sobre a função dessas palavras a partir dos dados encontrados nos itens anteriores. Essas palavras são chamadas de “palavras-guia”, pois facilitam a busca indicando a abrangência de palavras da página. Assim como ocorreu com os itens “a” e “b”, os itens “c” e “d” são preparatórios para o item “e”, por isso, tratamos os três como uma única questão. Esses itens abordam um aspecto estrutural do dicionário, sendo classificados como uma questão da primeira categoria. Vamos, agora, para as questões de cinco a oito.

Figura 7 – Atividade (parte 5).



Fonte: Tavares e Conselvan (2012, p. 26).

A quinta questão pede ao aluno para ler o verbo “tela” e tentar explicar a função dos números no interior do verbo. Espera-se que os alunos compreendam que os números são usados para marcar as diferentes acepções de uma palavra. Por essa questão abordar um elemento estrutural do dicionário, é classificada como uma questão da primeira categoria.

A sexta questão pede que o aluno identifique que acepção do verbo “tela” corresponde à imagem que se encontra em uma página anterior, a tela “Almoço em La Grenouillère”, pintada por Renoir em 1881. Essa questão estimula os alunos a

diferenciar as acepções presentes no verbete, portanto, um aspecto estrutural do dicionário, sendo classificada como pertencente à primeira categoria.

A sétima questão pede para o aluno inserir a palavra “teicultor” entre as entradas adequadas, observando a ordem alfabética do dicionário. Essa questão aborda a organização da relação de palavras do dicionário, assim, pertence à primeira categoria de perguntas de nossa pesquisa.

A oitava questão pede que o aluno reflita sobre o motivo de a palavra “*teenager*” estar grafada em itálico. Assim, como a questão aborda um aspecto estrutural do dicionário, a marcação de estrangeirismo por meio do itálico, essa questão é caracterizada como pertencente à primeira categoria.

Na próxima figura temos as questões 9 e 10. Para responder essas questões, o aluno precisará de ao menos um dicionário para empreender as consultas solicitadas. É importante destacar que a nona questão apresenta cinco itens e, diferentemente do que ocorreu na quarta questão, cada item é independente, sendo tratados como questões separadas.

Figura 8 – Atividade (parte 6).

9 Leia as frases a seguir e descubra os sentidos das palavras destacadas. Para isso, use um dicionário.

a) Quando alguém diz que uma pessoa está **hesitante**, ele quer dizer que a pessoa está de que modo? *Desconfiada.*

b) Na frase “Aquele homem é **barbífero**”, qual é a característica desse homem? *Possui muita barba.*

c) Em “O jardim está **olente**”, de que modo está o jardim? *Perfumado.*

d) O que significa **azafamada**? *Apressada.*

e) Sua **sina** é estudar. O que a palavra em destaque significa? *Destino.*

10 Observe as palavras a seguir. Com o auxílio de um dicionário, verifique o sentido de cada uma delas. Em seguida, escreva qual dessas palavras completa o sentido da frase abaixo. **Abaronado**: que se tornou rico; **tamancar**: fazer ruídos com tamancos; **façalvo**: com mancha branca no focinho; **jeremiar**: choramingar; **deleite**: satisfação; **gabarola**: fanfarrão.

abaronado tamancar façalvo

jeremiar deleite gabarola

Aquele cavalo é um . *Façalvo.*

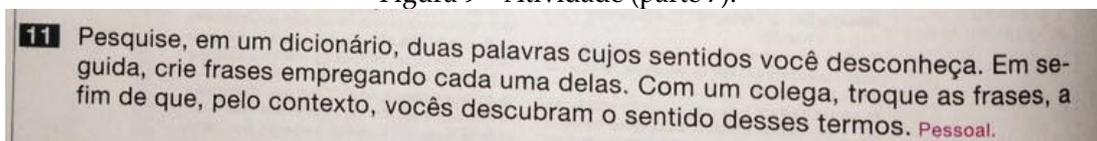
Fonte: Tavares e Conselvan (2012, p. 26).

Nos itens “a”, “b”, “c” e “e”, são apresentadas frases com algumas palavras destacadas e o aluno deve consultar o dicionário para encontrar seu significado. O item “d” apenas pergunta qual o significado de uma palavra, no entanto, para que o aluno possa realizar a consulta, ele terá que flexionar essa palavra no masculino, a forma neutra da palavra. Esse processo é chamado de Lematização (PONTES, 2008, 2009). Dessa forma, o elemento abordado nessa questão é a função de auxílio à leitura, portanto, temos cinco perguntas classificadas como pertencentes à segunda categoria.

É importante destacar que essas palavras podem não constar em qualquer dicionário, sendo necessário ao menos dois dicionários para a realização dessa atividade. Se houver dois dicionários ou mais disponíveis na escola ou levados pelos alunos, o professor pode aproveitar a oportunidade para fazer os alunos refletirem sobre as limitações dos dicionários e sobre a possível motivação dos autores para não registrar alguma das palavras presentes na questão.

Essa reflexão pode ser estendida para a décima questão que também pede para os alunos consultarem o dicionário para encontrar o significado de seis palavras. No entanto, a questão pede, em seguida, que o aluno indique qual das seis palavras pode completar a frase “Aquele cavalo é um ■”. Assim, a questão aborda o dicionário sob a ótica de ferramenta de auxílio à produção escrita, sendo classificada como pertencente à segunda categoria. Finalmente, vamos para a última questão da atividade.

Figura 9 – Atividade (parte 7).



Fonte: Tavares e Conselvan (2012, p. 26).

A última questão da atividade pede que o aluno busque no dicionário duas palavras cujos significados não conheça para formar duas frases e, em seguida, troque as frases com um colega para tentar descobrir seu significado pelo contexto. Dessa

forma, a questão explora a habilidade de consulta ao dicionário e a possibilidade de usar o dicionário como ferramenta de auxílio à produção. Dessa forma, essa questão pertence a nossa segunda categoria, perguntas sobre a função de elementos do dicionário.

Numa visão geral sobre a organização da atividade, podemos perceber que a atividade apresenta três momentos: introdução (1ª, 2ª e 3ª questões), em que o aluno é levado a refletir sobre as funções do dicionário; organização do dicionário (4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª questões), em que o aluno é apresentado a organização do dicionário e reflete sobre os motivos dessa forma de estruturação das informações; e aplicação dos conhecimentos (9ª, 10ª e 11ª questão), em que o aluno exercita as habilidades de consulta ao dicionário e tem uma noção de como essa ferramenta pode auxiliar na leitura e na escrita de textos.

Sobre as categorias de análise, apresentamos a tabela a seguir:

Tabela 1 – Resumo das análises por categoria.

Categorias	Questões	Quant. (%)
Perguntas sobre a estrutura	4ª.ab; 4ª.cde; 5ª; 6ª; 7ª; e 8ª	6 (37,5%)
Perguntas sobre a função	1ª; 3ª; 9ª.a; 9ª.b; 9ª.c; 9ª.d; 9ª.e; 10ª; e 11ª	9 (56,25%)
Perguntas de reflexão crítica	----	0 (0%)
Sem categoria	2ª	1 (6,25%)

Fonte: elaborada pelos autores.

A partir dessa análise, que corresponde ao primeiro objetivo específico, é possível perceber que o enfoque da atividade é a funcionalidade do dicionário, fazendo com que o aluno a compreenda as funções dessa ferramenta e tire um bom proveito dela. Em relação à primeira categoria, essa atividade abordou a presença de palavras-guia, a organização das entradas em ordem alfabética, a presença de acepções diferentes de uma mesma palavra e a presença de símbolos e outros recursos para marcar as diferentes informações do verbete. Em relação à segunda categoria,

identificamos perguntas que abordam a função de ferramenta de auxílio à leitura e a função de ferramenta de auxílio à produção textual.

Tendo em vista a relação de habilidades indicadas por Pontes (2008), a atividade analisada aborda os seguintes aspectos: compreender a organização em ordem alfabética; identificar as palavras-guia e sua função; ter ciência de que a natureza polissêmica de algumas palavras se manifesta nas diferentes acepções presentes no verbete; e transformar as palavras flexionadas em sua forma neutra (lema) antes da busca. Ainda seguindo a lista de Pontes (2008), a atividade não abordou as informações gramaticais presentes no verbete, a regularidade da organização de informações do verbete, as limitações contextuais da obra e as questões ideológicas do dicionário.

É interessante destacar que os elementos da estruturação e da funcionalidade do dicionário enfocados nessa atividade são bastante básicos. Os elementos encontrados buscam instrumentalizar os alunos para a busca e para o contato com o dicionário. Portanto, é possível afirmar que o livro didático de Tavares e Conselvan (2012), na atividade analisada, apresenta o dicionário como ferramenta de auxílio à leitura e à produção textual, tendo em vista a quantidade de perguntas relacionadas aos aspectos funcionais do dicionário.

No entanto, é importante também destacar dois pontos sobre a atividade que, para nós, são negativos. Primeiro, embora haja uma tirinha em seu início, a atividade apresenta o uso do dicionário de forma descontextualizada, sem estabelecer um contato com as práticas de leitura e de produção textual com as quais os alunos estão familiarizados. A tirinha de Ziraldo é usada como desculpa para falar sobre o dicionário. Reconhecemos que trabalhar a estrutura organizacional do dicionário e as habilidades básicas de consulta é de extrema importância para que o aluno consiga lidar com autonomia com o dicionário, porém, é necessário tornar essa atividade significativa e retirar o enfoque mecânico de buscar palavras para saber o significado e nada além.

As palavras selecionadas para as consultas propostas na atividade são o segundo aspecto negativo. Palavras como “barbífero”, “olente”, “azafamada”, “jeremiar” e “gabarola”, por exemplo, não tem ligação com a realidade da maioria dos alunos. Esse tópico contribui para o distanciamento da atividade da realidade dos alunos e das suas práticas de leitura e escrita. Talvez, esse aspecto pudesse ser sanado se a atividade fosse contextualizada.

Por fim, gostaríamos de lembrar as reflexões de Lousada (2015). Nenhum livro, por melhor elaborado que possa ter sido, responde a todas as necessidades dos professores e dos alunos. Dessa forma, é necessário que o professor adapte essas atividades e adeque a proposta do livro a sua realidade.

5. Considerações finais

Nesta seção, é importante lembrar os objetivos de nossa pesquisa. Inicialmente, fizemos uma análise das questões da atividade sobre dicionário presente no livro didático de “Vontade de saber português” do 6º ano do ensino fundamental (TAVARES; CONSELVAN, 2012). Nessa análise, encontramos que a atividade aborda muito mais as possíveis funções do dicionário do que seus elementos estruturais. Em seguida, discutimos os aspectos de estruturação e de função abordados pela atividade em análise.

É interessante notar que o objetivo da atividade é desenvolver as habilidades básicas de consulta que envolvem a compreensão da ordenação alfabética das palavras, a presença das palavras-guia e a diferenciação das acepções de um mesmo vocábulo. É possível que, se analisarmos a coleção inteira, os livros direcionados às séries mais avançadas abordem outras particularidades do verbete e do dicionário, chegando, possivelmente à reflexão crítica sobre essas obras de referência.

Outro ponto que precisamos destacar é o fato de essa atividade, como ressaltamos no final da seção anterior, não apresentar contextualização para a sua

realização. Já é consenso entre os estudiosos do processo docente que as atividades em sala precisam ter relação com a realidade dos alunos e apresentar um aspecto prático para que a aprendizagem ocorra de forma significativa.

O dicionário, como material didático, precisa ser incorporado às práticas cotidianas da sala de aula e não só às aulas de língua estrangeira, o dicionário, portanto, pode ser utilizado em outras disciplinas para auxiliar os alunos a compreender os textos trabalhados pelos professores e a produzir textos, elaborando melhor suas respostas, sanando dúvidas de escrita e tudo o mais que o dicionário pode oferecer.

Por fim, é importante destacar que muitas questões da atividade analisada demandam a orientação do professor. É necessário, portanto, que esse profissional tenha os conhecimentos adequados à condução dessa atividade, isto é, o professor precisa ter contado com o dicionário e ter conhecimentos teóricos sobre o assunto. Dessa forma, pode também formular suas próprias atividades, complementando e adaptando a proposta do livro didático que tem em mãos.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, E. M. V. M. **O dicionário para aprendizes em sala de aula**: uma ferramenta de ensino e aprendizagem. 2007. 233f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2007.

BELLAY, R. O uso de dicionário por alunos de escola pública no Brasil comparado ao uso de dicionário por estudantes na Espanha. **Revista FACEVV**, Vila Velha, n. 5, p. 107-117, jul./dez. 2010.

LOUSADA, E. G. Das prescrições oficiais ao livro didático: uma reflexão sobre o processo de elaboração de material didático de português. *In*: BUNZEN JÚNIOR, C dos S (org.). **Livro didático de português**: políticas, produção e ensino. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015, p. 65-81.

NASCIMENTO, F. I. **O uso do dicionário escolar de língua materna por alunos do 5º ano de uma escola pública do município de Palhano-CE**. 2013. 265f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada. Fortaleza, 2013.

PONTES, A. L. O dicionário na sala de aula: saberes e aplicações. *In: _____; COSTA, M. A. R. (orgs.). Ensino de língua materna na perspectiva do discurso: uma contribuição para o professor*. v. 2. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008, p. 27-59.

PONTES, A. L. **Dicionário para uso escolar: o que é como se lê**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

PONTES, A. L.; SANTOS, H. L. G. dos. A representação do homem e da mulher no Dicionário de usos do Português do Brasil. **Linha D'Água** (Online), São Paulo, v. 27, n. 2, p. 123-140, dez. 2014.

SOARES, M. Português na escola: história de uma disciplina curricular. *In: BAGNO, M. (org.). Lingüística da norma*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 155-178.

TAVARES, R. A.; CONSELVAN, T. B. **Vontade de saber português**, 6º Ano. São Paulo: FTD, 2012.

VILLAR, M. S.; HOUAISS, A. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Objetiva, 2010.

ANEXO A – ATIVIDADE EM ANÁLISE

Ampliando a linguagem

Consultando o dicionário

Na tirinha a seguir, o personagem Bocão ficou em dúvida sobre como escrever uma palavra e resolveu perguntar a seu colega Junim. Veja.

Peça aos alunos que utilizem um dicionário para o estudo desse conteúdo.



Junim: Como se escreve?. O Menino Maluquinho, de Ziraldo. São Paulo: Globo, 2007. p. 38.

[...]

Responda oralmente

- 1 Que outro recurso Bocão poderia ter usado para tirar sua dúvida em vez de pedir ajuda a seu amigo Junim? *Um dicionário.*
- 2 Você tem o hábito de consultar o dicionário? Com que frequência? *Pessoal.*
- 3 Além do significado de uma palavra, que outros tipos de informação você acha que normalmente são encontradas em um dicionário? *Possível resposta: a grafia das palavras, o significado de palavras ou expressões, a classe gramatical a que as palavras pertencem, entre outras informações. Escreva na lousa as respostas dos alunos e complemente-as com outros usos que eles não conheçam.*

Algo mais sobre o dicionário

O dicionário é um importante recurso para ampliar conhecimentos. Em um verbete, podem aparecer diferentes significados (acepções) de uma mesma palavra. Porém, para saber qual significado é o mais adequado, deve-se analisar o contexto em que a palavra aparece. Observe o verbete a seguir.

PALAVRA, s. f. Som articulado, com uma significação; termo; vocábulo; dicção ou frase; fala; faculdade de expressão pela voz; declaração; promessa verbal; permissão de falar. *pa.la.vra*

Silveira Bueno. Minidicionário da língua portuguesa. Ed. rev. e atual. São Paulo: FTD, 2000. p. 566.

4 Agora, observe a página de dicionário reproduzida a seguir e preste atenção em sua estrutura.

747

tel

tecnécio
teleférico

tec.né.cio *s.m.* elemento químico artificial us. em radiologia [simb.: Tc] * cf. *tabela periódica* (no fim do dicionário)

tec.ni.ca *s.f.* 1 conjunto de procedimentos ligados a uma arte ou ciência (*t. pedagógicas*) 2 *p.ext.* maneira própria de realizar uma tarefa (*uma t. especial de resolver problemas*) ~ *tecnicidade* *s.f.*

tec.ni.cis.mo *s.m.* 1 caráter, qualidade ou condição do que é técnico 2 conjunto de termos do universo da técnica ou da tecnologia (*os t. da mecânica, da informática*) 3 *p.ext.* uso excessivo desses termos na linguagem comum ~ *tecnicista* *adj. 29.s.29.*

tec.ni.co *adj.* 1 relativo a uma arte, profissão, ofício ou ciência (*parecer t.*) 2 dotado de certa técnica (*diz-se de pessoa*) (*jogador muito t.*) 3 que visa formar profissionais de nível médio (*escola t.*) ■ *s.m.* 4 perito, especialista (*o parecer de um t.*) 5 treinador esportivo ⊕ *col. equipe*

tec.ni.co.lor *v.á. adj. 29.* 1 processado esp. em cores (*diz-se de cinema ou filme*) ■ *s.m.* 2 esse processo ou esse tipo de filme

tec.no.cra.ci.a *s.f.* sistema de organização política e social baseado na supremacia dos técnicos ~ *tecnocrático* *adj.*

tec.no.cra.ta *adj. 29.s.29.* 1 adepto da tecnocracia 2 governante ou alto funcionário que busca apenas soluções técnicas ou racionais para os problemas, sem levar em conta aspectos humanos e sociais

tec.no.fo.bi.a *s.f.* aversão à tecnologia ~ *tecnofóbico* *adj.* ~ *tecnóforo* *s.m.*

tec.no.lo.gi.a *s.f.* 1 conjunto dos conhecimentos científicos, dos processos e métodos us. na criação e utilização de bens e serviços (*t. da informação*) 2 técnica ou conjunto de técnicas de um domínio particular (*as novas t. cirúrgicas*) ⊕ *t. de ponta* *loc. subst.* aquela que se utiliza de técnicas de última geração ~ *tecnológico* *adj.* ~ *tecnologista* *adj. 29.s.29.* ~ *tecnólogo* *adj. s.m.*

te.co.te.co [pl.: *teco-tecos*] *s.m.* B pequeno avião com um só motor, próprio para treinamento ou para trajetos curtos

tec.tô.ni.ca *s.f.* 1 a arte de construir edifícios 2 ramo da geologia que trata das deformações da crosta terrestre decorrentes das forças internas que sobre ela aconteceram

té.dio *s.m.* sensação de enfado, fadiga, aborrecimento ou zanga ⊕ *prazer*

te.di.o.so *v.á.* [pl.: *tediosos* *v.á.*] *adj.* que contém ou provoca tédio ⊕ *prazeroso*

teen.ager [ing., pl.: *teenagers*] *s.29.* adolescente ⊕ *pronuncia-se* *tinêidjar*

Te.flon *s.m.* nome comercial de material não aderente e resistente ao calor, us. em revestimentos, isolantes térmicos etc.

te.gu.men.to *s.m.* 1 ANAT o conjunto formado pela pele e seus anexos (pelos, cabelos, unhas e glândulas) 2 BOT estrutura que reveste e protege um órgão vegetal ou parte dele ~ *tegumentar* *adj. 29.*

te.i.a *s.f.* 1 tecido formado pelo entrelaçamento dos fios no tear; trama 2 *fig.* qualquer estrutura semelhante a essa trama (*t. de corrupção*) 3 *fig.* série, sequência de eventos (*sua vida é uma t. de alegrias*) 4 rede tecida pela aranha

tei.i.deo *s.m.* ZOO 1 espécime dos teiideos, família de lagartos que inclui o calango e o teiú, dotados de língua longa e bipartida ■ *adj.* 2 relativo a essa família de lagartos

tei.ma *s.f.* 1 repetição proposital de uma atitude, um comportamento; birra (*sua t. resultou em nada*) 2 *p.ext.* sentimento ou demonstração de aversão ou antipatia (*tem t. com o gênero*) ⊕ *simpatia*

tei.mar *v.* [mod. 1] *t.d., t.s. e int.* (prep. em) manter constância e firmeza em (postura, atitude, decisão etc.); insistir, persistir ⊕ *desistir*

tei.mo.si.a *s.f.* 1 qualidade de teimoso (*t. herdada do pai*) 2 atitude de quem insiste firmemente em algo (*sua t. em querer sempre ter razão decepcionava*)

te.l.mo.so *v.á.* [pl.: *teimosos* *v.á.*] *adj. s.m.* 1 (o) que teima; turrão, cabeçudo ■ *adj.* 2 que não desiste facilmente; obstinado ⊕ *conformado* 3 *fig.* que se prolonga (*gripe t.*) ⊕ *ligeiro*

te.i.na *s.f.* *quim.* alcaloide principal da folha do chá, análogo à cafeína

te.is.mo *s.m.* doutrina que afirma a existência de um único Deus ~ *teísta* *adj. 29.s.29.*

te.lú *s.m.* grande lagarto brasileiro terrestre que se alimenta de pequenos animais e frutos

te.la *s.f.* 1 tecido formado por fios de lã, seda, ouro etc.; teia, trama 2 *p.ext.* tecido preparado e esticado sobre o qual se pintam quadros 3 *p.ext.* quadro pintado sobre esse tecido 4 B trancado de arame, próprio para cercados 5 painel sobre o qual se projetam filmes, slides etc. 6 superfície de TV, computador etc. em que aparece a imagem ⊕ *GRAM/USO* *aum. irreg.* *telão* ⊕ *t. subcutânea* *loc. subst.* tecido gorduroso situado abaixo da derme, antes denominado *hipoderme*

te.lão [pl.: *-ões*] *s.m.* 1 grande tela 2 B sistema de projeção de imagens em tela grande, como no cinema ⊕ *GRAM/USO* *aum. irreg. de tela*

te.le.ci.na.gem *s.f.* conversão de imagens de filmes de cinema ou slides em sinais elétricos, para transmissão por TV

te.le.ci.ne.sí.a *s.f.* deslocamento de objetos a distância, sem intervenção de uma força ou energia observáveis ~ *telecinético* *adj.*

te.le.co.mu.ni.ca.ção [pl.: *-ões*] *s.f.* 1 sistema de comunicação a distância por fios, ondas eletromagnéticas etc. ▼ *telecomunicações* *s.f.pl.* 2 a totalidade dos meios técnicos de comunicação; comunicações

te.le.con.fe.rên.cia *s.f.* comunicação entre mais de dois interlocutores ligados por telefonia, computador ou televisão

te.le.du.ca.ção [pl.: *-ões*] *s.f.* processo de ensino a distância, ger. por meio de rádio ou televisão

te.le.fé.ri.co *s.m.* 1 cabine suspensa por cabos, us. para transportar pessoas ou cargas ■ *adj. s.m.*

Mauro de Salles Villar; Antônio Houaiss. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Objetiva, 2010. p. 747.

a) Transcreva as palavras a seguir de acordo com a ordem em que elas aparecem na página do dicionário. **Tecnologia, tédio, teia, teimoso, telão.**

telão

tecnologia

teia

tédio

teimoso

b) Explique como você identificou essa ordem.

Inicialmente, deve-se olhar a primeira letra de cada palavra e colocá-las em ordem alfabética. Se houver repetição de letra, analise a segunda e faça o mesmo procedimento. Persistindo a repetição de letras, observe a terceira e assim consecutivamente, até que todas fiquem em ordem alfabética.

c) No alto da página do dicionário, aparecem em destaque duas palavras, que têm uma finalidade importante. Quais são essas palavras? **Tecnécio e teleférico.**

d) Qual é a posição que elas ocupam na página do dicionário?
Tecnécio: primeira palavra da página; **teleférico:** última palavra da página.

e) Diante disso, explique com que finalidade essas palavras aparecem no alto da página do dicionário. **Possível resposta:** para facilitar a pesquisa de uma palavra, pois deixa expressos os limites da página. Com isso, consegue-se identificar se uma palavra está ou não em uma determinada página.

5 Cada palavra registrada no dicionário com seus respectivos significados recebe o nome de **verbetes**. Leia o verbete da palavra **tela**, na página anterior. Explique qual é a função dos números em um verbete como esse.
Eles são empregados para indicar cada um dos significados que uma palavra pode apresentar.

6 Qual dos significados apresentados nesse verbete corresponde à imagem da página 9?
O significado 3: quadro pintado sobre tecido.

7 Entre quais palavras da página do dicionário poderíamos incluir o termo **teicultor**?
Teia e teiideo. Explique aos alunos que **teicultor** refere-se ao trabalhador da cultura do chá.

8 Na página de dicionário apresentada, o termo **teenager** está grafado de uma forma diferente das demais palavras (em itálico). Para você, por que essa palavra aparece grafada dessa maneira? Comente. **Essa palavra aparece grafada em itálico porque é uma palavra de origem estrangeira (inglês).**

9 Leia as frases a seguir e descubra os sentidos das palavras destacadas. Para isso, use um dicionário.

a) Quando alguém diz que uma pessoa está **hesitante**, ele quer dizer que a pessoa está de que modo? **Desconfiada.**

b) Na frase "Aquele homem é **barbífero**", qual é a característica desse homem?
Possui muita barba.

c) Em "O jardim está **olente**", de que modo está o jardim?
Perfumado.

d) O que significa **azafamada**?
Apressada.

e) Sua **sina** é estudar. O que a palavra em destaque significa?
Destino.

10 Observe as palavras a seguir. Com o auxílio de um dicionário, verifique o sentido de cada uma delas. Em seguida, escreva qual dessas palavras completa o sentido da frase abaixo. **Abaronado:** que se tornou rico; **tamancar:** fazer ruídos com tamancos; **façalvo:** com mancha branca no focinho; **jeremiar:** choramingar; **deleite:** satisfação; **gabarola:** fanfarrão.

abaronado	tamancar	façalvo
jeremiar	deleite	gabarola

Aquele cavalo é um **Façalvo.**

11 Pesquise, em um dicionário, duas palavras cujos sentidos você desconheça. Em seguida, crie frases empregando cada uma delas. Com um colega, troque as frases, a fim de que, pelo contexto, vocês descubram o sentido desses termos. **Pessoal.**



26 **Veja nas Orientações para o professor sugestão de atividade.**

Artigo recebido em: 17.08.2017

Artigo aprovado em: 03.11.2017

Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia

All corners of Bahia: identity and cultural marks in Bahia toponymy

Clese Mary Prudente*

Celina Márcia de Souza Abbade**

RESUMO: Entre os diversos campos de estudos linguísticos, a Onomástica – ramo da Lexicologia que estuda os nomes próprios de pessoas (antropônimos) e de lugares (topônimos) – representa uma fonte de estudo da língua e sua relação com o patrimônio cultural de um povo. Considerando que, em sua formação, além de influências linguísticas, um topônimo recebe interferências externas, originárias de condições geográficas, históricas, políticas, religiosas e sociais, identifica-se, através do estudo toponímico, a relação existente entre o léxico de uma língua e a cultura do povo que a fala. Nessa perspectiva, analisa-se, pelo exercício do trabalho lexicológico, os 169 topônimos dos municípios do estado da Bahia inseridos nos volumes XX e XXI da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2 de julho de 1958, a fim de comprovar que traços de identidade e de cultura são neles conservados, podendo contribuir para a preservação da memória da região. Para a análise do *corpus*, utilizou-se a taxionomia proposta por Dick (1990) para um

ABSTRACT: Among linguistic study fields, Onomastics – branch of Lexicology that deals with personal names (anthroponyms) and place names (toponyms) – constitutes a source of language study in relation to the cultural heritage of a people. Apart from linguistic influences, a toponym receives, in its formation, external interferences from geographical, historical, political, religious and social conditions. In this perspective, a toponymic study can help to identify the relationship between the lexicon of a language and the culture of the people who speaks it. Thus, understanding the language as a manifestation of culture and highlighting its identity and historical character, it is analyzed, through a lexicological work, the names of 169 Bahia municipalities contained in XX and XXI volumes of the *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (EMB), published by *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE) on July 2nd 1958, in order to show that toponyms can preserve traces of identity and culture and they can contribute to the preservation of a place memory. For the

* Mestre em Linguagens, Discurso e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade do Estado da Bahia – PPGEL/UNEB. E-mail: cleseprudente@gmail.com.

** Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade do Estado da Bahia – PPGEL/UNEB. E-mail: celinabbade@gmail.com.

trabalho toponímico, registrando-se os dados coletados em fichas lexicográfico-toponímicas. A análise desenvolvida indica a relação dos topônimos com o ambiente cultural em que estão inseridos e permite verificar os aspectos que envolvem a língua, a cultura e a identidade das regiões analisadas.

analysis of the *corpus*, it was used the taxonomy proposed by Dick (1990) for a toponymic work, and the data collected were registered into lexicographic-toponymic files. The developed analysis indicates a relationship between the place names and the cultural environment in which they are inserted and it allows to check the aspects involving language, culture and identity of the examined regions.

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica. Toponímia. Municípios baianos. Fichas lexicográfico-toponímicas.

KEYWORDS: Onomastics. Toponymy. Bahia Municipalities. Lexicographic-toponymic files.

1. Introdução

Entendendo cultura como um aspecto fundamental da condição humana, e considerando, como Vaz (1966, p. 5), que as obras culturais atestam “a essência e o sentido” da presença do homem no mundo: “a presença de um sujeito que compreende, transforma e significa”, buscou-se, neste trabalho, construir uma relação entre língua, léxico e cultura, compreendendo a língua como elemento territorial e cultural de um povo.

A pesquisa realizada¹, que envolve os 169 topônimos dos municípios da Bahia, presentes nos volumes XX e XXI da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (EMB), publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2 de julho de 1958, reconhece, como Seabra (2006), que o léxico se constitui em “um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multisseculares de um povo” (SEABRA, 2006, p. 1953).

¹ Desenvolvida em 2015-2016 e apresentada na dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Língua e Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob a orientação da Profa. Dra. Celina Márcia de Souza Abbade, e inserida no projeto ATOBAH – Atlas Toponímico da Bahia, em desenvolvimento no NEL – Núcleo de Estudos Lexicais.

Nesse sentido, buscando compreender o caráter histórico, cultural e identitário do léxico para identificar os traços de identidade e de cultura conservados nos signos toponímicos, determinou-se como objetivos da pesquisa:

- i. Organizar o *corpus*, seguindo a segmentação do estado da Bahia em Territórios de Identidade² (TI);
- ii. Classificar os topônimos de acordo com a taxionomia sugerida por Dick (1990; 1992) para um trabalho toponímico;
- iii. Sistematizar em fichas lexicográfico-toponímicas as informações relativas a dados históricos, morfológicos, etimológicos e motivacionais referentes ao *corpus* estudado;
- iv. Realizar a análise dos dados, relacionando-os ao ambiente cultural em que estão inseridos;
- v. Verificar os aspectos culturais que envolvem a língua e a identidade das regiões analisadas evidenciados nos signos toponímicos, reconhecendo neles suas marcas identitárias.

2. Pressupostos teóricos

Ressaltando a importância do ato de nomear como um processo ligado a causas motivacionais que estabelecem um vínculo de identidade entre o designativo escolhido, o lugar nomeado e o povo que nele habita, analisou-se, inicialmente, a relação entre a Toponímia e a construção da identidade cultural, destacando as características do signo toponímico. Ainda que em termos de língua o nome selecionado, dentre as várias possibilidades sêmicas, seja um designativo vocabular comum e arbitrário, a funcionalidade do seu emprego como designativo toponímico transforma-o, no ato do batismo, em essencialmente motivado, o que, segundo Dick (1990, p. 38), é uma das principais características do topônimo, evidenciada na

² Segmentação do espaço proposta pelo Governo da Bahia, através do Decreto 12.354, de 26.08.2010.

“intencionalidade que anima o denominador” e na própria “origem semântica da denominação”.

Para atender às exigências da pesquisa toponímica e permitir uma aferição objetiva de causas motivadoras dos locativos, o modelo taxionômico proposto por Dick (1992, p. 31-34) oferece a possibilidade de classificação dos topônimos conforme uma variedade de significação, na medida em que eles podem ser analisados com base em suas origens externas (físicas) ou subjetivas (antropoculturais). Considerando a possibilidade de ampliação de acordo com a necessidade do pesquisador e o contexto onde o topônimo a ser pesquisado está inserido, o sistema classificatório voltado para a realidade toponímica brasileira, identifica categorias de natureza antropocultural e física, e envolve vinte e sete taxes para as duas ordens de consequência:

I. De natureza antropocultural, relacionadas a aspectos sociais, históricos e culturais:

- a) Animotopônimos: relativos à vida psíquica, à cultura espiritual;
- b) Antropotopônimos: relativos aos nomes próprios individuais;
- c) Axiotopônimos: relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais;
- d) Corotopônimos: relativos a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes;
- e) Cronotopônimos: relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a);
- f) Dirrematopônimos: constituídos de frases ou enunciados linguísticos;
- g) Ecotopônimos: relativos às habitações em geral;
- h) Ergotopônimos: relativos aos elementos da cultura material;
- i) Etnotopônimos: relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas);

j) Hierotopônimos: relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Podem ser subdivididos em hagiotopônimos: nomes de santos, ou santas, do hagiológico católico romano; e mitotopônimos: relativos a entidades mitológicas;

k) Numerotopônimos: relativos aos adjetivos numerais;

l) Historiotopônimos: relativos aos movimentos de cunho histórico, a seus membros e às datas comemorativas;

m) Hodotopônimos: relativos às vias de comunicação urbana ou rural;

n) Poliotopônimos: constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial;

o) Sociotopônimos: relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade;

p) Somatotopônimos: empregados em relação metafórica à parte do corpo humano ou do animal.

II. De natureza física, relacionadas ao ambiente físico:

a) Astrotopônimos: relativos aos corpos celestes em geral;

b) Cardinotopônimos: relativos às posições geográficas em geral;

c) Cromotopônimos: relativos à escala cromática;

d) Dimensiotopônimos: relativos às dimensões dos acidentes geográficos;

e) Fitotopônimos: relativos aos vegetais;

f) Geomorfotopônimos: relativos às formas topográficas;

g) Hidrotopônimos: relativos a acidentes hidrográficos em geral;

h) Litotopônimos: relativos aos minerais e à constituição do solo;

i) Meteorotopônimos: relativos a fenômenos atmosféricos;

j) Morfotopônimos: relativos às formas geométricas;

k) Zootopônimos: relativos aos animais.

Estudos posteriores enriqueceram o trabalho desenvolvido por Dick, promovendo acréscimos significativos ao seu sistema classificatório. No trabalho aqui desenvolvido, utilizou-se a taxa igneotopônimo, para topônimos relativos ao fogo, incluída na relação apresentada por Carvalho (2010, p. 37) para o estudo da toponímia de Mato Grosso.

3. Metodologia

Tendo em vista que as relações entre o homem e o espaço geográfico expressas nos designativos toponímicos revelam muito de uma determinada população e/ou área geográfica, considerou-se impossível pensar a Toponímia desvinculada de outras ciências, pois, como reconhece Dick (1992, p. 23), “a distribuição quantitativa e qualitativa dos topônimos, em uma área determinada, transformam-na em objeto de estudo para historiadores, geógrafos e linguistas”.

Nessa perspectiva, o estudo desenvolvido, complementado por saberes de outras áreas do conhecimento científico, especialmente da História e da Geografia, permitiu identificar três principais estratos linguísticos na formação da toponímia baiana, resultantes do contato entre as línguas dos grupos étnicos predominantes durante o período de colonização do Brasil: o estrato português, do colonizador europeu, o estrato indígena, dos primitivos habitantes das terras brasileiras, e o estrato africano, da mão de obra traficada de várias partes do continente durante a diáspora negra.

Por considerar o mosaico de variedades sociais, culturais, econômicas e ambientais que se configura o estado da Bahia, resultante do rico e variado processo de formação de seu povo, entendido como produto da miscigenação entre esses três grupos étnicos, o Governo da Bahia, através do Decreto 12.354, de 26.08.2010 (BAHIA, 2010), instituiu o sistema de regionalização do Estado em vinte e sete Territórios de Identidade, a partir da especificidade de cada região e com base no sentimento de

pertencimento, destacando o repertório lexical, relacionado à dimensão sociocultural, como fator de identificação territorial. Estão contidos nessa segmentação os seguintes municípios, cujos topônimos fazem parte do *corpus* desta pesquisa:

TI 01 - IRECÊ³: Gentio do Ouro, Irecê, Xique-Xique.

TI 02 - VELHO CHICO: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana.

TI 03 - CHAPADA DIAMANTINA: Andaraí, Barra da Estiva, Ibitiara, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Utinga.

TI 04 – SISAL: Conceição do Coité, Itiúba, Monte Santo, Queimadas, Santaluz, Serrinha, Tucano.

TI 05 - LITORAL SUL: Canavieiras, Coaraci, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Marará, Ubaitaba, Una, Uruçuca.

TI 06 - BAIXO SUL: Aratuípe, Cairu, Camamu, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Taperoá, Valença.

TI 07 - EXTREMO SUL: Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Prado.

³ Monteiro e Serpa (2011) questionam o fato dos Territórios de Identidade Irecê e Vitória da Conquista adotarem o nome do município polo e da identidade dessas regiões serem definidas a partir do papel de centralidade que esses municípios exercem no contexto regional.

TI 08 - MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA: Ibicui, Iguai, Itambé, Itapetinga, Macarani, Potiraguá.

TI 09 - VALE DO JIQUIRIÇÁ: Amargosa, Brejões, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Laje, Maracás, Mutuípe, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra.

TI 10 - SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Uauá.

TI 11 - BACIA DO RIO GRANDE: Angical, Barreiras, Cotegipe, Ibipetuba (atual Santa Rita de Cássia).

TI 12 - BACIA DO PARAMIRIM: Macaúbas, Paramirim.

TI 13 - SERTÃO PRODUTIVO: Brumado, Caculé, Caetité, Guanambi, Ituaçu, Livramento do Brumado (atual Livramento de Nossa Senhora), Palmas de Monte Alto, Urandi.

TI 14 - PIEMONTE DO PARAGUAÇU: Itaberaba, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Ruy Barbosa, Santa Terezinha.

TI 15 - BACIA DO JACUÍPE: Baixa Grande, Ipirá, Mairi, Riachão do Jacuípe, Serra Preta.

TI 16 - PIEMONTE DA DIAMANTINA: Jacobina, Miguel Calmon, Saúde.

TI 17 - SEMIÁRIDO NORDESTE II: Antas, Cícero Dantas, Cipó, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Nova Soure, Paripiranga, Ribeira do Pombal.

TI 18 - LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO: Acajutiba, Alagoinhas, Catu, Conde, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Pojuca, Rio Real.

TI 19 - PORTAL DO SERTÃO: Conceição da Feira, Coração de Maria, Feira de Santana, Iará, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos.

TI 20 - VITÓRIA DA CONQUISTA: Condeúba, Encruzilhada, Jacaraci, Poções, Tremedal, Vitória da Conquista.

TI 21 - RECÔNCAVO: Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Sapeaçu.

TI 22 - MÉDIO RIO DE CONTAS: Boa Nova, Ipiaú, Jequié, Ubatã.

TI 23 - BACIA DO RIO CORRENTE: Correntina, Santa Maria da Vitória, Santana.

TI 24 - ITAPARICA: Chorrochó, Glória.

TI 25 - PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU: Campo Formoso, Jaguarari, Pindobaçu, Senhor do Bonfim.

TI 26 - METROPOLITANO DE SALVADOR: Camaçari, Itaparica, Salvador.

TI 27 - COSTA DO DESCOBRIMENTO: Belmonte, Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia.

Com base predominantemente nas informações presentes nos volumes XX e XXI da EMB e sistematizando os dados coletados na pesquisa, as fichas lexicográfico-toponímicas dos 169 topônimos estudados, adaptadas do modelo desenvolvido por Dick (2004, p. 130) para o Atlas Toponímico de São Paulo, apresentam os seguintes itens: **topônimo** (registro do nome do lugar coletado), **taxionomia** (classificação conforme o modelo taxionômico de Dick), **tipo de acidente** (natureza semântica da denominação, podendo ser classificado em físico, referente à geografia da região, ou humano, relativo aos lugares construídos pelo homem), **localização** (posição geográfica do município, considerando a divisão do Estado em Territórios de Identidade) **origem** (procedência linguística do topônimo, acompanhado do étimo, ou provável étimo), **estrutura morfológica** (composição do sintagma toponímico em elemento simples, composto ou híbrido), **histórico do topônimo** (diacronia do signo toponímico, ou seja, as alterações sofridas pelo topônimo ao longo do tempo), e **informações enciclopédicas** (aspectos históricos importantes acerca da história do município, especialmente aquelas que justificam a classificação toponímica indicada). Para exemplificar, apresenta-se, a seguir, a ficha 85, do topônimo Caetité.

Figura 1 – Ficha lexicográfico-toponímica

(85) TOPÔNIMO:	Caetité	TAXIONOMIA:	Fitotopônimo
ACIDENTE:	Humano/município		
LOCALIZAÇÃO:	TI 13		
ORIGEM:	Indígena. <i>KA'A-ETÉ-ETÉ</i> , em tup. ant., 'mata grandiosa' (NAVARRO, 2013).		
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	Elemento específico simples		

HISTÓRICO:	Caetité < Vila Nova do Príncipe < Caiteté ~ Caitaté Fitotopônimo<poliotopônimo<fitotopônimo<fitotopônimo
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	Conforme tradição local, a povoação foi originariamente uma aldeia indígena, onde, mais tarde, os portugueses, que para aí vieram a fim de colonizarem a região, construíram suas casas no Sítio dos Caitatés. Com a exploração aurífera da região, essas terras foram passagem obrigatória das bandeiras do sul para as minas de Rio de Contas e Monte Alto, tornando-se ponto de abastecimento e descanso, surgindo, então, em começo do século XVIII, a povoação de <i>Caitaté</i> e que, tempos depois, passou a ter o nome de <i>Caiteté</i> . Por Alvará Régio, de 05-10-1759, as terras foram incorporadas à Coroa e por Provisão do Conselho Ultramarino de 12-07-1803 foi ordenada a criação da vila. A criação, porém, só se deu em 1810, por força do Decreto de 26 de fevereiro, tomando a vila o nome de <i>Vila Nova do Príncipe</i> . O mesmo Decreto criou o município com território desmembrado do de Jacobina, instalado a 5 de abril do mesmo ano. A vila recebeu foros de cidade pela Lei provincial n. 995, de 12-10-1867, com o topônimo <i>Caetité</i> (IBGE, 1958, v. XX).

Fonte: PRUDENTE, 2017, p.89.

4. Resultados

A análise dos dados coletados considerou os aspectos referentes à natureza, taxionomia, origem e forma dos designativos que compõem o *corpus* da pesquisa. Quanto à natureza, verificou-se que a visão da terra e os diversos elementos físicos (a flora, a fauna, a geomorfologia, a hidrografia, os recursos minerais) foram motivações mais significativas do que aquelas relacionadas a aspectos sociais, históricos e culturais no processo de nomeação do território baiano. Das taxionomias de natureza física, foram identificados registros de cardinotopônimos (Entre Rios); cromotopônimos (Una); fitotopônimos (Palmeiras); geomorfotopônimos (Ilhéus); hidrotopônimos

(Cachoeira); igneotopônimos (Queimadas); litotopônimos (Itaberaba); meteorotopônimos (Brumado) e zootopônimos (Guanambi). As taxionomias astrotopônimos, dimensiotopônimos e morfotopônimos não tiveram registro no *corpus* estudado.

Dos 99 topônimos classificados como sendo de natureza física, identificou-se uma preponderância de fitotopônimos – 24 – uma evidência da riqueza da flora do Estado em seus três biomas predominantes: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Os hidrotopônimos⁴ representaram a segunda taxa com maior número de registros – 23 – , relacionados tanto à presença e importância dos rios São Francisco, Paraguaçu e seus afluentes, no processo de povoamento e ocupação do solo e na vida do povo ribeirinho, quanto à escassez da água na região semiárida da Caatinga. Na sequência, identificaram-se os geomorfotopônimos – 20 – testemunhos da importância das formas de relevo no processo de localização e de nomeação.

Das taxionomias de natureza antropocultural, foram identificados animotopônimos (Vitória da Conquista); antropotopônimos (Miguel Calmon); axiotopônimos (Conde); corotopônimos (Alcobaça); cronotopônimos (Nova Soure); ecotopônimos (Casa Nova); ergotopônimos (Caravelas); etnotopônimos (Maracás); hierotopônimos (Salvador); hagiopônimos (Santo Antonio de Jesus); historiotopônimos (Castro Alves); hodotopônimos (Encruzilhada); mitotopônimos (Coaraci); poliotopônimos (Ubaitaba); sociotopônimos (Feira de Santana).

Para as seguintes taxas de natureza antropocultural, foram encontrados exemplos apenas em formas toponímicas de fases anteriores aos designativos que formam o *corpus* analisado: dirrematopônimos (Rapa-tiçã > Alfredo Martins > Rio

⁴ Para classificação dos topônimos de origem indígena como hidrotopônimos, inseriu-se nesta taxa apenas aqueles que apresentam a lexia tupi *y* em seu significado de água ou rio, em posição sintagmática inicial, como em Ipirá, concordando com as considerações de Dick (1990) para essas formações aglutinadas.

Novo > Ipiaú) e numerotopônimos (Cinco Várzeas > Piritiba). A taxionomia somatotopônimo não teve registro no *corpus* estudado.

Os dados coletados referentes à natureza antropocultural confirmaram os resultados alcançados em estudos toponímicos realizados em outras regiões do Brasil: a predominância das taxionomias ligadas à religiosidade do povo brasileiro. Dos 70 topônimos, 18 são hierotopônimos, 13 são hagiotopônimos e 1 mitotopônimo, o que representa um total de 32 designativos relacionados à fé do nomeador.

Com relação à origem, o resultado da pesquisa se distanciou do esperado por duas razões: o insignificante número de locativos de origem africana (apenas Caculé) e o equilíbrio entre a quantidade de designativos de origem portuguesa e indígena (82 a 80).

As razões encontradas para a discreta presença africana na toponímia da Bahia relacionam-se ao processo de desvalorização da cultura e das línguas da imensa população traficada da África para o Brasil durante o período colonial, o que faz com que esse estrato linguístico ocupe, como afirma Dick (1992), um papel secundário em relação ao processo denominativo.

Outro aspecto observado em relação a essa pouca representatividade africana na toponímia baiana tem a ver com a função identificadora do topônimo, que, por diferenciar e especificar o lugar, também facilita a sua localização. Dessa forma, entende-se que, ao escapar da situação degradante de povo subjugado e escravizado e buscar refúgio em zonas cuja geografia não permitisse que fossem encontrados, os fugitivos, certamente, não tinham nenhum interesse em nomear seu “mocambo” (esconderijo, em banto). Essa estratégia, considerada como uma forma de resistência, fez com que as comunidades formadas por escravizados fugitivos permanecessem “invisíveis” por muito tempo. Segundo Germani⁵ (2009, p. 6), “foi tão bem-sucedida

⁵ Guiomar Germani é pesquisadora e coordenadora do projeto *Geografar* - Geografia dos Assentamentos na Área Rural, da Universidade Federal da Bahia.

que, na Constituição de 1988, os legisladores não imaginavam que havia tantas comunidades quilombolas pelo Brasil”.

Observou-se ainda que, em alguns casos, topônimos de origem africana foram, durante os processos de divisões territoriais, mudança de sede e municipalização, trocados por outros de etimologia indígena ou portuguesa. Embora a origem da palavra *orobó* seja controversa⁶, é provável que esse seja o caso do arraial de Orobó, que, ao ser elevado à categoria de município, perdeu seu designativo africano, possivelmente derivado do quilombo de mesmo nome que existiu na região, e recebeu a denominação de Itaberaba, um litotopônimo de etimologia tupi, o mesmo acontecendo com a vila Orobó Grande, que foi municipalizada com o designativo Ruy Barbosa, um historiopotônimo de etimologia portuguesa.

Para se entender o equilíbrio entre os números referentes às etimologias portuguesa e indígena, resultado que difere de outros estudos toponímicos já desenvolvidos em outras regiões do país⁷, é importante destacar o processo de superposição toponímica⁸ pelo qual passou a toponímia brasileira.

A substituição de topônimos de origem indígena por outros de origem portuguesa teve início com a chegada do colonizador europeu e foi intensificada

⁶ A EMB (IBGE, 1958) considera a tradição oral que a entende como uma corruptela de “ouro bom”, logo, de etimologia portuguesa. Ramos (2008) a considera uma variação de *urubu*, de etimologia tupi. Já Houaiss *et al* (2001) a define como a fruta *noz-de-cola*, e reconhece sua origem na palavra iorubá *orobó*. Segundo Castro (2001), esse fruto africano é usado nos sacrifícios religiosos e é a comida predileta de Xangô.

⁷ No *Atlas Toponímico do Estado de São Paulo*, Dick (1992) identifica, dentre os 573 municípios analisados, 353 registros de designativos portugueses, 180 indígenas, 2 africanos e 37 formações híbridas indígeno-portuguesas. O estudo desenvolvido por Seabra (2004) na Região do Carmo de Minas Gerais identificou 172 ocorrências de origem portuguesa, 16 de origem indígena, 7 formações híbridas indígeno-portuguesas, 5 de origem africana, 1 formação híbrida africano-portuguesa e 5 de origem estrangeira diversa. Dos 78 topônimos dos municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, 62,8% são formados por termos vernáculos, 27% são de origem indígena e 10,2% constituem-se em nomes híbridos, conforme a pesquisa desenvolvida por Isquierdo (2008).

⁸ Processo de mudança do nome de um lugar (DICK, 1992) decorrente de vários fatores, com destaque para aquele resultante da invasão de outros povos, o qual se configura em uma forma simbólica de demarcar o domínio sobre um território.

durante o período das reformas pombalinas. Dentre as várias diretrizes do poderoso Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, destaca-se a lei de 6 de junho de 1755 que transformava as povoações indígenas em vilas, à semelhança das existentes em Portugal, batizadas com nomes portugueses, como determinado nas instruções do governo do Reino, dirigidas ao Ouvidor de Porto Seguro, Thomé Couceiro de Abreu, na Carta Régia de 3 de março de 1765, que deram origem aos quatro corotopônimos portugueses identificados no *corpus*: Alcobaça, Belmonte, Prado e Valença:

Ordena também S. Magestade que assim naquelas povoações chamadas Aldeyas que estão já domesticadas, como as que de novo se estabelecerem índios descidos; logo que êstes se desceram no competente número, se vão estabelecendo novas Vilas e se vão abolindo nellas os barbaros e antigos nomes que tiverem; e se lhes vão impondo outros novos de cidades ou vilas deste Reyno (IBGE, 1958, v. XX, p. 70).

No caminho inverso, identifica-se a mudança de designativos de origem portuguesa por outros de origem nativa, iniciado após a independência do Brasil, período marcado por forte nacionalismo cultural, em que se buscava afirmar a identidade nacional em oposição a Portugal. Esse processo foi intensificado com o movimento romântico de exaltação do indígena como antepassado da nacionalidade e guardião da terra, deflagrado a partir da década de 1840. Foram consideradas como resultantes desse movimento as alterações efetuadas até o final do século XIX nos seguintes topônimos: (1867) Caetité < Vila Nova do Príncipe; (1889) Condeúba < Santo Antônio da Barra; (1890) Curaçá < Capim Grosso; (1895) Irará < Purificação dos Campos; (1897) Ituaçu < Vila Agrícola de Nossa Senhora do Alívio do Brejo Grande.

Essa alteração toponímica adquiriu força de lei no período do Estado Novo, como efeito dos Decretos-lei n. 311, de 2 de março de 1938, conhecido como Lei

Geográfica, e n. 5.901, de 21 de outubro de 1943, que tinham por propósito a normalização, sistematização e padronização da toponímia brasileira.

O Artigo 10 do Decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938, que dispunha sobre a divisão territorial do país, determinava que “não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação” (BRASIL, 1938). Já o Artigo 7 do Decreto-lei n. 5.901, de 21 de outubro de 1943, estabelecia as normas para a eliminação, em todo o Brasil, da repetição de topônimos de cidades e vilas, determinando, no parágrafo III, que “como novos topônimos, deverão ser evitadas designações de datas, vocábulos estrangeiros, nomes de pessoas vivas, expressões compostas de mais de duas palavras sendo, no entanto, recomendável a adoção de nomes indígenas ou outros com propriedade local” (BRASIL, 1943).

Em atendimento a essas exigências da Lei, foram substituídos por designativos indígenas, alguns literalmente traduzidos do português para o tupi, o que indica uma alteração feita no gabinete dos legisladores, os seguintes topônimos de origem portuguesa que fazem parte do *corpus* do trabalho, influenciando no equilíbrio encontrado com relação ao número de designativos de origem portuguesa e de origem indígena: Água Preta > Uruçuca; Alfredo Martins > Ubatã; Anchieta > Piatã; Areia > Ubaíra; Bom Sucesso > Ibitiara; Encruzilhada > Macarani; Monte Alegre > Mairi; Natal > Potiraguá; Palestina > Ibicaraí; Rio Branco > Paratinga; Rio Novo > Ipiaú; Rio Preto > Ibipetuba.

O quadro a seguir sistematiza os dados referentes a origem e taxionomias dos topônimos no *corpus* analisado.

Quadro 1 – Identificação dos topônimos em relação a origem e taxionomia.

ORIGEM		PORTUGUESA	INDÍGENA	AFRICANA	HÍBRIDA
TAXIONOMIA					
NATUREZ FÍSICA	Cardinotopônimo	1. Entre Rios			
	Cromotopônimo		1. Una		
	Fitotopônimo	2. Canavieiras 3. Mata de São João 4. Palmas de Monte Alto 5. Palmeiras	2. Acajutiba 3. Caetité 4. Camaçari 5. Cipó 6. Condeúba 7. Curaçá 8. Jeremoabo 9. Macajuba 10. Macarani 11. Macaúbas 12. Mucugê 13. Mucuri 14. Muritiba 15. Pindobaçu 16. Piritiba 17. Sapeaçu 18. Ubatã 19. Xique-Xique		1. Angical 2. Juazeiro
	Geomorfotopônimo	6. Baixa Grande 7. Barreiras 8. Brejões 9. Campo Formoso 10. Esplanada 11. Serra Preta 12. Serrinha 13. Ilhéus 14. Monte Santo 15. Morro do Chapéu 16. Porto Seguro 17. Tremedal	20. Ibipetuba 21. Ibitiara 22. Itaquara 23. Itiruçu 24. Itiúba 25. Jacobina 26. Pojuca 27. Potiraguá		
	Hidrotopônimo	18. Alagoinhas 19. Barra 20. Barra da Estiva 21. Cachoeira 22. Correntina 23. Poções 24. Remanso 25. Riacho de Santana	28. Camamu 29. Chorrochó 30. Iguaí 31. Ipiáú 32. Ipirá 33. Irecê 34. Ituaçu 35. Ituberá 36. Paramirim		3. Riachão do Jacuípe

NATUREZ ANTROPOCULTURAL		26. Ribeira do Pombal 27. Rio de Contas 28. Rio Real	37. Paratinga 38. Utinga		
	Igneotopônimo	29. Queimadas			
	Litotopônimo	30. Laje	39. Ibicuí 40. Itaberaba 41. Itabuna 42. Itacaré 43. Itajuípe 44. Itambé 45. Itaparica 46. Itapetinga 47. Itapicuru 48. Jiquiriçá		
	Meteorotopônimo	31. Brumado			
	Zootopônimo	32. Amargosa 33. Antas	49. Andaraí 50. Aratuípe 51. Cairu 52. Carinhanha 53. Guanambi 54. Inhambupe 55. Irará 56. Jacaraci 57. Jaguarari 58. Jaguaripe 59. Jandaíra 60. Mutuípe 61. Uauá 62. Ubaíra 63. Urandi		
	Animotopônimo	34. Mundo Novo 35. Vitória da Conquista	64. Catu 65. Piatã		
	Antropotopônimo	36. Cícero Dantas 37. Miguel Calmon 38. Nilo Peçanha 39. Seabra		1. Caculé	
	Axiotopônimo	40. Conde	66. Cotegipe		
	Corotopônimo	41. Alcobaça 42. Belmonte 43. Prado 44. Valença			
	Cronotopônimo	45. Nova Soure			
Ecotopônimo	46. Casa Nova	67. Jaguaquara 68. Uruçuca			

		69. Tucano		
Ergotopônimo	47. Caravelas 48. Lençóis 49. Pilão Arcado	70. Jequié 71. Paripiranga		
Etnotopônimo	50. Gentio do Ouro	72. Maracás 73. Maragogipe 74. Marau 75. Mairi 76. Sento Sé 77. Taperoá		
Hierotopônimo	51. Boa Nova 52. Bom Jesus da Lapa 53. Conceição da Feira 54. Conceição do Almeida 55. Coração de Maria 56. Cruz das Almas 57. Glória 58. Livramento do Brumado 59. Nazaré 60. Oliveira dos Brejinhos 61. Salvador 62. Santa Cruz Cabrália 63. Santaluz 64. Saúde 65. Senhor do Bonfim	78. Ibicaraí		4. Brotas de Macaúba 5. Conceição do Coité
Hagiotopônimo	66. Santana 67. Santa Inês 68. Santa Maria da Vitória 69. Santa Teresinha 70. Santo Amaro 71. Santo Antônio de Jesus 72. Santo Estevão 73. São Félix 74. São Gonçalo dos Campos 75. São Filipe 76. São Francisco do Conde			6. São Sebastião do Passé

		77. São Miguel das Matas			
Historiotopônimo		78. Castro Alves 79. Euclides da Cunha 80. Ruy Barbosa			
Hodotopônimo		81. Encruzilhada			
Mitotopônimo			79. Coaraci		
Poliotopônimo			80. Ubaitaba		
Sociotopônimo		82. Feira de Santana			

Fonte: PRUDENTE, 2017, p.146-148.

Em relação à estrutura morfológica, dos 169 topônimos analisados, 112 foram considerados elemento específico simples por apresentarem um só vocábulo, podendo estar acompanhado de sufixações ou outras terminações, ainda que resultante de um processo de composição por aglutinação, como em Paratinga e Santaluz. Por apresentarem mais de um estrato linguístico no mesmo nome, uma raiz indígena e sufixos portugueses, 2 topônimos foram classificados como elemento específico simples híbrido⁹ (Juazeiro e Angical).

Como elemento específico composto foram classificados 51 topônimos, aqueles que apresentam mais de um elemento formador, todos de mesma origem, sendo identificadas formações compostas de substantivo e adjetivo (Serra Preta); adjetivo e substantivo (Nova Soure); substantivo, preposição e substantivo (Rio de Contas); preposição e substantivo (Entre Rios); prenome e sobrenome (Nilo Peçanha); onomatopeia (Xique-Xique); e uma forma resultante da modificação ortográfica do etnotopônimo *centucé* (Sento Sé). Como elemento específico composto híbrido, foram considerados os topônimos resultantes da união de palavras de diferentes etimologias.

⁹ A classificação em elemento específico simples híbrido representa um acréscimo à teoria taxionômica de Dick, feita pela equipe do Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul (ATEMS), coordenado pela Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo.

Apresentando formação híbrida de português e tupi, 4 casos foram encontrados no *corpus*: Brotas de Macaúbas, Conceição do Coité, Riachão do Jacuípe e São Sebastião do Passé.

Considerou-se que a preponderância de elementos simples é, em parte, resultante do processo de simplificação do sintagma toponímico determinado pelos Decretos-lei estaduais n. 7.455, de 23 de junho de 1931, e 7.479, de 08 de julho de 1931, dos quais resultaram as seguintes alterações: Barra < Barra do Rio Grande; Casa Nova < São José da Casa Nova; Glória < Santo Antônio da Glória; Rio de Contas < Minas do Rio de Contas; Santana < Santana dos Brejos; São Félix < São Félix do Paraguassu; Seabra < Dr. Seabra. O Decreto-lei estadual n. 10.724, de 30 de março de 1938, simplificou Tremedal < Bom Jesus do Tremedal; enquanto o Decreto n. 141, de 31 de dezembro de 1943, simplificou Santaluz < Santa Luzia; Utinga < Bela Vista de Utinga.

Para reconhecer as características identitárias e culturais preservadas nos signos toponímicos, e relacioná-los a cada um dos vinte e sete Territórios de Identidade da Bahia, buscou-se, na pesquisa, o que torna cada topônimo “insubstituível no seio de sua comunidade” (DICK, 1992, p. 27).

O valor de um topônimo transcende, certamente, ao próprio momento do batismo, na medida em que se presta a um fim utilitário – a identificação dos lugares. Mais evidente se torna esse aspecto, quando houver uma ‘adequação’ entre o nome escolhido e o local por ele designado. Um topônimo que se revista de tais caracteres tende a se tornar insubstituível no seio da comunidade, porque lhes exprime a ‘marca da história’ (DICK, 1992, p. 207).

Por considerar que, não somente o topônimo Bahia, mas também os demais designativos apresentam uma “adequação” com o local designado, a análise desenvolvida considerou os aspectos relativos aos recursos naturais, aos processos produtivos e de ocupação territorial, aos grupos étnicos e manifestações culturais por eles compartilhadas para encontrar a “marca da história” em cada um dos topônimos analisados.

Como resultado dessa busca, exemplifica-se a relação encontrada entre os topônimos dos seus municípios e as características identitárias do TI Costa do Descobrimento, uma das áreas de povoamento pioneiro do litoral brasileiro. Localizado no litoral sul da Bahia e inserido no bioma Mata Atlântica, é considerado o berço da história e da cultura do Brasil, com marcas da primeira ocupação europeia e as primeiras formações urbanas da colonização portuguesa.

Figura 1 – Localização do TI 27.



Fonte: BAHIA, 2011, v. 27, p. 17.

Nenhum outro território tem suas marcas identitárias tão fortemente gravadas na toponímia de seus municípios quanto o TI 27, representado na EMB por Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. O hierotopônimo Santa Cruz Cabrália registra e guarda a memória da época em que as primeiras páginas da história do Brasil foram escritas, quando a esquadra de Pedro Álvares Cabral escolheu a enseada da Baía Cabrália como lugar seguro para atracar e onde a cruz foi erguida para as primeiras missas na terra descoberta.

A memória da região, oficialmente a primeira a ser descoberta pelos navegadores portugueses no atual território brasileiro, está gravada, tanto no geomorfotopônimo Porto Seguro, quanto na carta de Pero Vaz de Caminha: “dez léguas d’onde nos levantamos, acharam os ditos navios pequenos um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada” (CARTA..., 1998 [1500], p. 187). Além do Monte Pascoal, primeira visão da terra brasileira, o município ostenta o Marco do Descobrimento, trazido de Portugal entre 1503 e 1526 para simbolizar o poder da coroa portuguesa e demarcar suas terras.

O corotopônimo Belmonte, por sua vez, resgata o período colonial, quando o processo de povoamento e urbanização determinado pelas reformas pombalinas, exigiu que as povoações indígenas já existentes fossem destituídas de seus locativos originais e substituídos por nomes transplantados de cidades portuguesas, possivelmente em homenagem a Pedro Álvares Cabral, nascido na vila portuguesa de Belmonte.

5. Considerações finais

Embora os conhecimentos de outras áreas do saber científico, especialmente a História e a Geografia, tenham sido indispensáveis para a realização da análise desenvolvida, a preocupação constante em não distanciar do contexto linguístico-toponímico acompanhou todo o percurso dessa pesquisa. Os resultados encontrados, alguns inesperados, permitiram as seguintes afirmações:

1. Ao articular história, linguagem, política territorial e identidade cultural, o signo toponímico constitui-se em um elemento identitário poderoso, capaz de recuperar fatos da memória de uma comunidade;
2. A força da memória toponímica expressa-se na permanência inalterada de topônimos que remetem aos anos iniciais da colonização brasileira, como

Salvador, que conserva a fé cristã do colonizador português, e Jacobina, que registra a característica dos povos nativos em preservar nos topônimos a descrição dos aspectos físicos do lugar. Em alguns casos, os povoados chegaram a ser extintos ou mudaram de lugar e seus designativos permaneceram, como Canudos, que desapareceu sob as águas do açude de Cocorobó, e Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé, submersos pelas águas da barragem de Sobradinho;

3. A predominância de taxes de natureza física no *corpus* analisado reflete a importância dos elementos da natureza (a flora, a fauna, a geomorfologia, a hidrografia, os recursos minerais) para aqueles que formaram o povo da Bahia, um estado que envolve três dos seis biomas do Brasil: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, cada um com sua diversidade biológica. Tal riqueza se sobrepõe aos valores e realizações do homem na nomeação do espaço baiano;
4. No percurso toponomástico dos designativos analisados, constatou-se o predomínio do processo de simplificação do sintagma toponímico, como Cachoeira < Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, um procedimento que foi intensificado pela interferência de leis do Estado Novo;
5. Fatores históricos, econômicos, políticos e sociais podem explicar a desvalorização étnica responsável pela pouca representatividade da etimologia africana na toponímia da Bahia;
6. Os processos de superposição da toponímia na Bahia comprovam que os nomes dos lugares não são escolhas aleatórias, mas representações simbólicas, político e ideologicamente planejadas (CLAVAL, 2014). Esses processos foram responsáveis, no *corpus* analisado, pelo equilíbrio inesperado no número de designativos de origem indígena e portuguesa, resultado que se contrapõe ao encontrado em outras regiões do país;
7. A partir dos traços semânticos recuperados pelo item lexical, com o apoio das fontes históricas consultadas, constata-se que a investigação toponímica sugere

pistas e indica caminhos interpretativos a respeito da real intenção do denominador, sendo passíveis de contestação, como em toda pesquisa científica, e de outras interpretações.

Reconhecendo os topônimos como elementos de identificação cultural, capazes de representar, unificar e fortalecer os vínculos de um grupo social a partir de sua história, seus valores, crenças, costumes e tradições, reitera-se o valor do estudo realizado por buscar preservar a história desses nomes e compreender as forças políticas que agiram sobre eles. Desse modo, pode-se pensar em estratégias de preservação desses signos carregados de história, considerando, como Guimarães Rosa (1994 [1956], p. 52), que “nome de lugar onde alguém já nasceu, devia de estar sagrado”.

Referências Bibliográficas

BAHIA. Decreto n. 12354 de 25 de agosto de 2010. Institui o Programa de Territórios de Identidade e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, 26 de agosto, 2010. Disponível em <http://dovirtual.ba.gov.br/egba/reader2/>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BAHIA. **Estatísticas dos Municípios Baianos**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia-SEI. Salvador: SEI, v. 27, 2011.

BRASIL. Decreto-lei n. 311, de 02 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país. **Diário Oficial da União**, Seção 1,7 mar.1938, p. 4249. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.901, de 21 de outubro de 1943. Dispõe sobre as normas nacionais para a revisão quinquenal da divisão administrativa e judiciária do país. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 23 out.1943, p. 15750. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5901-21-outubro-1943-415891-norma-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

CARTA de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel, dando-lhe noticia do descobrimento da terra de Vera-Cruz, hoje Brazil, pela armada de Pedro Alvares

CABRAL. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Ano 1, set.1894. ed. fac-similar. Salvador: IGHB, 1998 [1500]. p. 185-205.

CARVALHO, M. A. de. **Contribuições para o Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso – Mesorregião Sudeste Mato-Grossense**. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH-USP, 2010.

CASTRO, Y. P. de. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001.

CLAVAL, P. **A Geografia cultural**. 4. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

DICK, M. V. de P. do A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1990.

DICK, M. V. de P. do A.. **Coletânea de Estudos**. 3. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

DICK, M. V. de P. do A. Rede de Conhecimento e Campo Lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. *In*: ISQUERDO, A.; KRIEGER, M. da G. (org.). **As Ciências do Léxico**. vol. II. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

GERMANI, G. Identidade territorial e desenvolvimento sustentável: uma conversa com a professora Guiomar Germani. Entrevista. **Revista Bahia de Todos os Cantos**, n. 1, ano 1. Salvador: EGBA, 2009. p. 6.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. de M. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, 2001.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. v. XX/XXI. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

ISQUERDO, A. N. O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. **Revista ProLíngua**, v. 2, n. 2, jul/dez, 2008. p. 34-52.

MONTEIRO, J.; SERPA; Â. Políticas de Desenvolvimento Territorial e Cultural no Território de Identidade de Vitória Da Conquista: uma análise geográfica da lógica de localização de projetos e recursos. **Revista Eletrônica Ateliê Geográfico**, v. 5, n. 3, p.150-171. Goiânia, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/16983/10294>. Acesso em: 20 jun. 2016.

NAVARRO, E. de A. **Dicionário de Tupi Antigo**. A língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

PRUDENTE, C. M. **Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia**. 2017. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

RAMOS, R. T. **Toponímia dos municípios baianos: descrição, história e mudança**. 2008. 3 vol. Tese (Doutorado), Instituto de Letras, UFBA/ PPGLL, Salvador, 2008.

ROSA, G. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994 [1956]. p. 52.

SEABRA, M. C. T. C. de. **A formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais**. 2004. 2 v. Tese (Doutorado). FALE/UFMG. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ALDR-64KQ9A>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SEABRA, M. C. T. C. de. Referência e Onomástica. *In: Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Disponível em: http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf. Acesso em: 20 ago.. 2016.

VAZ, H C. de L. **Cultura e universidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1966.

Artigo recebido em: 17.09.2017

Artigo aprovado em: 19.03.2018

Locuções: entre as definições de dicionários e do lexicógrafo Julio Casares Sánchez

Locutions: between definitions of dictionaries and of the lexicographer Julio Casares Sánchez

Thyago José da Cruz*

Elizabete Aparecida Marques**

RESUMO: Neste trabalho¹, propomos demonstrar, a partir da análise da definição de alguns dicionários e de um teórico da Lexicografia, como o termo locução vem sendo conceituado. Para isso, partimos de um dicionário de língua latina, de um de Linguística e de alguns dicionários de língua geral (de diferentes épocas). Em seguida, por tratar-se também de nossa área de estudos, discutimos o conceito de locução, com base nas contribuições do lexicógrafo Julio Casares Sánchez, uma das grandes referências sobre o tema, nos estudos fraseológicos. Notamos que essas obras lexicográficas, em alguns momentos, aproximam a sua definição ou ao que se refere à pronúncia, ou tendem a uma classificação gramatical e/ou lexical. Todavia, sempre se remetem às locuções como um agrupamento de palavras. Casares, por sua vez, a respeito dessas unidades, as conceitua também como uma combinação estável de duas ou mais palavras pertencentes ao âmbito da oração, mas salienta que seu significado

ABSTRACT: In this work, we propose to demonstrate, from the analysis of the definition of some dictionaries and a theorist of Lexicography, how the term locution has been conceptualized. For this, we start with a dictionary of Latin language, a dictionary of Linguistics and some dictionaries of general language (of different ages). Then, because it is also our area of study, we discuss the concept of locution, based on the contributions of the lexicographer Julio Casares Sánchez, one of the great references on the subject, in the phraseological studies. We note that these lexicographic works, at times, approximate their definition or that which refers to pronunciation, or tend to a grammatical and / or lexical classification. However, they always refer to the locutions as a grouping of words. Casares, in turn, regarding these units, also conceptualizes them as a stable combination of two or more words belonging to the scope of sentence, but he stresses that their meaning comes from

* Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPG Letras), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas. E-mail: thyago.cruz@ufms.br

** Doutora, professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Campo Grande. E-mail: em Marques@hotmail.com

¹ Este artigo é parte de uma tese, ainda em construção, cujo objetivo principal é a elaboração de um protótipo de um dicionário fraseológico monolíngue de locuções.

provém da soma dos significados contidos em seus componentes.

the sum of the meanings contained in its components.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos do Léxico². Fraseologia. Dicionários. Locução. Julio Casares Sánchez.

KEYWORDS: Lexicon Studies. Phraseology. Dictionaries. Locution. Julio Casares Sánchez.

1. Introdução

O termo *locução* é empregado em distintas áreas de estudos. Podemos encontrá-lo, por exemplo, em diferentes gramáticas normativas, nas pesquisas de cunho funcionalista, na Fraseologia e até mesmo em outros ambientes que não sejam o da Linguística (como no cinema, na radiofonia ou televisão).

Nosso intuito, neste artigo, é comparar como o termo locução é definido tanto em dicionários de língua geral, como em um de Latim-Português, um de Linguística até alcançarmos nossa área de interesse, a Fraseologia. A opção por pesquisar em dicionários parte da escolha de nossa investigação doutoral – projeto que visa à elaboração de um protótipo de dicionário de língua materna de locuções. Além disso, é reconhecido, nos meios acadêmicos, a importância e validade desse tipo de obra, que se configura como uma das mais notáveis instituições simbólicas de uma língua (LARA, 1992, p. 20).

Com relação à estrutura, este trabalho se divide da seguinte forma: o primeiro tópico visa a demonstrar a definição lexicográfica de locução, com base nas informações contidas em diferentes tipos de dicionários de épocas distintas. O segundo tópico é dedicado à apresentação do conceito de locução proposto por Casares, bem como à taxonomia dessa unidade linguística, uma vez que esse lexicógrafo é uma referência na área da Fraseologia espanhola e, até hoje, influencia vários autores desse país e do nosso.

² Adotamos “Estudos do Léxico” por acreditar que a Fraseologia, assim como a Lexicografia e a Terminologia, já possui um *status* de disciplina científica. Pertence, portanto, aos Estudos do Léxico, mas não exclusivamente à área da Lexicologia.

2. Conceito lexicográfico de “locução”

Etimologicamente, o termo “locução” adveio do vocábulo latino *locutio, nis*. O dicionário Saraiva ([s.d.]) apresenta, em sua maioria, definições que se aproximam ao que conhecemos por discurso, ato de falar e pronúnciação. Contudo, a última acepção já remete a “palavras, termos e expressões”.

Para Raphael Bluteau (1728, p. 172), o termo locução se define como “Modo de fallar, de fe explicar”. Além disso, este lexicógrafo acrescenta a seguinte explicação: “cada ciencia, & materia tem locução própria, que fe não ufa na outra”. Já para Antonio de Moraes Silva (1789, p. 233), *locução* consiste em um “modo de fallar, e explicar-se com palavras” e, para Luiz Maria da Silva Pinto (1832)³, trata-se, simplesmente, do “modo de fallar”.

Se nos remetermos a dicionários de língua portuguesa mais atuais, podemos encontrar as definições descritas no quadro a seguir.

Quadro 1-- Definição lexicográfica de locução.

CALDAS AULETE ⁴ [20--?]	HOUAISS (2009)	FERREIRA (2010)
<p>(lo.cu.ção) sf. 1. Modo particular de falar no que diz respeito à seleção das palavras e ao encadeamento do discurso; ESTILO; LINGUAGEM 2. Modo particular de falar no que diz respeito à articulação e à pronúncia; DICÇÃO 3. Gram. Conjunto de duas ou mais palavras que portam significado distinto daquele que advém da consideração das palavras isoladamente (p. ex.: <i>estrada de ferro; tinha viajado; a fim de</i>) 4. Cin. Rád. Telv. Parte do roteiro que é dita pelo locutor</p>	<p>⊙ substantivo feminino 1 maneira de articular ou pronunciar sílabas, palavras etc.; dicção 2 modo próprio de se expressar; linguagem, estilo 3 Rubrica: gramática. conjunto de palavras que equivalem a um só vocábulo, por terem significado, conjunto próprio e função gramatical única (p.ex., a de adjetivo, donde <i>locução adjetiva</i>)</p>	<p>[Do lat. <i>locutione</i>] S.f. 1. Modo especial de falar; linguagem: <i>locução expressiva</i>. Maneira de dizer; dição, dicção. 3. Cin. Rád. Telev. Parte do roteiro que contém as falas do locutor. 4. E. Ling. Conjunto de duas ou mais palavras que funcionam como unidade. 5. Válvula na parte superior do órgão. (5) Locução estereotipada E. Ling. V. expressão idiomática. Locução prepositiva E. Ling. V. preposição composta.</p>

³ Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/locu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 18 dez. 2017.

⁴ Disponível em: <http://www.aulete.com.br/locu%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 09 jan. 2017.

<p>5. Rád. Telv. O ato de falar ou de dizer um texto para ser gravado ou transmitido ao vivo [Pl.: -ções] [F.: Do lat. <i>locutio, onis</i>]</p> <p>Locução verbal</p> <p>1 Gram. Locução formada por um verbo auxiliar e um verbo principal no infinitivo, gerúndio ou particípio passado, na qual se expressam nuances da flexão temporal, ou se estabelece um contexto temporal que não tem expressão nas flexões normais do verbo principal. [Ex.: <i>vou sair</i> (por <i>eu saírei</i>); <i>está andando</i> (por <i>ele anda</i> [numa ação contínua]); <i>já teremos saído</i> (por <i>nós estaremos no futuro num momento em que já saímos</i>).]</p>	<p>4 Rubrica: linguística. m.q. <i>sintagma</i></p> <p>5 Rubrica: cinema, radiofonia, televisão. em um roteiro, indicação do texto a ser dito pelo locutor</p> <p>• 1. verbal Rubrica: gramática. combinação de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou particípio de um verbo principal (p. ex.: <i>tinha ido, vai sair</i> etc.)</p>	
---	---	--

Fonte: elaborado pelos autores.

Podemos perceber, a partir dos dicionários analisados, que a unidade lexical locução, desde a sua forma em língua latina até os dias atuais, apresenta essa carga semântica que nos remete ao modo de falar e à pronúncia. No entanto, cabe ressaltar que a aproximação desse conceito ao de *expressão* aparece mais nítido, nos dicionários contemporâneos, embora já estivesse presente nas acepções do dicionário de língua latina. Outro ponto que podemos perceber ainda é que o Caldas Aulete, direciona-se, em uma de suas acepções, ao caráter estilístico, enquanto o Ferreira, em sua quarta e quinta acepções, volta-se ao caráter lexical das locuções, ou seja, demonstram a sua equivalência funcional a uma unidade lexical.

Dubois (2006, p. 395), por sua vez, em seu Dicionário de Linguística, para definir o que são as locuções, remete-se à gramática tradicional e, posteriormente, ao que ele denomina de frases feitas. Para a gramática tradicional, trata-se de um “grupo de palavras (nominal, verbal, adverbial) cuja sintaxe particular dá a esses grupos o caráter de grupo estereotipado e que correspondem a palavras únicas”. Dito de outra forma,

essas unidades lexicais (ULs) se associam sintaticamente, de tal modo, que adquirem uma característica de algo cristalizado e equivalem a uma unidade léxica única. Como o próprio Dubois exemplifica, a expressão *pôr fogo* (que é um grupo de UL) tem como equivalente a unidade lexical *acender* (UL). Logo, trata-se de a uma locução verbal, assim como, *em vão* (locução adverbial) equivale a *vãmente* e *corpo docente* (locução nominal), a *professores*.

No que se refere à *frase feita*, Dubois (2006) esclarece que são locuções que possuem um matiz cultural e também estereotipado. Por isso, defende que a expressão *Como vai você?* consiste em uma frase feita, constituída por um grupo de palavras cristalizado e empregado dentro de determinada cultura para que se possa iniciar um diálogo em uma dada situação.

Nota-se que os conceitos de locução veiculados pelos dicionários apresentados, por ora, perpassam desde ao que podemos remeter ao que é próprio da fala e da pronúncia, a um aspecto mais estrutural até chegarmos a um caráter mais cultural e estereotipado. Observadas essas considerações, direcionar-nos-emos à apresentação do que Casares Sánchez considerou, em sua obra *Introducción a Lexicografía Moderna*, como locução, demonstrando, inclusive e quando possível, com exemplos em nossa língua materna.

3. Conceito fraseológico de locução: uma discussão com base em Julio Casares Sánchez⁵

Julio Casares Sánchez, em sua obra *Introducción a Lexicografía Moderna* (1992)⁶, apresenta uma taxonomia com relação às unidades fraseológicas, as quais se dividem

⁵ É importante salientar que outros autores conceituaram o termo “locução”, tais como Zuluaga (1980), Corpas Pastor (1996), Ruiz Gurillo (2001) e García-Page (2008). Contudo, para este trabalho nos limitaremos a discutir os postulados de Casares, por ser o primeiro linguista hispânico a propor uma taxonomia para as locuções e ser um nome reconhecido entre os fraseólogos.

⁶ Esta obra originalmente foi publicada em 1950. No entanto, para este artigo, utilizamos a edição de 1992.

em: locuções, frases feitas, provérbios⁷ e modismos. Por não consistirem em objeto de estudo deste artigo, não trataremos desses três últimos fraseologismos, haja vista a necessidade de uma discussão mais pormenorizada que cada uma dessas unidades exigiria.

Para Casares (1992), as locuções corresponderiam a uma combinação estável de duas ou mais palavras, funcionando como elemento próprio de uma oração. Nessa perspectiva, seu sentido unitário advém da soma do significado normal dos elementos que o constituem e são conhecidas explicitamente por toda uma comunidade de falantes (MARTÍNEZ MONTORO, 2005, p. 80 - 81).

A classificação das locuções elaboradas por Casares Sánchez provém de estudos morfológicos e funcionais. A primeira divisão que estabelece, a partir desses critérios, corresponde às locuções significantes (ou conceituais) e às conexivas. Podemos considerar as locuções significantes como aquelas que possuem um ou mais elementos dotados de significados plenos em sua estrutura (os quais destacamos em letras maiúsculas nas locuções exemplificadas). Encontramos, pois, as locuções nominais⁸ (*BOI de PIRANHA*⁹, por exemplo), as adjetivais (*ESPÍRITO de PORCO*¹⁰)¹¹, as verbais

⁷ Equivalente de refrán: “em português, o termo mais empregado para designar uma parêmia de caráter popular é provérbio (ou seja, o correspondente de *refrán*)” (CHACOTO, 2007, p. 84, tradução nossa).

⁸ As unidades fraseológicas exemplificadas neste trabalho (exceto à **medida que, feito bobo e quem sabe?, assobiar e chupar cana**), bem como suas definições, foram retiradas do dicionário Caldas Aulete, disponível em: <http://www.aulete.com.br/>. Acesso em: 11 jan. 2017.

⁹ 1 1 Bras. Boi que os boiadeiros fazem atravessar um rio com piranhas para que, ao atraí-las, seja sacrificado enquanto o restante da boiada passa em segurança. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/boi>. Acesso em: 11 jan. 2017.

¹⁰ 1 Bras. Pessoa que costuma contrariar, interferir negativamente, criar problemas ou embaraços (em negócio, assunto, atividade etc.). Disponível em: <http://www.aulete.com.br/espírito>. Acesso em: 11 jan. 2017.

¹¹ Cabe-nos frisar, neste momento, que as classificações de Casares sobre as locuções partem de um critério morfológico e funcional. Destacamos isso, pois no primeiro exemplo, isto é, na locução substantiva, os elementos que servem de bases da locução são substantivos, ambas palavras plenas (“carro” e boi”), unidos pela preposição “de” (palavra não plena). Já na locução adjetiva apresentada, embora os elementos de significados plenos sejam “espírito” e “porco”, a consideração de ser uma locução adjetival requer um olhar mais aguçado com relação à funcionalidade do elemento, ou seja, embora seja formada por dois substantivos ligados por uma preposição (que não é uma palavra plena),

(*MATAR a JOGADA*¹²), as adverbiais (*de SUPETÃO*¹³), as participiais (*feito BOBO*), as pronominais (*a MAIOR PARTE*¹⁴) e as interjetivas (*VIRGEM MARIA!*¹⁵). Já as conexivas, como podemos depreender do próprio nome¹⁶, são aquelas que carecem de elementos significantes e estão subdivididas em conjuntivas (*à medida que*) e as prepositivas (*por cima de*)¹⁷.

A partir dessa classificação, trataremos de cada uma mais detalhadamente.

3.1 Locuções nominais

As locuções nominais, para Casares, se subdividem em denominativas, singulares e infinitivas. As denominativas constituem um agrupamento de duas ou mais unidades lexicais que se caracterizam para nomear os mais diversos seres, como *caixa registradora, campo santo, estrela da manhã*. O teórico ainda subdivide as denominativas em *bem geminadas* (compostas de duas ULs: *Casa de câmbio*¹⁸) ou *bem complexas* (mais de duas unidades lexicais: *Casa de Câmara e Cadeia*¹⁹). Com relação às locuções nominais singulares, o lexicógrafo as define como aquelas que têm a particularidade de

é a sua função na cadeia frástica que irá ratificar sua posição de locução adjetiva. Guardada as devidas proporções, a mesma linha de raciocínio atribuímos às demais locuções significativas.

¹² 1 Fut. Bras. Interromper a jogada de contra-ataque de uma equipe, ger. mediante falta (9). Disponível em: <http://www.aulete.com.br/matar>. Acesso em: 11 jan. 2017.

¹³ 1 De modo inesperado, repentino; de repente. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/supet%C3%A3o>. Acesso em: 11 jan. 2017.

¹⁴ Essa unidade não se encontra registrada em dicionários, mas optamos por apresentá-la com a finalidade de exemplificação.

¹⁵ 1 Enquanto, conforme, à proporção que: À medida que lia, mais espantado ficava. [Indica que algo vai ocorrendo paralelamente a outra ação ou circunstância, ou como decorrência delas. Não confundir com Na medida em que, muitas vezes impr. us. com esta conotação.]. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/medida>. Acesso em: 11 jan. 2017.

¹⁶ adj. || relativo a conexão. || Copulativo. F. lat. *Connexivus*. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/conexivo>. Acesso em: 09 jan. 2017.

¹⁷ 1 Em posição superior (a): O avião voava por cima das nuvens.

2 Por sobre a superfície de: Deslizava, patinando, por cima do gelo. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/cima>. Acesso em: 09 jan. 2017.

¹⁸ 1 Estabelecimento que compra, vende e troca moedas diversas.

¹⁹ 1 Ant. Sede da administração e da justiça municipais. [No Brasil, o termo foi us. até o advento da República.]. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/casa>. Acesso em: 11 jan. 2017.

assemelhar-se mais ao nome próprio do que ao nome comum. Indicamos como exemplo *a casa da mãe Joana* e *o conto do vigário*. Essas expressões só adquirem um sentido próprio graças às alusões ou referências que carregam consigo implicitamente. (CASARES, 1992, p. 174). Outra diferença fundamental entre as locuções denominativas *bem geminadas* e as singulares é que é comum verificar nas primeiras um procedimento de sua formação advindo da criação de nomes próprios de edifícios, instituições, dentre outros, por exemplo: *Casa de câmbio* ou *casa da moeda* tratam-se de locuções que se originaram de nomes de instituições financeiras.

Por fim, as locuções nominais de infinitivo, segundo o teórico, são aquelas capazes de exercer a função de nomes, mas são encabeçadas por um verbo no infinitivo. São as denominadas locuções nominais infinitivas. O exemplo dado por Casares, em língua espanhola, é o fraseologismo *coser y cantar*, que equivaleria a algo fácil de resolver. Em português, podemos apresentar a locução *assobiar e chupar cana*, que corresponderia a algo de difícil realização.

3.2 Locuções adjetivas

Essas unidades fraseológicas, para Casares Sanchez, podem assumir as funções sintáticas típicas dos adjetivos, isto é, ser um atributo ou complemento de nome. Para o primeiro caso, podemos exemplificar, em língua portuguesa, a locução *galinha choca*²⁰, como em *Maria parecia uma galinha choca de tão aflita que estava*, e para a segunda, *de barriga*²¹, como em *Florêncio não se conformou ao saber que sua filha estava de barriga e que, portanto, seria avô*.

²⁰ N.E. 1. Pessoa irrequieta. 2 Pessoa doentia, ou tímida, ou medrosa, ou imprestável. [Cf.: *galinha-choca*.] Disponível em: <http://www.aulete.com.br/galinha>. Acesso em: 11 jan. 2017.

²¹ 1 Grávido, prenhe. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/barriga>. Acesso em: 11 jan. 2017.

3.3 Locuções verbais

Conforme nos mostra Casares (1992), as locuções verbais sempre nos apresentam um aspecto de uma oração que pode ser transitiva (*botar olho grande em*²²: *Não venha botar olho grande em meus negócios*), intransitiva (*comer barriga*²³: *No bingo beneficente da igreja, Júlio comeu barriga e perdeu o prêmio maior*) ou predicativa (*ser farinha do mesmo saco*²⁴: *Esses políticos são todos farinhas do mesmo saco*).

A estes fraseologismos, cabe ainda assinalar que são passíveis de modificação de pessoa, tempo e modo (*cavar a vida*²⁵: *ele cava a vida; Jonas sempre cavou a vida, por isso está bem hoje financeiramente*).

3.4 Locuções adverbiais

As locuções adverbiais são aquelas que assumem os mesmos valores sintáticos que os advérbios simples, isto é, modificar ou impor uma circunstância ao verbo a que se referem. Estão divididas em: de lugar (*em cima*²⁶: *Coloque os presentes em cima da mesa, por favor*), de tempo (*altas horas*²⁷: *Chegou altas horas da madrugada, o que não agradou ao pai.*), de afirmação (*com certeza*²⁸: *Com certeza, este ano será melhor que o outro.*), de

²² 1 Fam. Invejar, cobiçar (o que é de outrem). Disponível em: <http://www.aulete.com.br/olho>. Acesso em: 11 jan. 2017.

²³ 1 Pop. Cometer ou deixar passar erro por distração. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/barriga>. Acesso em: 11 jan. 2017.

²⁴ 1 Fig. Ter (duas ou mais pessoas) os mesmos defeitos de caráter ou o mesmo comportamento. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/farinha>. Acesso em: 11 jan. 2017.

²⁵ 1 Bras. Labutar, buscar meios de vida. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/vida>. Acesso em: 11 jan. 2017.

²⁶ 1 Em parte mais elevada (de algo), no alto: A sala fica embaixo, os quartos, em cima. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/cima>. Acesso em: 11 jan. 2017.

²⁷ 1 Tarde da noite; momento ou período em que grande parte da noite já transcorreu; horas mais avançadas da noite ou da madrugada (us. adverbialmente). Disponível em: <http://www.aulete.com.br/hora>. Acesso em: 12 jan. 2017.

²⁸ 1 Sem dúvida, certamente: Não se preocupe, ela virá, com certeza. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/certeza>. Acesso em: 12 jan. 2017.

negação (*nada feito*²⁹: *Nada feito! Não iremos prosseguir na negociação depois dessa oferta tão baixa.*), de dúvida (*por ventura*³⁰: *Por ventura, alguém sabe o dia da próxima avaliação?*), de interrogação (*quem sabe?*: *Se iremos ficar um dia milionários, quem sabe?*)³¹ e de quantidade (*aos montes*³²: *Xingou aos montes ao pobre mendigo.*).

Cabe assinalar que, segundo Casares Sánchez (1992), em língua espanhola (assim como em língua portuguesa), as locuções adverbiais configuram-se como as mais possuidoras de elementos se comparadas às outras formas de locuções.

3.5 Locuções participiais

Como podemos deduzir pela própria nomenclatura, as locuções participiais são aquelas constituídas por verbos no participípio. No entanto, para Casares, não são todas as expressões que estão nessa forma que podem ser consideradas como participiais, mas somente aquelas, em língua espanhola, que comecem obrigatoriamente pelo participípio “hecho” (como em *hecha una braza de mar*³³, por exemplo) e são usadas como complemento de verbos que indicam estado ou quando estão em construção absoluta³⁴. Para obedecer a esta classificação e ser considerada como tal, Casares adverte que deve passar por duas provas:

²⁹ 1 Expressão com a qual se recusa proposta, não se aceitam termos de acordo etc. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/nada>. Acesso em: 12 jan. 2017.

³⁰ 1 Talvez, (por) acaso: Se, por ventura, ele vier, entregue-lhe este livro, sim? Disponível em: <http://www.aulete.com.br/ventura>. Acesso em: 11 jan. 2017.

³¹ Essa unidade não se encontra registrada em dicionários, mas optamos por apresentá-la a fim de exemplificação.

³² 1 Em grande número; de montão: Os torcedores afluíram aos montes ao estádio. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/monte>. Acesso em: 11 jan. 2017.

³³ Expressão utilizada, em língua espanhola, para indicar quando uma pessoa está muito cansada ou abatida.

³⁴ Para Pinheiro, “há uma convergência nos trabalhos que permite identificar como características das construções absolutas: serem relações de predicação sem um morfema temporal visível, não possuírem conectivo que as interliguem a sentença que modificam e ocorrem em geral – mas não necessariamente – no início da sentença” (PINHEIRO, 2008, p. 403)

A primeira consiste na substituição da forma não pessoal por *como*. A segunda maneira para demonstrar se é ou não uma locução participial é que 'o particípio *hecho* não pode ser substituído por formas pessoais do verbo *hacer* (CASARES, 1992 [1950]: 180). Por esta última razão não considera o Secretario perpétuo locuções deste tipo as expressões *hecho migas y hecho polvo* (MARTINEZ MONTORO, 2005, p. 86).

Em língua portuguesa, podemos indicar como exemplo a locução *feito bobo*, pois em uma oração como "João ficou *feito bobo* com toda aquela situação", o fraseologismo em destaque obedece aos critérios apresentados por Casares: inicia-se pelo particípio "feito", está sendo usado como um complemento de verbo que indica estado, a forma não pessoal poder ser substituída por "como" e o referido particípio não é intercambiável por outras formas pessoais do verbo fazer.

3.6 Locuções pronominais e locuções interjetivas

As locuções pronominais são aquelas equivalentes sintaticamente aos pronomes. A modo de exemplificação, temos *todo mundo* (*Todo mundo possui alguma crença*) ou *cada um* (*Gostaria que cada um fizesse um comentário sobre o que achou do filme*). Já as locuções interjetivas³⁵ caracterizam-se como duas ou mais unidades lexicais que possuem o mesmo valor sintático de uma interjeição, como em: *Nossa Senhora!*³⁶ *Com os diabos!*³⁷.

³⁵ Na concepção de Casares (1992), as locuções interjetivas, conjuntivas e prepositivas não carecem de considerações especiais. Por isso, são praticamente citadas na seção "*La locución puede ser una oración cabal*", na qual o teórico faz uma discussão breve, porém consistente, do porquê a grande maioria dessas unidades fraseológicas podem ser consideradas de sentido completo, isto é, ser uma oração cabal.

³⁶ Us. como interjeição de admiração ou espanto; minha Nossa Senhora. [Tb. apenas, nesta acp., Nossa.] Disponível em: <http://www.aulete.com.br/senhora>. Acesso em: 12 jan. 2017.

³⁷ 1 Pop. Expressão interjetiva que denota espanto, ou irritação; com os demônios. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/diabo>. Acesso em: 12 jan. 2017.

3.7 Locuções prepositivas e conjuntivas³⁸

Estas unidades fraseológicas pertencem ao que Casares classificou como locuções conexivas. As primeiras equivalem sintaticamente a preposições, isto é, estão encarregadas de promover a união entre duas palavras que possuem autonomia sintática. Podem estruturar-se em: 1) advérbios + preposição (*depois de*³⁹: *Depois de acordar, não quis tomar o café como fazia habitualmente.*); 2) particípio passado, adjetivo ou outras categorias gramaticais + preposição (*devido a*⁴⁰: *Devido à tempestade, houve muita destruição naquela cidade*); e 3) preposição+ nome substantivo + preposição (*ao lado de*⁴¹: *Ao lado de uma vela, tentava enxergar o que estava escrito naquele bilhete.*). (Cf. KOIKE, 1997).

Já as locuções conjuntivas assumem a função sintática semelhante às conjunções: aquelas que se classificam como coordenadas relacionam elementos de um mesmo nível sintático, enquanto as subordinativas ligam uma palavra ou uma sequência oracional com outra oração considerada como dependente ou subordinada (*à medida que*: *À medida que falava, mais lhe tirava a paciência.*). (Cf. ORDUNA, 2011).

Para finalizar esta seção, adaptamos, no quadro 2, o esquema apresentado por Martínez Montoro (2005), com o objetivo de ficar mais clara a classificação de Julio

³⁸ Como Casares não aprofunda sua discussão sobre essas unidades, decidimos ampliá-las baseados em alguns outros teóricos, mas sem desviar-nos das conceituações do referido lexicógrafo.

³⁹ **1** Em momento posterior a, em seguida a: *Saiu para uma volta depois de comer: Chegarei depois das quatro horas.* Disponível em: <http://www.aulete.com.br/depois>. Acesso em: 12 jan. 2017. **2** Em posição (física, hierárquica, de mérito etc.) posterior ou inferior à de: *Você está depois de mim nesta fila: Depois do diretor, o responsável é o gerente do setor: Depois de Pelé, acho que Garrincha foi o melhor jogador daquela Copa.* Disponível em: <http://www.aulete.com.br/depois>. Acesso em: 12 de jan. 2017.

⁴⁰ **1** Em razão de, por causa de: *O jogo foi adiado devido ao mau tempo.* Disponível em: <http://www.aulete.com.br/devido>. Acesso em: 12 jan. 2017.

⁴¹ **1** Próximo de (algo ou alguém) e na direção da esquerda ou da direita, sem estar nem à frente nem atrás.: *Sentou-se ao lado do amigo.: A árvore está ao lado da casa.* **2** Fig. Us. para dar ideia de concordância com, ou apoio ou favorecimento a (outrem), em oposição a terceiros; do lado de: *Nesta questão fico ao lado dos alunos, para o que der e vier.* **3** Comparado com: *Sua tarefa é fácil, ao lado da minha.* Disponível em: <http://www.aulete.com.br/lado>. Acesso em: 12 jan. 2017.

Casares com relação às locuções. Em seguida, demonstramos a mesma classificação, mas com exemplos (em língua espanhola), esquematizados por aquele autor:

Quadro 2 -- Classificação de Julio Casares com relação às locuções.

Locução	Significativas	Nominais	Denominativas	Geminadas Casa da moeda
				Compostas Casa de Câmara e Cadeia
			Singulares – Casa da mãe Joana	
			Infinitivas – Assobiar e chupar cana	
			Adjetivas – galinha choca	
			Verbais – botar olho grande em	
			Participiais – feito bobo	
			Adverbiais – Com certeza	
			Pronominais – Todo mundo	
			Interjetivas – Nossa Senhora!	
			Conjuntivas – À medida que	

	Conexivas	Prepositivas – Depois de
--	------------------	------------------------------------

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 3 -- Classificação de Julio Casares com relação às locuções.

Locução	Significativas	Nominais	Denominativas	Geminadas <i>tren botijo</i>
			Singulares – <i>la carabina de Ambrosio</i>	Compostas <i>tocino del [sic] cielo</i>
			Infinitivas – <i>coser y cantar</i>	
			Adjetivas – <i>de brocha gorda</i>	
			Verbais – <i>tomar el olivo</i>	
			Participiais – <i>hecho um brazo de mar</i>	
			Adverbiais – <i>en um santiamén</i>	
			Pronominais – <i>cada quisque</i>	
		Interjetivas – <i>¡Ancha es Castilla!</i>		
		Conjuntivas – <i>Con tal que</i>		

	Conexivas	Prepositivas – Em <i>pos de</i>
--	------------------	---

Fonte: Martínez Montoro (2005, p. 89).

Com relação às locuções, em ambos os idiomas, percebe-se que se assemelham estrutural e funcionalmente: são uma combinação fixa entre dois ou mais elementos; na cadeia da frase funcionam com um elemento oracional e seu significado como unidade fraseológica não se justifica simplesmente pela soma do significado comum que seus componentes aportam. Contudo, como elementos ligados intimamente à cultura de cada idioma, podem carregar particularidades que depreendemos somente após as relacionarmos a fatores extralinguísticos, como, por exemplo, em: *Casa da mãe Joana*, em português, e em *la carabina de Ambrosio* ou *tocino del cielo*, em espanhol.

4. Considerações finais

Buscamos, neste trabalho, apresentar como o conceito de locução é definido em alguns dicionários (de língua geral, de latim e de Linguística) até chegarmos às classificações elaboradas pelo lexicógrafo Julio Casares Sánchez. Notamos que essas obras lexicográficas, em alguns momentos, aproximam a sua definição ou ao caráter da pronúncia, ou ao do gramatical ou, inclusive, do lexical. Neste caso, sempre se remetem (e concordam) a que são um conjunto de palavras. Casares, por sua vez, a respeito dessas unidades, as considera também como uma combinação estável de duas ou mais palavras, no âmbito de uma oração, porém acrescenta que seu significado adviria da soma dos significados contidos em seus componentes.

As definições e conceituações do que sejam as locuções, principalmente no campo da Fraseologia, não se limitam somente ao que demonstramos neste trabalho. Como verificamos, há outros teóricos, como Zuluaga (1980) e García-Page (2008), que merecem ser destacados e serem exploradas suas teorias. Contudo, deixemos a outro momento uma discussão mais pormenorizada sobre o tema. Cabe destacar que as

definições casarianas acabaram por embasar outros renomados autores, como a própria Corpas Pastor (1996). Esperamos que a exposição de conceituações por nós oferecida haja contribuído àqueles que se interessem pelo assunto e se aventuram nesta área fraseológica.

Referências Bibliográficas

BLUTEAU, R. **Dicionário on-line Raphael Bluteau, Vocabulário Português & Latino**. Vol. 4., 1728. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/>. Acesso em: 19 mar. 2017.

CASARES SANCHEZ, J. **Introducción a Lexicografía Moderna**. Madrid: CSIC, 1992 [1950]).

CHACOTO, L. Las paremias en la Comedia Eufrosina de Jorge Ferreira de Vasconcellos. *In: Seminario Internacional, Colección paremiológica*, Madri: Biblioteca Histórica, 2007.

CORPAS PASTOR, G. **Manual de fraseología española**. Madrid Gredos, 1996.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de Lingüística** / [direção e coordenação geral da tradução Izidoro Blinkstein]. São Paulo: Cultrix, 2006.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2010.

GARCÍA-PAGE SÁNCHEZ, M. **Introducción a la Fraseología española: estudio de las locuciones**. Barcelona: Anthropos, 2008.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss**. Versão 3.0. [S.l.]. 2009.

KOIKE, K. Valores funcionales de las locuciones prepositivas en español. **Onomazein**, v. 2, p. 151-179, 1997.

LARA, L. F. El discurso del diccionario. *In: WOTJAK, Gerd. Estudios de Lexicología y Metalexigrafía del Español Actual*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, p. 1-12.

MARTÍNEZ MONTORO, J. **La obra lingüística de Julio Casares**. 2005. Disponível em: <http://digibug.ugr.es/bitstream/10481/718/1/15510621.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

ORDUNA LOPEZ, J. L. Estudio gramatical de las locuciones verbales con doble pronombre clítico. **RLA**, Concepción, v. 49, n. 2, p. 87-110, 2011. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-48832011000200005&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 12 jan. 2017.

PINHEIRO, C. da S. As construções absolutas adjetivais no português brasileiro. In: **Anais do SETA**. Volume II. Unicamp, 2008. Disponível em: <http://www.cedae.iel.unicamp.br/seer/seta/ojs/include/getdoc.php?id=593&article=176&mode=pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

PINTO, L. M. da S. **Diccionario da lingua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

RUIZ GURILLO, L. **Las locuciones del español actual**. Madrid: Arco/Libros, 2001.

SARAIVA, F. R. dos S. **Novíssimo Dicionário Latino- Portuguez**. Rio de Janeiro: Garnier, [s.d.]

SILVA, A. de M. **Diccionario da Lingua Portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

ZULUAGA, A. **Introducción al estudio de las expresiones fijas**. Frankfurt: Peter D. Lang, 1980.

Artigo recebido em: 19.10.2017

Artigo aprovado em: 10.03.2018

Variação de nomes gerais na constituição de expressões fixas Variation of general nouns in the constitution of fixed expressions

Eduardo Tadeu Roque Amaral*

Luanna de Sousa do Nascimento Oliveira**

RESUMO: Este trabalho analisa a variação lexical de expressões fixas formadas por nomes gerais, isto é, unidades linguísticas que possuem conteúdo semântico mínimo. A análise se baseia em pressupostos teóricos da variação linguística e dos estudos lexicais, especialmente daqueles dedicados às expressões fixas ou fraseologismos (GARCÍA-PAGE, 2008; FULGÊNCIO, 2008; TAGNIN, 2013). Também são considerados os aspectos teóricos de trabalhos que investigam as propriedades dos nomes gerais (AMARAL e RAMOS, 2014; KOCH e OESTERREICHER, 2007; MIHATSCH, 2015). Os itens investigados são coisa, negócio, trem e troço, todos com traço [- humano]. A amostra está constituída por dados de transcrições de língua oral obtidas a partir de gravações sociolinguísticas realizadas em diferentes estados do país. A análise permite mostrar que, mesmo em construções que tendem a ser consideradas estruturas cristalizadas, existe uma variação que se manifesta tanto em elementos não nucleares como em núcleos constituídos por nomes gerais, o que se observa principalmente em marcadores conversacionais.

ABSTRACT: This work analyzes the lexical variation of fixed expressions formed by general nouns, i.e., linguistic units that have minimal semantic content. The analysis is based on theoretical assumptions of linguistic variation and lexical studies, especially those devoted to fixed expressions or phraseologisms (GARCÍA-PAGE, 2008; FULGÊNCIO, 2008; TAGNIN, 2013). It is also considered the theoretical aspects of works that investigate the properties of general nouns (AMARAL & RAMOS, 2014; KOCH & OESTERREICHER, 2007; MIHATSCH, 2015). The items investigated are “coisa”, “negócio”, “trem” and “troço” (synonyms of “thing” and “stuff”), all with a [-human] feature. The sample consists of data from oral language transcriptions obtained from sociolinguistic recordings carried out in different states of the country. The analysis allows to demonstrate that, even in constructions that tend to be considered crystallized structures, there is a variation that manifests itself both in non-nuclear elements and in core constituted by general nouns, which is observed mainly in conversational markers.

* Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo. Professor associado da Faculdade de Letras da UFMG.

** Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Expressão fixa. Nomes gerais. Variação lexical. Português oral.

KEYWORDS: Fixed expression. General nouns. Lexical variation. Spoken Portuguese.

1. Introdução

Interessa para este trabalho fazer uma análise, em uma perspectiva léxico-variacionista, de expressões fixas (doravante EFs) que tenham em sua constituição um nome geral. Optou-se por se estudar esse tipo de construção dada a potencialidade dos nomes gerais de comporem construções fixas com significados que não correspondem à somatória dos seus componentes.

Apesar de as EFs terem por característica principal a cristalização¹, é preciso levar em consideração que elas podem estar em uma escala maior ou menor de fixidez. Desse modo, em expressões como *não falar coisa com coisa* e *não dizer coisa com coisa*, constata-se que, além de conterem o mesmo sentido² – ‘expressar um discurso desconexo’, ou seja, ‘dizer disparates’ –, não há variação, neste caso, quanto ao nome geral, e sim dos demais componentes que o acompanham. Por outro lado, podem ser observadas substituições do próprio nome geral, como em *dar uma coisa* e *dar um negócio*, em que o sentido ‘perder os sentidos’, é mantido, apesar da variação lexical³. Por sua vez, os nomes gerais (*general nouns*) são definidos por Halliday e Hasan (1976, p. 274) como um conjunto de nomes situado entre as classes abertas e fechadas, que possui importante função coesiva nos textos por envolverem um mínimo de conteúdo semântico-referencial. Esses importantes itens recebem diversas denominações, como palavras *passe-partout*, *nomes nucleares de rótulos retrospectivos*, *substantivo-suporte*, entre outros (AMARAL; RAMOS, 2014). O comportamento inerente a esses itens permite

¹ Para Gross (1996, p. 3- 4), a cristalização é um processo linguístico cujos elementos não podem ser dissociados.

² Entende-se o termo como *sentido* como "núcleo duro indispensável de significado" (HURFORD; HEASLEY, 2004, p. 127).

³ O Dicionário Aulete Digital define *dar uma coisa* da seguinte forma: “em alguém, ter alguém uma síncope, perder os sentidos” (AULETE DIGITAL, 2018).

questionamentos quanto a possíveis alternâncias entre membros dessa particular classe no interior das expressões, visto que são elementos esvaziados semanticamente.

Devido à sua extensa flexibilidade de uso, os nomes gerais são muito comuns e, por possibilitarem referência generalizada, se tornam muito úteis e frequentes em expressões idiomáticas. De acordo com Amaral e Ramos (2014, p. 41), esses nomes “aparecem em várias locuções ou fraseologias na língua”. Os dicionários consultados pelos autores registram, por exemplo, *não ser grande coisa*, *negócio da China*, etc. No entanto, ainda segundo os mesmos autores, há expressões que ainda não foram dicionarizadas, como *com coisa que*, *é o tipo da coisa* e *esse negócio de*. Dessa maneira, o estudo sobre a produtividade dos nomes gerais no processo de formação de EFs se mostra relevante, visto que é observado um grande número de cristalizações, até então, não dicionarizadas.

Além do mais, verifica-se que a análise da estrutura interna das expressões idiomáticas tem despertado grande interesse entre linguistas brasileiros, como Xatara (1994), Xatara e Oliveira (2002), Tagnin (1989, 2013), Fulgêncio (2008), Raposo (2007) e Riva (2009), os quais têm contribuído, nas últimas décadas, para a elaboração de um construto teórico consistente no que diz respeito a essas expressões. No entanto, essas pesquisas não têm por objetivo analisar expressões que contêm, em sua composição, os nomes gerais, tampouco sob uma perspectiva que considere a variação na língua oral. Este trabalho tenta preencher um pouco dessa lacuna, considerando-se, para tanto, dados de língua oral do português brasileiro.

2. Pressupostos teóricos

O léxico de uma língua inclui unidades muito heterogêneas, compreendendo desde monossílabos e vocábulos simples, até sequências complexas formadas de vários vocábulos e mesmo frases inteiras, como é o caso de muitas expressões idiomáticas e provérbios. A identificação dessas estruturas complexas, denominadas

por este trabalho de *unidades lexicais* (ULs), é “fundamental para a análise computacional de textos porque elas se comportam irregularmente tanto morfosintática como semanticamente” (BIDERMAN, 2001, p. 171). Uma consequência de admitir as unidades lexicais como uma combinatória fechada no léxico é que elas permitem que seja estudada sua estrutura linguística interna: sintática, semântica, morfológica e fonológica.

2.1 Expressões fixas

A classe das EFs, como observa Iriarte Saromán (2000), tanto na prática lexicográfica quanto na bibliografia teórica, possui uma multiplicidade terminológica de designações. Assim, em autores e épocas diferentes, depara-se com termos como *frasema, colocação, solidariedade lexical, modismo, locução, frase feita, expressão idiomática, idiomatismo, expressão fixa, lexia complexa, unidade fraseológica, fraseologismo, sintagma, expressão* ou *construção fossilizada, etc.*, que são utilizados para referir-se ao mesmo conceito ou a conceitos diferentes (IRIARTE SANROMÁN, 2000, p. 180).

Para Xatara e Oliveira (2002), tal classe é concebida como um “grupo cristalizado com um determinado valor lexical preenchido convencionalmente, ou seja, ligado a um fato social” (XATARA; OLIVEIRA, 2002, p. 57). Fulgêncio (2008, p. 101) considera ser EF “qualquer sequência de palavras que é memorizada pelos falantes da língua como um todo unitário, sendo igualmente recuperada da memória em bloco, sem o intermédio obrigatório da aplicação de regras de valor geral”, noção acolhida por este trabalho por ser considerada a mais adequada aos objetivos propostos. Sua estrutura sintática, para além de ser geralmente fixa e tender a não permitir variabilidade livre na ordem dos elementos componentes, não é justaposta a partir de regras, mas recuperada da memória como um todo e reconhecida como uma unidade informacional pelos usuários da língua. Com base nessas particularidades, essas estruturas compreendidas como bloco único são convencionais do ponto de vista

do significado, uma vez que, conforme Tagnin (1989) aponta, o conhecimento de cada palavra que compõe a expressão não leva ao significado do conjunto, precisamente porque o grupo tem um significado arbitrário.

O que particulariza esse tipo de estrutura fixa, ainda segundo Tagnin (2013, p. 19), “é que todas essas unidades linguísticas são aprendidas como um todo, isto é, em bloco”. A autora classifica as EFs com base em características sintáticas, semânticas e/ou pragmáticas. Tendo isso em vista, as EFs são agrupadas pela autora em oito tipos: coligações, colocações, binômios, estruturas agramaticais consagradas, expressões convencionais, expressões idiomáticas, marcadores conversacionais e fórmulas situacionais. A classificação de Tagnin abarca, satisfatoriamente, uma ampla gama de tipos de estruturas cristalizadas comuns ao léxico da língua portuguesa, que atende e fornece uma base teórica apropriada para a proposta deste trabalho.

Uma característica das EFs é ser indecomponível. Raposo (2007, p. 40), ao analisar a natureza morfossintática das expressões idiomáticas (EI), verifica que a relação existente entre as partes para formar o todo pode ser examinada por meio dos aspectos morfossintáticos e semânticos. A pesquisadora entende que essas estruturas

são sintagmas, combinações de duas ou mais formas linguísticas, em que uma delas funciona como determinante e a outra como determinado. Há um elo de subordinação e, dessa forma, estabelecem-se estruturas tipológicas de acordo com o elemento que pode ser alterado na expressão idiomática. Em outras palavras, os elementos que compõem a expressão se subordinam a um termo que se caracteriza como sendo o núcleo da lexia complexa e esse, por sua vez, é o elemento passível de transformação. No entanto, as possibilidades de mudança dos elementos que compõem uma EI não estão circunscritas apenas ao núcleo da estrutura, embora as mudanças no núcleo sejam mais frequentes. (RAPOSO, 2007, p. 40).

As observações da autora sobre a estrutura interna das EIs podem ser expandidas para os demais tipos de EFs, visto que também possuem a

indecomponibilidade como característica e, posteriormente, tais considerações contribuirão para as análises sobre a variação lexical das EFs encontradas na amostra.

Por fim, reforça-se que as unidades cristalizadas, denominadas expressões fixas, são presentes e comuns nas línguas naturais, construídas e compreendidas pelos usuários e funcionam como qualquer palavra da língua.

2.2 Os nomes gerais

Conforme já explicitado, este trabalho se interessa pelas EFs que tenham em sua constituição um nome geral. Conforme apontam Amaral e Ramos (2014), na literatura linguística, os itens que possuem características típicas de nomes gerais recebem diferentes denominações como *palavra coringa*, *palavra ônibus*, *falso nome contável*, *palavra camaleão*, *palavra funcional*, *palavra passe-partout*, *nomes nucleares de rótulos retrospectivos*, *termos ou nomes genéricos*, *substantivo-suporte* e *concha nominal*. Em todo caso, trata-se de unidades linguísticas que possuem pouco conteúdo semântico. De acordo com Koch e Oesterreicher (2007), possuem uma intensão mínima e uma extensão máxima e, conforme apontam Halliday e Hasan (1976), estão na fronteira entre o léxico e a gramática.

Com relação às funções pragmáticas de um nome geral, um falante pode empregá-lo com três finalidades: (i) não perder tempo procurando na memória um termo conveniente para se referir à entidade pensada por ele (FULGÊNCIO, 1983); (ii) evitar que um referente de significado incômodo seja verbalizado, esquivando-se de possíveis constrangimentos; e (iii) dar a possibilidade de afastamento e de inespecificidade de forma intencional, incluindo fazendo uma referência genérica.

Embora haja muitos trabalhos que façam alguma referência a essa categoria de nomes, somente há poucos anos vêm sendo estudada a fundo por linguistas. Entre os trabalhos que discutem algum aspecto dessa categoria de nomes, encontram-se aqueles preocupados com a coesão lexical (HALLIDAY; HASAN, 1976; FRANCIS,

1994; SCHMID, 2000); com a linguística de corpus (MAHLBERG, 2005); com a linguística contrastiva (KOCH; OESTERREICHER, 2007; AMARAL, 2017) e os que observam a importância desses nomes nos processos de gramaticalização e de formação de pronomes (HASPELMATH, 1997; HEINE; KUTEVA, 2004; HEINE; SONG, 2010; 2011; GIACALONE; SANSÒ, 2007; 2011). Também é possível destacar aqueles que se ocupam especificamente de nomes gerais para humanos (AMARAL; MIHATSCH, 2016; MIHATSCH, 2015) e dos que se ocupam de dados do português brasileiro (AMARAL; RAMOS, 2014; OLIVEIRA, 2006).

Mas nenhum dos trabalhos anteriores se ocupa propriamente do papel dos nomes gerais na formação de EFs e muito menos com um foco na variação. Amaral e Ramos (2014) destacam que esses nomes aparecem em várias locuções ou fraseologias na língua e afirmam que os dicionários registram, por exemplo, com o item *coisa*: *coisa-à-toa*, *coisica de nada*, *não ser grande coisa*; com *negócio*: *negócio da China*, *negócio de pai para filho*; e com o item *pessoa*: *em pessoa*, *ser a segunda pessoa de*. Os autores, porém, destacam que há expressões que ainda não foram dicionarizadas, como *com coisa que*, *é o tipo da coisa* e *esse negócio de*. Verifica-se, portanto, que os nomes gerais são itens produtivos no processo de formação de expressões idiomáticas, sendo observadas cristalizações, até então, não registradas por obras lexicográficas. Embora tenham identificado novas expressões, os autores não chegam a discutir nada em relação às possíveis formas variantes.

Entre os nomes gerais mais comuns citados em trabalhos sobre o português brasileiro, encontram-se palavras como *cara*, *coisa*, *indivíduo*, *homem*, *negócio*, *pessoa*, *trem*, *troço* (AMARAL e RAMOS, 2014; OLIVEIRA, 2006). Conforme será explicado adiante, neste trabalho observa-se a variação de EFs que contêm somente uma seleção desses nomes estudados.

2.3 Variação lexical

Apesar de a variação linguística se apresentar em todos os níveis da língua, é no nível lexical que pode ser percebida mais rapidamente. O estudo desse nível é de fundamental importância, pois é também nele que as fronteiras do domínio do repertório linguístico da sociedade são ampliadas como um todo, além de caracterizar a variedade regional e sociocultural de qualquer língua.

Moreno Fernández (2005, p. 33) destaca que, para abordar o estudo da variação léxica, é necessário demonstrar tais equivalências e encontrar essas variantes no discurso natural. O pesquisador também menciona os casos em que as unidades alternantes não são palavras, mas combinações fixas. Penadés Martínez (1999), por sua vez, reconhece ser possível, a partir dos significados definidos nos dicionários, estabelecer conjuntos de unidades fraseológicas a partir de uma relação de sinonímia. A autora também identifica outras construções que, apesar das diferenças de tipo léxico, são variantes do mesmo fraseologismo, mesmo com uma identidade de significante parcial, ou seja, com igualdade parcial de formas, o que reforça ainda mais a associação que a própria identidade de significado estabelece entre elas.

Neste trabalho, adota-se um conceito de variante a partir do exposto por García-Page (2007, p. 219), segundo o qual as variantes são modulações formais que uma mesma expressão fixa apresenta e que estão codificadas ou institucionalizadas, ou seja, são previsíveis. O mesmo autor destaca que estas modulações podem ser de natureza diversa, como fônica, gráfica, morfológica, gramatical ou lexical. A este trabalho, interessam sobretudo as modulações de ordem gramatical e lexical.

No caso da variação lexical, García-Page (2007, p. 242) sustenta que esta só pode se dar mediante o mecanismo da comutação. Essa substituição pode ocorrer, ainda segundo o autor, entre unidades lexicais sinonímicas (ou quase-sinonímicas) ou não, o que também não significa que dois itens que apresentam identidade de sentido, ou seja, que são considerados sinônimos perfeitos, possam livremente participar de uma

comutação em toda unidade fraseológica. De acordo com o autor: “a sinonímia sistêmica ou literal dos componentes intercambiáveis não é, portanto, *conditio sine qua non* para a formação de variantes (GARCÍA-PAGE, 2008, p. 242)⁴.

Para García-Page, os elementos que participam de uma comutação entre variantes fraseológicas podem guardar algum tipo de relação semântica. Neste trabalho, argumenta-se que é justamente por conterem poucos traços semânticos que os nomes gerais possibilitam a variação das EFs nos dados de língua oral.

3. Procedimentos metodológicos

Este trabalho se dedica à análise das EFs que incluem em sua composição um nome geral e foca na variação lexical que as EFs podem apresentar. Para tanto, fez-se a seleção dos seguintes nomes gerais: *coisa*, *negócio*, *trem* e *troço*, todos com traço [-humano].

Os dados selecionados para a constituição da amostra provêm de transcrições sociolinguísticas pertencentes aos seguintes corpora: (1) projeto *O uso de nomes gerais nos falares mineiros* (NGFM); (2) projeto *Português Oral Culto de Fortaleza* (PORCUFORT); (3) *Grupo Discurso & Gramática* (D&G) e (4) projeto da *Norma Urbana Oral Culta* (NURC), totalizando 411 transcrições e 1.585.357 palavras. Os dados, todos de língua oral, são das seguintes localidades: Bambuí (BMB), Belo Horizonte (BHZ), Caeté (CTE), Fortaleza (FRT), Juiz de Fora (JZF), Montes Claros (MOC), Natal (NTL), Niterói (NTR), Nova Lima (NLM), Ouro Preto (OPR), Ponte Nova (PNV), Rio Grande (RGD), Rio de Janeiro (RJD), Rio de Janeiro (RJN), Santa Luzia (SLZ), Sericita (SRC) e Sete Lagoas (SLG)⁵.

⁴ No original: “la sinonimia sistémica o literal de los componentes intercambiables no es, por lo tanto, *conditio sine qua non* para la formación de variantes”.

⁵ Os dados de RJD pertencem ao projeto *Discurso & Gramática* e os de RJN, ao projeto NURC. As informações completas sobre o processo de constituição da amostra de dados se encontram em Oliveira (2017).

Por se tratar de um trabalho qualitativo, não é estabelecido um número mínimo de ocorrências de uma construção. O que justifica esse critério é que, no processo de leitura e coleta dos dados, é feita uma análise semântico-lexical considerada fundamental para que as construções unitárias recebam a devida atenção quanto ao seu sentido e função dentro das orações. Outra razão é que o número de ocorrências lexicais é menos frequente se comparado às fonéticas/fonológicas, o que torna inviável o descarte de ocorrências raras. Portanto, na próxima seção, serão relacionadas todas as EFs da amostra que contêm os nomes gerais selecionados e que apresentam algum tipo de variação na sua constituição interna.

Em concordância com os objetivos do trabalho, é feita uma discussão acerca da variação lexical nas EFs devido à particularidade da classe dos nomes gerais, que autoriza a permuta entre itens sem causar quebra de sentido e/ou função.

4. Resultados e análise dos dados

O conjunto de EFs encontradas nos dados de língua oral inclui expressões dicionarizadas (ex.: *coisa de louco*) e outras que ainda não estão registradas nos dicionários (ex.: *coisa deste tipo*). Considerando ambos tipos de expressões, podemos identificar um conjunto que apresenta variação em relação a diversos elementos de sua constituição interna e outro que apresenta variação especialmente em relação ao nome geral. Nas próximas subseções, trataremos desses dois conjuntos.

4.1. Variação não nuclear das EFs com nomes gerais

No quadro 1, estão representadas as EFs em que há variação entre os elementos internos, i.e, o que varia não são os nomes gerais.

Quadro 1 -- Relação de EFs com nomes gerais que apresentam variação em elementos não nucleares.

<p>aquela coisa toda / essa coisa toda aquele negócio todo / esse negócio todo coisa desse (deste) tipo / coisa do tipo</p>

é a **tal** coisa / é **aquela** coisa / é **aquela tal** coisa
 é aquele negócio / **tem** aquele negócio
 é **o tal** negócio / **tem aquele** negócio
esse negócio de / **aquele** negócio de
esse tipo de coisa / **aquele** tipo de coisa
 não ser grande coisa / não ser **lá** grande coisa
 negócio de **louco** / negócio de **doido**

Fonte: resultados da pesquisa.

Seguindo a classificação de Tagnin (2013), a EF *aquela coisa toda* funciona como marcador conversacional, isto é, como uma estratégia linguística útil aos interlocutores para a construção do discurso, e apresenta uma variação entre os demonstrativos *aquela* e *essa*, como mostram os exemplos abaixo.

- (1) tinha a arte, eh, tinha colagem, modelagem, *aquela coisa toda* (RJN 05)
- (2) diz que o pombo faz cocô em cima *essa coisa toda* (RJN 128)

A variabilidade dos demonstrativos em (1) e (2) é possível, porque, aparentemente, existe uma estrutura abstrata e há um preenchimento feito pelos interlocutores com esses elementos constituintes das EFs, que têm caráter resumitivo. Por isso, é indispensável que haja o conhecimento partilhado, oral e situacional, no momento de produção, para que os elementos dêiticos façam sentido na interação comunicativa, permitindo essa indistinção de uso.

O fato de as ULs compostas por nomes gerais virem acompanhadas por determinantes é comum à classe. Levando-se em conta as regras gramaticais, isso se deve ao fato de este pequeno grupo de palavras necessitar de auxílio para a determinação de relações referenciais, fato muito importante na construção e progressão da informação, principalmente por via verbal. Em outras palavras, o nome geral, por (re)qualificar o referente de forma pouco específica, torna pertinente a adjunção de um elemento dêitico na estrutura.

A variação entre (3) e (4) está na inserção do advérbio *lá* e o marcador plural no adjetivo *grande*. Esta variação pode ser considerada uma inserção e, diferentemente dos exemplos anteriores, as duas formas estão dicionarizadas. Sublinha-se a tendência da dupla negativa, posto que há formas de negação antes e no fim da construção.

(3) noticiário porque esses programa de auditório *num são grande coisa* não né? (FRT 15)

(4) a casa de praia... num é lá... *num é lá grandes coisa* não... mas comporta um bo/ comporta muita gente (NTL 12)

De modo geral, o que se nota é que, no quadro 1 acima, os itens variantes não nucleares pertencem ao mesmo campo semântico e estão limitados aos demonstrativos (*esse/este/aquele*), aos verbos (*ser/ter*) e à inserção/remoção de elementos, como o advérbio de lugar *lá* e o artigo *o*. Uma variação mais interessante do ponto de vista dos estudos lexicais é a que se dará com os núcleos das expressões, tal como explicado na próxima subseção.

4.2. Variação nuclear de EFs com nomes gerais

Parte-se agora para o exame da variação lexical dos nomes gerais núcleos das EFs. Os dados permitem identificar os seguintes nomes gerais como membros de unidades variantes: *coisa/negócio*; *coisa/troço*; *coisa/negócio/trem*, esta última considerando a variedade dialetal do português em que ocorre *trem* como nome geral. A relação das expressões encontra-se no Quadro 2 e, em seguida, é apresentado e comentado cada grupo de variantes:

Quadro 2 -- Relação de EFs com nomes gerais que apresentação variação nos núcleos.

<p>aquela coisa toda / aquele negócio todo é a tal coisa / é o tal negócio coisa desse tipo / negócio desse tipo coisa de louco/ negócio de louco uma coisa /um troço</p>

essa coisa de/ esse negócio de/ esse trem de

Fonte: resultados da pesquisa.

(i) aquela **coisa** toda/aquele **negócio** todo:

(5) aí só ficava olhando a gente abrir a latinha *aquela coisa toda*... sabe aquele olhar crítico né? (BHZ 18)

(6) boto o endereço, remetente, *aquele negócio todo* e boto lá, no, no lugar adequado, né? (RJN 184)

No par acima, verifica-se que ambas as expressões funcionam como uma estratégia de progressão referencial que, através de uma generalização, abarcam toda informação anterior às ULs. Logo, o falante faz a ativação (anafórica) de traços gerais do referente, permitindo a continuidade/encerramento do turno.

(ii) *é a tal coisa / é o tal negócio*;

(7) bom, mas *é a tal coisa*, né, sempre podia estar pior noutro lugar, né? (RJN 153)

(8) é assim meio infantil, meio pueril, mas *é o tal negócio*, é... evoca assim época de Natal (RJN 21)

Diferentemente do exemplo anterior, o par variável acima, neste caso, estabelece uma estratégia de progressão referencial por meio de uma reorganização/introdução de informações. Desse modo, o falante, por meio das expressões, é capaz de fazer a ativação, ora catafórica (7), ora anafórica/catafórica (8), de traços gerais ao reformular/inserir o respectivo período para uma continuidade progressiva. Assim, no primeiro exemplo, com *a tal coisa*, o informante antecipa a informação referente ao que julga 'estar pior em outro lugar', ao passo que, no segundo exemplo, com *o tal negócio*, o informante retoma lembranças nostálgicas de sua infância

e antecipa a relação que procura estabelecer dessas lembranças com o período do Natal.

(iii) *coisa desse tipo* / *negócio desse tipo*:

(9) se comportar numa determinada entrevista *coisas desse tipo*... cê tá/cê vai passar ali na frente de outras pessoas” (CTE 21)

(10) no campo de futebol... futebol de salão... *negócio desse tipo*... então é muito bom (FRT 45)

As EFs acima, por sua vez, permitem ao falante fazer uma seleção das informações do contexto e realizar uma retomada anafórica que delimita e restringe ideias precedentes. Em (9) e (10), por exemplo, dentre as informações precedentes às expressões *coisas desse tipo* e *negócio desse tipo*, faz-se uma limitação do que é pertinente aos assuntos *comportamento em entrevista e futebol*.

(iv) *coisa de louco*/ *negócio de louco*;

(11) mas infelizmente o excesso de trabalho, mas é uma **coisa de louco** (RJN 145)

(12) saía água pelos boeiros, assim um *negócio de louco* (RJN 322)

A expressão *coisa de louco* está registrada no dicionário de locuções de Rocha (2011) como ‘algo que acontece de forma inusitada, estranha’. No entanto, ainda que aproximada, o que se nota dos dados é uma ideia distinta, algo como ‘bagunça ou caos’. Tal sentido é o mesmo compartilhado em *negócio de louco* (12), o que pode ser considerado como um indício da incorporação de um novo significado para a EF em questão. Ambas ULs podem, por conseguinte, serem utilizadas uma no lugar da outra.

(v) *uma coisa/um troço*:

- (13) só tem brasileiro falando alto lá e achando graça e acha que pode falar palavrão, aquele negócio, é *uma coisa!* (RJN 233)
 (14) e chega um pedido, um, um único consumidor pedindo vinte por mês... é *um troço*... não tem condição, muito difícil (RJN 113)

As expressões idiomáticas *um troço* e *uma coisa* estão dicionarizadas, igualmente, com dois sentidos. Um relaciona a algo uma qualidade positiva e o outro uma qualidade negativa. Os registros dos dados orais de *um troço* pontuaram somente a sua segunda característica. O uso de *uma coisa* também se orienta para a abonação negativa. Nessas expressões, também é permissível a troca dos nomes gerais, bem como serem usadas uma no lugar da outra, sem o rompimento do seu significado convencional, como exemplificado em (13a) e (14a):

- (13) a. só tem brasileiro falando alto lá e achando graça e acha que pode falar palavrão, aquele negócio, é *um troço!*⁶
 (14) a. e chega um pedido, um, um único consumidor pedindo vinte por mês... é *uma coisa*... não tem condição, muito difícil.

(vi) essa **coisa** de/ esse **negócio** de/ esse **trem** de;

- (15) isso aí sempre pesou muito... sabe? *essa coisa de* você comprar um tecido e mandar fazer uma blusinha (FRT 12)
 (16) agora *esse negócio de* malha blusa de malha... eh jeans... sabe? (FRT 32)
 (17) eu gostava... mai[s] pr[a] *esses trem de* apresentar trabalho assim na frente de muita gente... aí dava não (CTE 26)

Os marcadores discursivos são os tipos de EFs que apresentam, na amostra, maior registro de variação do nome geral. São três pares (*aquela coisa toda / aquele negócio todo; é a tal coisa / é o tal negócio; coisa desse tipo / negócio desse tipo*) e um trio (*essa coisa de/ esse negócio de/ esse trem de*) que compartilham igualdade de valor referencial. Tais estruturas, por exercerem funções, e talvez por carregarem ainda menos carga

⁶ As paráfrases dos exemplos deste trabalho são de nossa autoria.

semântica como conjunto se comparadas às EIs, permitem mais facilmente a alternância do seu nome núcleo por outro da mesma classe, no caso, nomes gerais, sem afetar a coesão do enunciado. Isso pode ser confirmado abaixo:

(15) a. isso aí sempre pesou muito... sabe? *essa coisa de* [= *esse trem de* = *esse negócio de*] você comprar um tecido e mandar fazer uma blusinha (FRT 12)

(16) a. agora *esse negócio de* [= *essa coisa de* = *esse trem de*] ma::lha blusa de ma::lha... eh:: jeans::... sabe? (FRT 32)

(17) a. eu gostava... mai[s] pr[a] *esses trem de* [= *essas coisas de* = *esse negócio de*] apresentar trabalho assim na frente de muita gente... aí dava não (CTE 26)

Pelos exemplos expostos, observa-se que, apesar do intercâmbio dos pares correspondentes das EFs, não é verificado prejuízo na progressão discursiva e não há mudança do sentido nas expressões idiomáticas e da função dos marcadores conversacionais listados.

Dessa maneira, quando uma EF é utilizada, e neste caso o que está sendo avaliado são dados orais, o enunciador preenche essa representação com os nomes gerais que estão mais disponíveis. O item *coisa*, que é o membro mais prototípico da classe, é também o mais produtivo na formação de EFs. Por outro lado, o item *trem* não está disponível em todas as variedades da língua portuguesa como nome geral e, portanto, não fará parte de EF onde não é empregado com esse valor. Em todo caso, dependendo do tipo de EF, o núcleo do sintagma pode ser preenchido por qualquer um dos membros da classe, por estarem dentro do mesmo campo semântico.

Logo, apesar de os grupos de (i) a (vi) terem em sua constituição nomes gerais distintos, as EFs não sofrem alteração do sentido/função porque, aparentemente, o que as sustenta não são os elementos integrantes das construções, mas sim uma representação abstrata ou mental. Há a recuperação e uma compreensão global da EF sem que o enunciador faça um processamento dos morfemas que integram a unidade linguística. Existe uma estrutura abstrata e há um preenchimento dos elementos

constituintes de valoração semântica semelhante que formam, conforme postula Lavandera (1978), construções de mesmo valor funcional.

Outro fato constatado é que, quanto mais pleno o sentido, menos provável é a possibilidade de alteração de elementos. Isso pode ser comprovado com a tentativa de permuta na expressão *coisa julgada*, encontrada nos dados orais, mas que, no entanto, não permite variação lexical, por se tratar de um termo especializado utilizado na linguagem jurídica. Ao se tentar fazer a troca do nome geral da expressão *coisa julgada* (18), para *negócio julgado* (18a), com a devida obrigatoriedade da concordância nominal exigida pelas regras gramaticais, prejudica-se o sentido da colocação:

(18) eu vou executar aquela sentença... daí o fato de que a... a execução... só se faz... depois da *coisa julgada*. (RJN 341)

(18) a. * eu vou executar aquela sentença... daí o fato de que a... a execução... só se faz... depois do *negócio julgado*.

A quebra de sentido, no entanto, não é observada nos exemplos anteriores desta seção, em que os nomes gerais podem ser alterados na composição da estrutura sem romper o sentido da EF, o que reforça a afirmativa do preenchimento de sentido da UL.

5. Considerações finais

As EFs, apesar de terem por característica a rigidez das suas estruturas, tendem a permitir substituição de palavras, desde que pertençam ao mesmo campo semântico ou que sejam observadas determinadas restrições. Logo, não se trata de uma alteração livre. De modo semelhante ao que expõe García-Page (2007, p. 217), verifica-se que as unidades que sofrem variação podem aceitar um tipo de alteração muito concreta, mas não todos os tipos comuns às construções livres. Esse fato foi verificado na variação dos itens não nucleares das estruturas, com a permuta dos determinantes, e acontece

com os nomes núcleos, no caso os nomes gerais, pelo fato de serem nomes de natureza semelhante e com conteúdo semântico mínimo na língua.

Por fim, considera-se que as alterações não são livres nem exclusivamente dependentes da estrutura interna da expressão. São dependentes de autorização contextual e do conhecimento pragmático do ouvinte, visto que o que é armazenado é a ideia, uma estrutura abstrata (FULGÊNCIO, 2008). Além disso, quanto mais preenchida semanticamente, mais específica é a EF, o que impede uma troca dos nomes gerais quando em posição de núcleo, a exemplo de *coisa julgada*. Por outro lado, quanto mais gramatical é a estrutura, como é o caso dos marcadores conversacionais, maior é a possibilidade de troca do nome geral devido às suas funções coesivas, conforme exemplificado em (15), (16) e (17).

Referências bibliográficas

AMARAL, E. T. R. Estudio contrastivo de nombres generales para humanos en español y en portugués. **Lingüística y literatura**, n. 72, p. 54-79, 2017.

AMARAL, E. T. R.; RAMOS, J. **Nomes gerais no português brasileiro**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2014.

AMARAL, E. T. R.; MIHATSCH, W. Le nom français ‘personne’ en comparaison avec le portugais brésilien ‘pessoa’ et l’allemand ‘Person’ – des noms en voie de pronominalisation?”. **Actes du CMLF 2016 – 5e Congrès Mondial de Linguistique Française**. Les Ulis: SHS Web of Conferences. 27: 1-17, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1051/shsconf/20162712015>. Acesso em: 28 out. 2017.

AULETE DIGITAL. Lexikon, 2018. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/coisa>. Acesso em: 23 jul. 2018.

BIDERMAN, M. T. C. **Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRANCIS, G. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, M. (ed.). **Advances in written text analysis**. London / New York: Routledge, 1994. p. 83-91.

FULGÊNCIO, L. **O problema da interpretação dos elementos anafóricos**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 1983. 130 p.

FULGÊNCIO, L. **Expressões fixas e idiomatismos do português brasileiro**. 2008. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC, Belo Horizonte, 2008. 506 p.

GARCÍA-PAGE SÁNCHEZ, M. **Introducción a la fraseología española: estudio de las locuciones**. Barcelona: Anthropos, 2008.

GIACALONE RAMAT, A.; SANSÒ, A. The spread and decline of indefinite *man*-constructions in European languages: an areal perspective. In: RAMAT, P.; ROMA, E. (ed.). **Europe and the Mediterranean as Linguistic Areas: convergencies from a historical and typological perspective**. Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins, 2007. p. 95-131.

GIACALONE RAMAT, A.; SANSÒ, A. L'emploi indéfini de *homo* en latin tardif: aux origines d'un "européanisme". In: FRUYT, M.; SPEVAK, O. (eds.). **La quantification en latin**. Paris: Harmattan, 2011. p. 93-115.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. 14. ed. London /New York: Longman, 1976.

HASPELMATH, M. **Indefinite pronouns**. Oxford: Clarendon, 1997.

HEINE, B.; KUTEVA, T. **World lexicon of grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HEINE, B.; SONG, K. On the genesis of personal pronouns: some conceptual sources. **Language and cognition**, v. 2/1, p. 117-147, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1515/langcog.2010.005>

HEINE, B.; SONG, K. On the grammaticalization of personal pronouns. **Journal of Linguistics**. Cambridge, v. 47/3, p. 587-630, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022226711000016>

HURFORD, J. R.; HEASLEY, B. **Curso de semântica**. Canoas: ULBRA, 2004.

IRIARTE SANROMÁN, Á. **A unidade lexicográfica: palavras, colocações, frasesmas, pragmatemas.** Dissertação (Doutoramento em Ciências da Linguagem – Linguística Aplicada). Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Braga. 2000. 441p.

KOCH, P.; OESTERREICHER, W. **Lengua hablada en la Romania: español, francés, italiano.** Madrid: Gredos, 2007.

LAVANDERA, B. R. **Variación y significado. Y discurso.** Buenos Aires: Paidós, 2014.

MAHLBERG, M. **English general nouns: a corpus theoretical approach.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1075/scl.20>

MIHATSCH, W. La sémantique des noms généraux *être humain* français et allemands. In: MIHATSCH, W.; SCHNEDECKER, C. (ed.). **Les noms d’humains: une catégorie à part?.** (Zeitschrift für französische Sprache und Literatur – Beihefte, Neue Folge ZFSL-B), Stuttgart: Franz Steiner, 2015. pp. 55-84.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2004.

OLIVEIRA, C. M. G. M. de. **O substantivo suporte: critérios operacionais de caracterização.** 2006. Tese (Doutorado em Letras) - Centro de Teologia e Ciências Humanas, PUC, Rio de Janeiro, 2006. 118 p.

OLIVEIRA, L. de S. do N. **Expressões fixas do português formadas a partir de nomes gerais: aspectos lexicais e variacionistas.** Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2017. 80 p.

PENADÉS MARTÍNEZ, I. **La enseñanza de unidades fraseológicas.** Madrid: Arco Libros, 1999.

RAPOSO, K. C. de S. **Estudo das expressões idiomáticas do português do Brasil: uma proposta de sistematização.** Dissertação (Mestre em Língua Portuguesa) Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. 137 p.

RIVA, H. C. **Dicionário onomasiológico de expressões idiomáticas usuais na língua portuguesa do Brasil**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2009. 311 p.

ROCHA, C. A. de M.; ROCHA, C. E. P. de M. **Dicionário de locuções da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2011.

SCHMID, H.-J. **English abstract nouns as conceptual shells**. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 2000.

TAGNIN, S. E. O. **Expressões idiomáticas e convencionais**. São Paulo: Ática, 1989.

TAGNIN, S. E. O. **O jeito que a gente diz: expressões convencionais e idiomáticas**. São Paulo: Disal, 2013.

XATARA, C. M. **As expressões idiomáticas de matriz comparativa**. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1994. 140 p.

XATARA, C. M.; OLIVEIRA, W. L. de. **Dicionário de provérbios, idiomatismos e palavrões: francês-português / português-francês**. São Paulo: Cultura, 2002.

Artigo recebido em: 12.11.2017

Artigo aprovado em: 27.05.2018

Análise da distância social em verbetes de dicionários infantis ilustrados

Analysis of social distance in illustrated children's dictionary entries

Thaísa Maria Rocha Santos*
Antônio Luciano Pontes**

RESUMO: Este trabalho traz a análise de verbetes de duas obras. Estas são dois dicionários consagrados no mercado editorial: *Aurelinho*. Dicionário Infantil ilustrado da Língua Portuguesa (2008) e *Meu Primeiro Dicionário Houaiss* (2010). Foram analisados os recursos semióticos presentes em alguns verbetes dessas obras, os quais foram escolhidos tendo como base critérios que priorizassem coincidências de ocorrências entre os dois dicionários. Ao todo, foram analisados 22 verbetes, sendo 11 de cada dicionário, à luz da Multimodalidade e da Metalexigrafia. Analisou-se a distância social nos verbetes ilustrados, tendo como base a Teoria da Gramática do Design Visual (GDV), e observou-se a organização dos verbetes dos dicionários infantis, tendo como referência as teorias da Metalexigrafia, por meio de estudos de teóricos como Zavaglia (2011), Pontes (2009), dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Metalexigrafia. Dicionário infantil. Multimodalidade. Distância Social. Gramática do Design Visual.

ABSTRACT: This study analyse the entries of two renowned dictionaries in the publishing market, *Aurelinho*. Dicionário ilustrado da Língua Portuguesa (2008) and *Meu primeiro dicionário Houaiss* (2010). We analyzed the interactive resources contained in some entries of these works, which were chosen based on criteria that prioritize occurrences of coincidences between the two dictionaries. In total, 22 entries were analyzed, 11 of each dictionary in the light of Multimodality and Metalexigraphy. We analyze the interactive resources in the illustrated entries based on the Theory of Grammar of Visual Design (GVD), and observe the organization of the entries of children's dictionaries, with reference to the theories of Metalexigraphy through theoretical studies as Zavaglia (2011), Pontes (2009), among others.

KEYWORDS: Metalexigraphy. Children's dictionary. Multimodality. Social distance. Grammar of Visual Design.

* Mestre e doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

** Doutor em Linguística pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

1. Introdução

A Lexicografia é caracterizada por alguns autores, por exemplo, Casares (1992, p. 10-11) e Martín (2000, p. 24), como uma técnica de construção de dicionários. Segundo Dantas (2009), a Lexicografia se relaciona com os estabelecimentos teóricos da Lexicologia, sendo uma aplicação prática desta teoria. Além de a Lexicografia ser a ciência que se destina à composição de dicionários, ela também tem como enfoque a crítica de obras lexicográficas.

Vários aspectos têm contribuído para a valorização da ciência lexicográfica. A concorrência editorial, o uso pedagógico de dicionários – o que foi consequência da adoção de obras lexicográficas pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) – a modernização dessas obras, a necessidade de consulta dos mais variados públicos aos mais diversos tipos de dicionários e a evolução, inclusive tecnológica, destes fizeram com que a Lexicografia desse um enorme salto e passasse a interessar mais aos linguistas.

Por causa dessa nova forma de encarar a ciência lexicográfica, entre as décadas de sessenta e setenta, Hausmann (1990), citado por Dantas (2009, p.214), passou a usar o termo *Metalexigrafia* ao se referir ao estudo crítico de obras lexicográficas. Segundo Pontes (2009), Porto Dapena (2002, p.23) usa o termo *Lexicografia Teórica* para nomear a ciência que estuda criticamente os dicionários e que contempla os seguintes campos de estudo: história da Lexicografia, organização do trabalho lexicográfico, princípios da Lexicografia monolíngue e plurilíngue, reflexões sobre a tipologia dos dicionários, teoria do texto lexicográfico e reflexões sobre a metodologia de elaboração do dicionário.

A classificação dos dicionários obedece alguns critérios. O principal deles é o direcionamento da obra ao seu consulente. Alguns recursos utilizados pelos dicionários podem ser facilmente explicados pela tentativa de adequá-los mais bem ao seu usuário, como é o caso do recurso da ilustração.

Dentre os dicionários ilustrados, encontram-se os infantis. Tendo como público-alvo crianças em fase de alfabetização, essas obras lexicográficas contam com recursos diferenciados, como utilização de cores vibrantes na capa, fonte maior, página em formato mais largo e alongado, personagens que interagem com leitor e, um dos mais importantes, ilustrações.

As ilustrações nos dicionários infantis se dão nos mais diversos locais da obra, mas as que promovem um maior suporte pedagógico são as presentes nos verbetes, pois devem auxiliar o entendimento das diferentes acepções das palavras pela criança.

Alguns pontos que devem ser investigados em relação às obras lexicográficas infantis dizem respeito à contribuição que as ilustrações nos dicionários infantis dão à compreensão, pelo usuário, do verbe. Esses tipos de recursos que existem dentro de um texto multimodal têm suscitado muitos estudos atualmente. Para Kress (1995, p.7.11), um texto multimodal se caracteriza por

um ‘tecer’ junto, um objeto fabricado que é formado por fios ‘tecidos juntos’ – fios constituídos de modos semióticos. Esses modos podem ser entendidos como formas sistemáticas e convencionais de comunicação. Um texto pode ser formado por vários modos semióticos (palavras e imagens, por exemplo) e, portanto, podemos chegar à noção de multimodalidade. Com o advento de materiais computadorizados, multimídia e interacional, esta forma de conceituar a semiose se torna cada vez mais pertinente.

Nosso trabalho se propõe, portanto, estudar os recursos semióticos interativos – palavras e imagens, por exemplo – dentro dos dicionários infantis, buscando explicar como se dão e entender como a disposição deles pode facilitar a aquisição da língua portuguesa pelas crianças usuárias das obras lexicográficas.

Na fundamentação teórica desta pesquisa, tópico a seguir, será abordada a tipologia infantil das obras lexicográfica e da teoria que compõe a Metafunção Interativa, pensada por Kress e Van Leeuwen (1996,2006).

2. Pressupostos teóricos

Neste tópico, serão abordadas teorias fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Primeiramente, serão estudadas as teorias relacionadas à ciência lexicográfica, com enfoque nos dicionários infantis – tipo que mais interessa nesta pesquisa. Posteriormente, será abordada a teoria da Gramática do Design Visual (GDV), com foco na Metafunção Interativa, proposta por Kress e Van Leeuwen (1996, 2006), pela qual será situada a análise.

2.1. Os dicionários infantis

Ao contrário do que muitos pensam, as obras lexicográficas voltadas para o público infantil são um dos tipos mais importantes (se não o mais importante) de obras lexicográficas, exigindo cautela e clareza por parte do lexicógrafo ao compor a obra, a fim de que os consulentes sejam devidamente atingidos. Para que haja um avanço na lexicografia para crianças, é necessário que a Metalexigrafia infantil cresça por meio do aumento do número de pesquisas nessa área, pois, ao serem criticados os dicionários, mais possibilidades existirão de estes serem aprimorados. Devido aos seus objetivos tão peculiares, as obras lexicográficas infantis, as quais correspondem ao tipo 1, tendo como base os parâmetros do PNLD, possuem muitas características que as tornam diferentes dos demais tipos de dicionários, a começar pelo design gráfico. Ilustrações, entradas coloridas, páginas maiores; tudo deve estar disposto respeitando os objetivos da obra, dentre os quais está o de despertar o interesse e a curiosidade da criança. Apesar da necessidade de se respeitar certos padrões que os metalexígrafos defendem, muitos dicionários infantis são inadequados ao seu público. Zavaglia (2011, p. 4) opina justamente sobre isso.

A Lexicografia para o público infantil pode ser entendida, a grosso modo, como a técnica de se registrar e repertoriar aquela fatia do léxico geral de uma língua que abarca itens lexicais próprios e singulares ao universo infantil, ou seja, de se compilar dicionários dirigidos ao

público infantil. A partir do momento que partilho da ideia de que a Lexicografia é mais do que uma técnica e uma arte, é uma ciência; e enquanto ciência está sujeita à teoria e a etapas metodológicas, acredito que a mesma valoração deva ser empregada para a Lexicografia infantil, embora, esta última, a meu ver, esteja, ainda, aquém desses propósitos.

Percebe-se, dentro do universo dos dicionários escolares, que não há uma fixidez para se referir a um dicionário como infantil ou como escolar. Alguns autores, como Damim e Peruzzo (2006), propõem uma classificação dos dicionários escolares, dividindo-os em **dicionário escolar infantil**, **dicionário escolar para iniciantes**, **dicionário escolar padrão**, **dicionários escolar míni** e **dicionário escolar enciclopédico**. Outros autores se utilizam de outras nomenclaturas para se referir a um dicionário infantil, como dicionário de iniciação ou pré-dicionário. A terminologia para se distinguir um dicionário escolar para crianças já alfabetizadas de um dicionário infantil não é constante, porém deve-se cuidar para que os dicionários escolares não sejam tidos como um tipo único que serve para qualquer estudante de qualquer faixa etária.

Referindo-se aos dicionários infantis, Hausmann (1990 apud WELKER, 2008, p. 296) apresenta suas características gerais e fundamentais: (1) Layout claro, sem economia de espaço, com letras grandes, com amplo uso de cores, geralmente com um formato grande; (2) Imagens que ilustram todos ou a maior parte dos lemas; (3) Renúncia a algumas definições – quando estas existem, são fornecidas de modo não convencional; (4) Substituição da microestrutura convencional por textos narrativos, também chamados de narrativas lexicográficas; (5) Inexistência de informações sobre o lema – quando elas existem, são econômicas; (6) Ausência de abreviaturas; (7) Existência de “tarefas” no interior do dicionário; (8) Macroestrutura seletiva que gira em torno de, no máximo, 5.000 lemas, mas geralmente são entre 200 e 2.000; (9) Lemas que designam referentes concretos; (10) Destinatário que possui menos de dez anos de idade.

Nos dicionários infantis, a organização da macroestrutura se dá, frequentemente, por critério semasiológico. Geralmente, apenas após a letra Z, constam estruturas por campo conceituais. Quanto à extensão macroestrutural, Zavaglia (2011, p. 7) destaca que,

para a Lexicografia Infantil, o que parece nortear, no Brasil, essa quantidade é o que esclarecem Rangel e Bagno (2006) em relação ao Acervo A composto por dicionários de Tipo 1 e Tipo 2 indicados pelo MEC, ou seja, de 1.000 a 3.000 entradas e entre 3.500 e 10.000, respectivamente.

Em relação à escolha dos léxicos para compor um dicionário, sabe-se que, durante muito tempo, muitos dicionários eram a cópia de sua edição antiga. Segundo alguns autores, como Pontes (2009), isso não é o ideal. Os dicionários devem acompanhar o desenvolvimento da língua e atualizar seu *corpus*. Hoje, na lexicografia moderna, os dicionários são compostos através de *corpora* eletrônicos, de acordo com a frequência de uso das palavras.

Sobre a seleção do léxico, Zavaglia (2011, p. 8), acrescenta que

o simples levantamento estatístico, entretanto, não serve para abonar se tal unidade léxica deverá fazer parte ou não da nomenclatura de um dicionário. É necessária uma análise qualitativa do lexicógrafo, quer dizer, uma análise semântica da palavra para delimitá-la a fazer parte ou não da nomenclatura, se se trata de um caso de homonímia, por exemplo, uma vez que uma mesma unidade léxica pode realizar-se com significações diversas (valor denotativo ou conotativo, por exemplo).

Zavaglia (2011, p. 9), seguindo os preceitos de Haensch (1982), elenca quatro critérios que deveriam ser utilizados para selecionar o repertório lexical de um dicionário escolar; os três primeiros deles, externos; e o último, interno, a saber: (i) a finalidade do dicionário; (ii) o público-alvo, uma vez que a determinação do usuário influenciará na escolha das unidades lexicais; (iii) a extensão, que é geralmente

determinada a priori pelos editores de acordo com o público-alvo e (iv) o método de seleção das unidades léxicas segundo princípios linguísticos: frequência de uso e disponibilidade das unidades léxicas e a importância delas no conjunto vocabular do objeto de descrição.

Voltando-se agora para o recurso da ilustração, utilizado na maioria dos dicionários infantis, vemos que é importante abordar o posicionamento dos diversos estudiosos a respeito do uso de recursos semióticos em obras lexicográficas semasiológicas. O uso de ilustrações como um recurso de elucidação do significado análogo ao disposto no modo verbal não é um consenso entre os estudiosos. Farias (2010, p. 7) explica que, para Zgusta (1971, p. 256-257), por exemplo, as imagens, embora realmente possam contribuir para aumentar o poder informativo do dicionário, deveriam ser tratadas apenas como um adorno; e que Landau (2001, p. 143-147), em consonância com Zgusta (1971), hesita em atribuir às imagens o mesmo peso de uma descrição verbal.

Há, por outro lado, autores que defendem o uso de ilustrações em dicionários de língua, mas não apenas como um recurso de elucidação do significado, e sim como uma forma de proporcionar aos consulentes informações enciclopédicas, por exemplo, Gangla (2001), que analisa a utilidade das ilustrações para a aprendizagem e memorização das chamadas *culture-specific words* em dicionários de línguas africanas. Do nosso ponto de vista, assim como no de Farias (2010, p.7), as ilustrações em obras lexicográficas devem ser entendidas estritamente como mecanismos de elucidação do significado, pois, de acordo com a autora,

uma imagem torna-se uma informação funcional em um dicionário semasiológico, na medida em que, consoante Kammerer (2002, p. 271), permite identificar um determinado objeto de forma mais rápida e mais simples do que uma descrição linguística permitiria na mesma situação.

Tendo como nosso objetivo de estudo analisar os recursos semióticos nos dicionários infantis – partindo da visão de Farias (2010) a respeito das ilustrações em obras lexicográficas –, serão estudadas as teorias da multimodalidade, com base em Kress e Van Leeuwen (1996;2006), seguindo o preceitos da Gramática do Design Visual (GDV), para que o sentido da ilustração seja analisado e uma conclusão sobre os modos semióticos em dicionários infantis seja alcançada.

2.2 Kress e Van Leeuwen e a Gramática do Design Visual

Kress e Van Leeuwen (1996, 2006), em sua obra *Reading Images: The Grammar of Visual Design*, discutem a importância das imagens e dos compostos visuais na chamada “paisagem semiótica” atual. Por haver autores tradicionais que não concebem à imagem a sua devida fundamentalidade, como Barthes (1977); os autores criticam teorias semióticas tradicionais que apontam um papel apenas ilustrativo ao modo visual. Barthes (1977) afirma que as imagens são sempre dependentes do texto verbal e que, sozinhas, não conseguem gerar a compreensão adequada, pois são muito polissêmicas. Kress e Van Leeuwen desenvolvem estudos que anulam o pensamento de autores como Barthes (1977), defendendo que

as estruturas visuais não simplesmente reproduzem as estruturas da realidade. Pelo contrário, elas produzem imagens da realidade que estão vinculadas aos interesses das instituições sociais no interior das quais as imagens são produzidas, circuladas e lidas. Elas são ideológicas. As estruturas visuais nunca são meramente formais: elas têm uma dimensão semântica profundamente importante. (KRESS; Van LEEUWEN, 2006, p. 47).

Com esse pensamento, os autores ressaltam o uso da imagem de uma maneira racional e crítica, assim como o modo verbal é tratado. É por isso que Kress e Van Leeuwen propuseram um estudo dos compostos visuais: A Gramática do Design Visual (GDV). Segundo Santos (2011, p. 33), essa teoria

compreende as imagens como estruturas sintáticas que podem ser examinadas assim como a linguagem. Isso é possível pelo fato de o método de Kress & van Leeuwen (1996, 2006) ter suas bases na LSF, a qual pode ser adequada para a análise sintática de qualquer sistema semiótico, inclusive a imagem, já que o que interessa a esse modelo é o estudo da função, e não da forma.

No próximo subtópico, ver-se-á a **Metafunção Interativa**, a qual classifica as relações estabelecidas entre observadores e recursos presentes nas ilustrações.

2.2.1 A Metafunção Interativa

A **Metafunção Interativa** refere-se ao modo como as pessoas, os objetos e os lugares retratados na imagem são mostrados na sua forma de interação com os observadores.

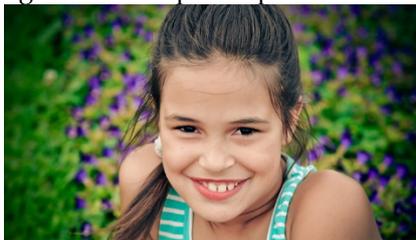
Para estabelecer relações sociais virtuais entre os **participantes representados** e o **receptor** da imagem, o **produtor** tem à sua disposição os sistemas do **contato**, da **distância social**, da **atitude** e da **perspectiva**. Além disso, é possível, ainda, o **produtor** usar o sistema da **modalidade** para codificar o valor de verdade que ele deseja que o observador atribua à imagem ou a qualquer outro modo visual. De acordo com o foco do trabalho, será abordada mais detalhadamente a categoria da distância social.

Distância social

O enquadramento, isto é, a escolha entre **plano fechado** (*close-up*), **plano médio** ou **plano aberto**, em graus distintos, produz no leitor uma impressão de maior ou menor distância em relação aos participantes representados. Para Kress e Van Leeuwen (2006), essa impressão é codificada metaforicamente em termos de uma relação social mais ou menos íntima entre **representado** e **leitor**.

Na Figura 1, a seguir, há um exemplo de uma imagem composta por um **plano fechado**, permitindo o leitor observar cada traço do rosto da criança, o que revela a ele características da personalidade dela, aproximando-os virtualmente.

Figura 1- Exemplo de plano fechado.



Fonte: <http://fotografias.chaparadois.com.br/book-fotografico-curitiba-crianca/>. Acesso em: 9 mar. 2016.

Na Figura 2, a seguir, há um exemplo de uma imagem composta por um **plano médio**, configurando uma **distância social** intermediária, significando que o trabalhador rural pode não ser desconhecido, mas também não compartilha uma relação íntima com o leitor.

Figura 2- Exemplo de plano médio.



Fonte: <http://reinodeshinwaa.weebly.com/profissotildees.html>. Acesso em: 9 mar. 2016.

Na Figura 3, a seguir, há um exemplo de uma imagem composta por um **plano aberto**, configurando uma **distância social** máxima, denotando que o trabalhador rural parece totalmente estranho ao leitor.

Figura 3- Exemplo de plano aberto.



Fontes: <http://www.fotosearch.com.br/fotos-imagens/camponeses.html>. Acesso em: 9 mar. 2016.

No tópico seguinte, será abordada a metodologia da pesquisa.

3. Metodologia

Como dito anteriormente, o objetivo deste trabalho é investigar como se dá a presença de recursos interativos nos dicionários infantis e se eles podem, teoricamente, contribuir com o aprendizado vocabular da criança usuária da obra. Para obter respostas quanto a essa investigação, foram utilizados a teoria proposta na GDV, pensada pelos autores Kress e Van Leeuwen (1996, 2006), e os estudos metalexigráficos, que são essenciais para entendermos as estruturas, as tipologias e os propósitos das obras lexicográficas.

Para delimitar o processo de análise dos objetos de estudo, dos quais se tratará logo mais à frente, foi utilizado como ponto de partida para a análise a interação leitor/texto verbo-visual que é empregada nos dicionários infantis. Para isso, ater-se-á à **categoria da distância social**, proposta na GDV.

Quanto aos estudos metalexigráficos, o *corpus* foi analisado com foco na disposição da **Microestrutura**, observando-se os recursos multimodais utilizados nas obras e as relações entre eles.

Com relação à análise dos objetos de estudo selecionados, optou-se pelo método quanti-qualitativo de caráter descritivo-comparativo, pois o objetivo não é apenas quantificar a ocorrência de um determinado fenômeno, mas analisar de modo descritivo tendo como base as teorias aqui discutidas.

No subtópico a seguir, será explicado como os verbetes a serem analisados foram escolhidos.

3.1 Dos verbetes selecionados para pesquisa

Para compor os objetos de estudo, foi feito um apanhado da quantidade de verbetes ilustrados nos dois dicionários em análise e foram visualizadas as cinco letras

do alfabeto, em cada um dos dicionários, que mais possuem verbetes ilustrados. Pode-se visualizá-las no quadro a seguir.

Quadro 1- Letras com maior quantidade de verbetes ilustrados nos dicionários a serem analisados.

Dicionário Aurelino		Meu primeiro dicionário Houaiss	
Letras que possuem maior número de verbetes ilustrados	Quantidade de verbete ilustrados	Letras que possuem maior número de verbetes ilustrados	Quantidade de verbete ilustrados
C	22	C	40
P	17	P	33
A	14	A	26
E	14	F	23
M	14	M	22

Fonte: autoria própria.

A quantidade de verbetes ilustrados nesses dicionários não é grande. O dicionário *Aurelino*, por exemplo, conta com quase 3.000 verbetes; destes, apenas 200 são ilustrados, contando com 400 ilustrações ao se levar em consideração a aparição dos personagens do dicionário. Já o dicionário de autoria de Antônio Houaiss conta também com quase 3.000 verbetes, 307 são ilustrados; possuindo 107 verbetes ilustrados a mais que o dicionário *Aurelino*. Em ambas as obras, as letras que mais possuem verbetes ilustrados são as letras C e P. Tomando isso como base, nosso *corpus* foi delimitado aos verbetes das letras C e P, de acordo com os seguintes critérios:

1. Os verbetes têm que fazer parte das entradas dos dois dicionários
2. Os verbetes têm que possuir linguagem verbal e visual tanto no dicionário *Aurelino* quanto no *Meu primeiro dicionário Houaiss*

Através desses critérios de escolha, delimitou-se, portanto, o *corpus* às seguintes entradas: canguru, caramujo, coroa, cumprimentar, curva, palácio, papagaio, pavão,

ponte, professor e pulmão. Essas 11 palavras-entradas serão analisadas em cada dicionário, totalizando nosso *corpus* em 22 verbetes.

No tópico seguinte da pesquisa, será iniciada a análise dos verbetes.

4. Análise de dados

Neste tópico, tratar-se-á da análise dos verbetes selecionados como objetos de estudo. Serão analisados todos os verbetes ilustrados e coincidentes nos dois dicionários escolhidos como *corpus* que compõem as letras C e P. A análise será organizada por entradas, de modo que os verbetes de um mesmo vocábulo sejam postos seguidamente e analisados de maneira comparativa, de forma que os dois dicionários, *Aurelinho* e *Meu Primeiro Dicionário Houaiss*, sejam analisados paralelamente.

4.1 Análise dos objetos de estudo selecionados

a. Verbetes da entrada *canguru*

Figura 4- Verbetes da entrada *canguru* do dicionário *Aurelinho*.



Fonte: Aurelinho (2008).

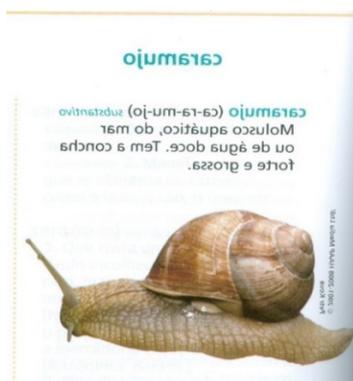
Figura 5 - Verbetes da entrada canguru do dicionário *Houaiss*.

Fonte: Houaiss (2010).

Nos dois verbetes, observa-se uma definição detalhada dada através do modo verbal. O modo não verbal traz uma imagem cujos participantes são o canguru e o seu filhote.

Como pode-se perceber, em ambos os verbetes, a imagem apresenta-se em um **plano médio**, o que, além de contribuir com a pouca interação texto-leitor, transmite uma sensação de alheamento. Isso é intensificado com o posicionamento do animal em um **ângulo oblíquo**.

b. Verbetes da entrada *caramujo*

Figura 6 - Verbetes da entrada *caramujo* do dicionário *Aurelinho*.

Fonte: Aurelinho (2008).

Figura 7 - Verbetes da entrada caramujo do dicionário Houaiss.



Fonte: Houaiss (2010).

Na figura 6, observa-se uma definição com algum detalhamento dada através do modo verbal. O modo não verbal traz uma imagem cujo participante único é um caramujo. Como pode-se perceber, a imagem apresenta-se em um **plano médio**, o que, além de contribuir com a pouca interação texto-leitor, transmite uma sensação de alheamento. Isso também é intensificado com o posicionamento do animal em um **ângulo oblíquo**.

Na figura 7, assim como no verbete do dicionário Aurelino, observa-se uma definição com algum detalhamento dada através do modo verbal. Assim como na figura 6, pode-se perceber que o caramujo da imagem não dirige seu olhar ao leitor, não havendo nenhuma interação com o expectador, seria como se a criança-leitora não existisse. A imagem apresenta-se em um **plano médio**, o que, além de contribuir com a pouca interação texto-leitor, transmite uma sensação de alheamento.

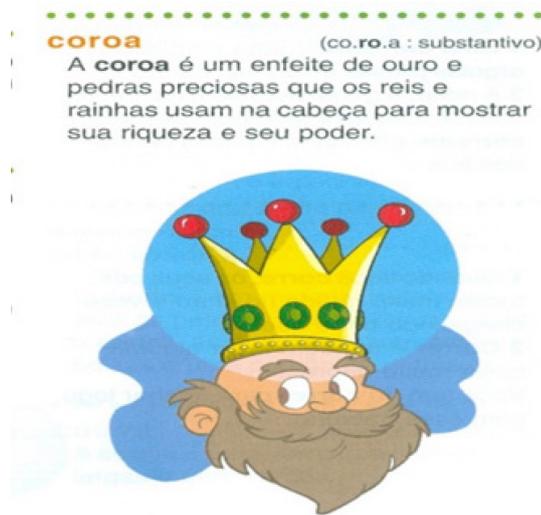
c. Verbetes da entrada *coroa*

Figura 8 - Verbetes da entrada *coroa* do dicionário *Aurelinho*.



Fonte: Aurelinho (2008).

Figura 9 - Verbetes da entrada *coroa* do dicionário *Houaiss*.



Fonte: Houaiss (2010).

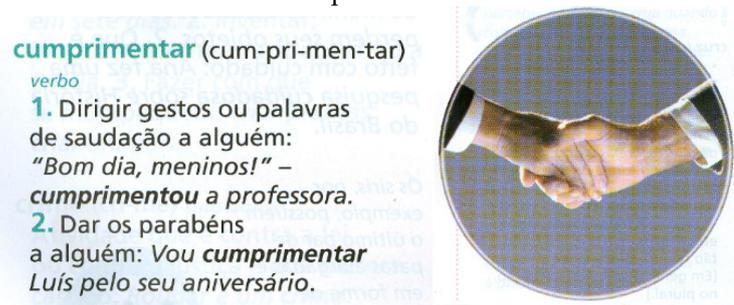
Na figura 8, observa-se uma definição mais detalhada dada através do modo verbal. São colocadas três acepções da palavra *coroa*: a primeira referente ao objeto precioso que rei e rainhas usam; a segunda a qualquer objeto circular que se usa na cabeça, independentemente do material; e a terceira ao campo semântico

odontológico. Percebe-se que há um excesso de acepções neste verbete, o qual é notado pela inadequação da palavra *coroa* no contexto odontológico adotada pelo dicionário. Percebe-se que o modo não verbal faz referência apenas à primeira acepção. A imagem apresenta-se em um **plano fechado**, o que contribui para a observação dos detalhes do objeto e a sensação de familiarização com ele.

Na figura 9, também observa-se uma definição com algum detalhamento dada através do modo verbal, porém, diferentemente do verbete *coroa* do dicionário *Aurelinho*, esse verbete traz apenas uma acepção. Esta é o mais comum significado dado a esse objeto. A imagem também apresenta-se em um **plano fechado**, o que permite a visualização dos detalhes do rei e da coroa, contribuindo para uma familiarização do leitor com a imagem.

d. Verbetes da entrada *cumprimentar*

Figura 10 -- Verbetes da entrada *cumprimentar* do dicionário *Aurelinho*.



Fonte: Aurelinho (2008).

Figura 11 - Verbetes da entrada *cumprimentar* do dicionário *Houaiss*.



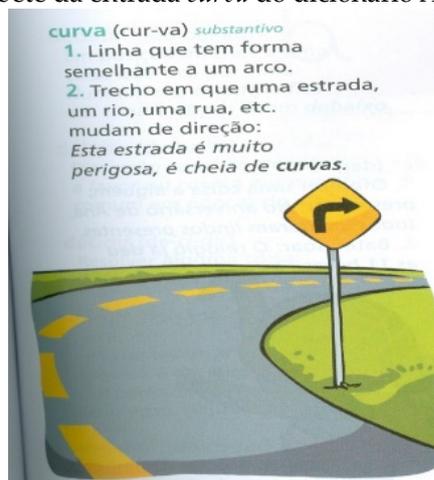
Fonte: Houaiss (2010).

Na figura 10, observa-se uma definição mais detalhada dada através do modo verbal. São colocadas duas acepções do verbo *cumprimentar*: a primeira mais específica (situação de parabenização), a segunda mais geral. O modo não verbal traz uma imagem cujos participantes (duas pessoas) dão as mãos para se cumprimentar. A imagem apresenta-se em um **plano fechado**, o que contribui para a observação dos detalhes dela e a sensação de familiarização do leitor.

Na figura 11, observa-se uma definição com algum detalhamento dado através do modo verbal. Assim como no verbete *cumprimentar* do dicionário *Aurelinho*, esse verbete do *Houaiss* também traz duas acepções, que são semelhantes às do outro dicionário analisado. O modo não verbal traz uma imagem de dois garotos cumprimentando-se, através da união das mãos. A imagem apresenta-se em um **plano médio**, o que permite visualizar mais os detalhes da expressão corporal dos participantes.

e. Verbetes da entrada *curva*

Figura 12 - Verbetes da entrada *curva* do dicionário *Aurelinho*.



Fonte: Aurelinho (2008).

Figura 13- Verbetes da entrada curva do dicionário *Houaiss*.

Fonte: Houaiss (2010).

Na figura 12, observa-se a existência de duas acepções. Na primeira, temos uma definição mais geral da palavra *curva*; na segunda, temos uma definição mais específica (*curva* da estrada). O modo não verbal traz uma imagem que se relaciona apenas com a segunda acepção. A imagem é posta em um **plano médio**, mostrando a parte da curva de uma estrada, mas sem ampliar a visão do leitor para a paisagem que compõe a imagem, o que se torna adequado para focar no significado da palavra-entrada.

Na figura 13, diferentemente do verbete da mesma palavra do dicionário *Aurelinho*, observa-se a existência de uma acepção apenas, de forma que temos somente a definição mais geral da palavra *curva*. O modo não verbal apresenta uma imagem que se relaciona ao verbete trazendo uma situação mais específica de curva (*curva* da estrada). Desta vez, a placa não é amarela como a do verbete anteriormente analisado; ela é branca com vermelho. A placa, tomando como base as características reais das placas que avisam sinuosidade, deveria ser amarela. A imagem, assim como acontece com a mesma palavra entrada do dicionário *Aurelinho*, apresenta-se em um **plano médio**.

f. Verbetes da entrada *palácio*

Figura 14 - Verbetes da entrada *palácio* do dicionário *Aurelinho*.



Fonte: Aurelinho (2008).

Figura 15 - Verbetes da entrada *palácio* do dicionário *Houaiss*.



Fonte: Houaiss (2010).

Na figura 14, observa-se um bom nível de detalhamento no modo verbal. No modo não verbal, observa-se as características do palácio sem muito detalhamento, atentando para uma bandeira de fácil reconhecimento: a bandeira do Brasil. A

presença desse elemento pode gerar, no consulente, um sentimento de afinidade com a imagem.

Na figura 15, observa-se um bom nível de detalhamento no modo verbal, porém o modo visual traz poucos detalhes e um teor mais infantil (percebe-se que o palácio parece ser definido tendo como base os contos de fada). A cor rosa também colabora para atenuar essas características.

Em ambos os verbetes, percebemos a utilização de um **plano aberto**, sendo, na figura 14, utilizado o ângulo oblíquo, o que aumenta o alheamento do consulente em relação à imagem, porém isso é amenizado com a presença da bandeira do Brasil. O ângulo oblíquo também está presente na figura 15, trazendo ideia de alheamento do consulente em relação à imagem, o que também é amenizado, dessa vez pela infantilização da imagem.

g. Verbetes da entrada *papagaio*

Figura 16 - Verbetes da entrada papagaio do dicionário *Aurelinho*.



Fonte: Aurelinho (2008).

Figura 17 - Verbetes da entrada papagaio do dicionário *Houaiss*.

Fonte: Houaiss (2010).

Na figura 16, observa-se uma definição detalhada dada através do modo verbal, o qual conta com três acepções: a primeira define o papagaio animal; a segunda, o papagaio brinquedo artesanal; e a terceira, o papagaio característica metafórica de uma pessoa falante. O modo não verbal traz uma imagem que corresponde apenas à primeira acepção, cujo participante único é um papagaio.

Na figura 17, observa-se uma definição pouco detalhada dada através do modo verbal, contando com apenas uma acepção (animal papagaio), e não com outras, como no verbete da mesma entrada do dicionário *Aurelinho* (figura 16).

As imagens das figuras 16 e 17 apresentam-se em um **plano médio** e em um ângulo oblíquo, o que gera uma sensação de alheamento. Pode-se perceber que as imagens se apresentam em perspectiva vertical em ângulo baixo. O fato de o papagaio ser uma ave e geralmente se instalar em cantos mais altos justifica o posicionamento do ângulo. O único elemento que compõe o cenário (galho) das duas imagens ajuda a visualização do ângulo verticalizado.

h. Verbetes da entrada *pavão*

Figura 18 - Verbetes da entrada *pavão* do dicionário *Aurelinho*.



Fonte: Aurelinho (2008).

Figura 19 - Verbetes da entrada *pavão* do dicionário *Houaiss*.



Fonte: Houaiss (2010).

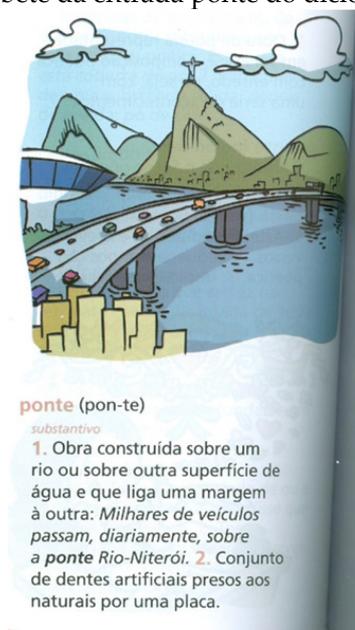
Na figura 18, observamos uma definição detalhada dada através do modo verbal. O modo não verbal traz uma imagem cujo participante único é um pavão. A imagem apresenta-se em um **plano médio**. O corte arredondado na imagem em plano

médio não permite o leitor entender adequadamente como é a cauda do pavão quando se abre e como são os membros inferiores do animal (patas compridas ou curtas?).

Na figura 19, assim como na figura 18, observamos uma definição detalhada dada através do modo verbal e o **plano médio**, o que, juntamente ao ângulo oblíquo, transmite uma sensação de alheamento ao leitor.

i) Verbetes da entrada *ponte*

Figura 20 - Verbetes da entrada *ponte* do dicionário *Aurelinho*.



Fonte: Aurelinho (2008)

Figura 21- Verbetes da entrada *ponte* do dicionário *Houaiss*.



Fonte: *Houaiss* (2010).

Na figura 20, observa-se uma definição detalhada dada através do modo verbal, que traz duas acepções: a ponte como um tipo de construção e a ponte no contexto odontológico. Esta última parece inadequada, tendo em vista o universo vocabular infantil. A ponte como construção é especificada pelo exemplo da ponte Rio-Niterói, percebe-se, então, que imagem faz referência apenas à primeira acepção. A imagem dá uma ideia de estar sendo observada de cima, em uma perspectiva vertical em ângulo alto, dando ao leitor a sensação de domínio da paisagem. Percebe-se que o modo não verbal foi posto em **plano aberto**, o que permite o leitor visualizar a dimensão da ponte, mas que, ao mesmo tempo, passa uma sensação de alheamento.

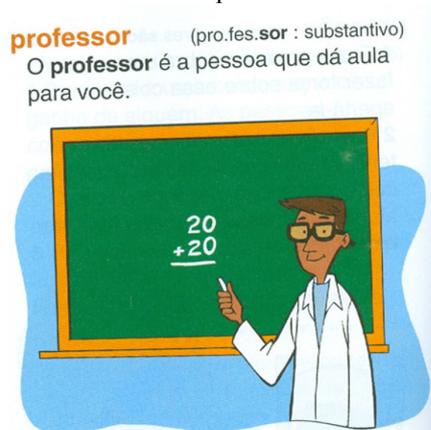
Na figura 21, observa-se uma definição pouco detalhada dada através do modo verbal, contando com apenas uma acepção (ponte como construção), e não com outras, como no verbete da mesma entrada do dicionário *Aurelinho*. Diferentemente da outra obra em estudo, a imagem presente nesse verbete de *Houaiss* apresenta-se em um **plano médio** e em um ângulo oblíquo, o que gera uma sensação de menos alheamento à imagem. Pode-se perceber que a imagem se apresenta em perspectiva vertical em ângulo alto, dando uma ideia de domínio da paisagem pelo leitor.

j. Verbetes da entrada *professor*

Figura 22 - Verbetes da entrada professor do dicionário *Aurelinho*.



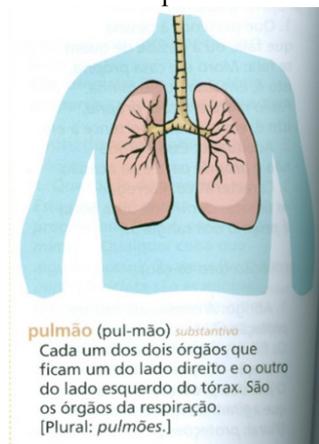
Fonte: Aurelinho (2008).

Figura 23- Verbetes da entrada professor do dicionário *Houaiss*.

Fonte: Houaiss (2010).

Nas figuras 22 e 23, observa-se uma definição detalhada dada através do modo verbal. Percebemos que somente o dicionário *Aurelinho* traz um exemplo de uso. O modo não verbal em ambos os verbetes apresenta uma imagem cujo professor se vale de vários elementos ligados à sua imagem e ao ato de ensinar: o livro, o óculos, o jaleco a vara de madeira, no *Aurelinho*; e o giz, o óculos, a lousa e o jaleco, no *Houaiss*. Ambas as imagens são postas em um **plano médio**, o que permite visualizar algumas características do professor.

k. Verbetes da entrada *pulmão*

Figura 24 - Verbetes da entrada pulmão do dicionário *Aurelinho*.

Fonte: Aurelinho (2008).

Figura 25 - Verbetes da entrada pulmão do dicionário *Houaiss*.

Fonte: Houaiss (2010).

Nas figuras 24 e 25, observa-se uma definição com algum detalhamento dado através do modo verbal. O modo não verbal apresenta imagem que traz um portador em um ângulo frontal e horizontal em um **plano médio**. Isso facilita o destaque do órgão pulmão, que se encontra mais saliente que o tronco portador.

No próximo subtópico, serão abordados os resultados das análises para que sejam tiradas as conclusões da pesquisa.

4.1 Resultados da análise

Quando foram analisados os verbetes do dicionário *Aurelinho*, em relação à distância social, percebeu-se que quase todos os verbetes trazem na composição da imagem o plano médio e o ângulo horizontalizado. Apenas 2 verbetes trouxeram na sua composição o plano fechado (verbetes das palavras *cumprimentar* e *coroa*), 2 trouxeram o plano aberto (verbetes das palavras *palácio* e *ponte*). Quase todos os verbetes utilizam nas imagens o ângulo horizontalizado. Apenas 2 verbetes trazem um ângulo frontal (verbetes das palavras *pavão* e *pulmão*)

Em relação à utilização do plano médio, notou-se que, em grande parte dos verbetes analisados, há uma motivação para que a imagem se dê nesse plano, porém,

para uma melhor interação entre consulente e obra, sugere-se combinar a utilização do plano médio ou aberto (já que, em muitos casos, há uma intenção nessa utilização) com o ângulo frontal, que iria desencadear uma provável sensação de intimidade entre leitor e conteúdo da imagem. Sugere-se também que, se a imagem possuir participante focado em plano fechado, além da utilização do ângulo frontal, seja utilizado o contato direto da direção do olhar do participante para o leitor da obra. Isso irá ocasionar uma maior identificação do leitor com a imagem.

Ainda sobre o dicionário *Aurelinho*, notou-se que dos 11 verbetes, 7 trazem apenas uma acepção para a palavra-entrada. 4 trazem duas ou mais acepções para a palavra. Percebeu-se que algumas das acepções são desnecessárias, já que não se enquadram no universo infantil. Exemplo disso é a acepção no contexto odontológico das palavras *coroa*. Além disso, as ilustrações dos verbetes polissêmicos se conectam apenas com uma das acepções. Percebeu-se, portanto, uma falha no uso interativo dos recursos semióticos de alguns verbetes analisados.

Para sanar essas falhas relacionadas às acepções, sugere-se que haja um estudo mais aprofundado por parte do lexicógrafo sobre quais as acepções se adequam ao universo daqueles consulentes que se pretende alcançar. Dessa forma, os verbetes ficarão mais enxutos e adequados aos consulentes, além disso a relação verbo-visual será mais efetiva quando não houver tantas acepções para confundir a leitura e dispersar a atenção do leitor para caminhos fora do contexto do seu universo.

Outro fato observado na análise dos verbetes do dicionário *Aurelinho* foi a diagramação da página, a qual não possibilita clareza na identificação de com qual verbete em modo verbal a imagem está se relacionando. Não há nenhum tipo de divisão (linhas ou pontilhados) entre os verbetes nem uma padronização da posição da imagem dentro deles.

Para sanar esse problema, as demais edições desse dicionário poderiam avaliar uma diagramação com marcações, como pontilhados, que norteiem o leitor. Um bom

exemplo de uma diagramação exitosa para manuseio é a presente no dicionário *Houaiss*, obra analisada também nessa pesquisa.

Nos verbetes analisados do *Meu Primeiro Dicionário Houaiss*, visualizou-se ocorrências mais padronizadas se comparadas às do dicionário *Aurelinho*.

Em relação à distância social, percebeu-se que a maioria dos verbetes trazem na composição da imagem o ângulo oblíquo e o plano médio. Apenas 1 verbete trouxe na sua composição o plano fechado (verbetes da palavra *coroa*), e apenas 1 trouxe o plano aberto (verbetes da palavra *palácio*). A mesma sugestão feita aos casos de utilização dos planos fechado, médio e aberto do dicionário *Aurelinho* cabe nesse critério de análise do dicionário *Houaiss*

Em quase todos os verbetes analisados do *Meu primeiro dicionário Houaiss*, consta apenas uma acepção para cada palavra-entrada, exceto no do verbete da palavra *cumprimentar*. Percebeu-se que há uma priorização daquilo que faz realmente parte do universo infantil. O modo visual pode ser facilmente relacionado ao modo verbal, sem dificuldades de identificação, as quais ocorrem no dicionário *Aurelinho*, em decorrência da diagramação.

5. Considerações finais

Combinar imagem e palavra tornou-se um ato cada vez mais frequente nas práticas comunicativas contemporâneas. Acompanhamos, nas últimas décadas, uma efusão de gêneros multimodais escritos apoiados em todo tipo de suporte: jornais, revistas, internet, televisão, livros didáticos, obras literárias, *outdoors*, panfletos etc. Em todos esses gêneros, nota-se combinações atraentes, complexas e, algumas vezes, audaciosas envolvendo escrita, fotografia, desenho, tipografia, gráfico, infográfico, tabela, iconografia, dentre outros modos semióticos variados. Curiosos e maravilhados com esse fenômeno, lançamo-nos a estudar a multimodalidade nos dicionários

infantis, gênero muitas vezes desconhecido, mas que oferece uma enorme contribuição para o aprendizado vocabular das crianças.

Os resultados obtidos neste trabalho ratificam as ideias no decorrer da pesquisa: de que os elementos multimodais são decisivos na construção do sentido global dos textos e de que uma leitura verdadeiramente satisfatória e crítica dessas mensagens não deve prescindir do processamento destes elementos.

Para um melhor aproveitamento por parte dos consulentes das obras analisadas, alguns pontos referentes ao estudo da distância social nos elementos visuais, bem como da relação verbo-visual e da organização semiótica presente nos dois dicionários, devem ser reavaliados para que, em uma próxima edição, as obras apresentem-se mais exitosas no alcance adequado das necessidades dos seus públicos-alvo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Com direito à palavra: dicionários em sala de aula. Brasília: MEC; SEB, 2012.
CASARES, J. **Novíssimo dicionário inglês-español, español-inglês**. Madrid: Saturnino Calleja, 1992.

DAMIN, C.; PERUZZO, M. S. Uma descrição dos dicionários escolares no Brasil. **Cadernos de Tradução: tradução e lexicografia pedagógica**. Florianópolis, v.18, n. 2, 2006.

DANTAS, H. Wikipedia e Dicionário Escolar: Links entre o Letramento Digital e Letramento Lexicográfico. *In*: ARAÚJO, J, C.; DIEB, M, (org). **Letramentos na Web. Gêneros, Interação e Ensino**. Fortaleza: Edições UFC, 2009. p. 210-234.

FARIAS, V. S. O emprego de ilustrações como mecanismos de elucidação do significado das unidades léxicas nos dicionários semasiológicos. *In*: **Anais do IX Encontro do CELSUL**, Palhoça, SC, out. 2010

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Infantil da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

GANGLA, L. A. **Pictorial illustrations in dictionaries**. 2001. 84f. Dissertation (Magister Artium) – University of Pretoria, Pretoria, 2001. Disponível em: <http://upetd.up.ac.za/thesis/available/etd-02272003-142207>. Acesso em: 20 mai 2016.

HAENSCH, G. *et al.* **La Lexicografía: de la Linguística teórica a la Lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982. es, S.A, 2000.

HALLIDAY, M. A. K. As bases funcionais da linguagem. *In*: DASCAL, M. (Org.). **Fundamentos metodológicos da lingüística**. São Paulo: Global, 1978. v.1 (Global universitária: Série linguagem, comunicação e sociedade). p. 125-161.

HAUSMANN, F.J. La définition est-elle utile? Regard sur les dictionnaires allemands, anglais et français. *In*: CHAURAND, J.; MAZIÈRE, F. (Eds.). **La définition**. Paris: Larousse, 1990. p.225-233

HOUAISS, A. **Meu primeiro dicionário Houaiss**. 2.ed Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

KRESS, G. R.; Van LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design**. 1. ed. London and New York: Routledge, 1996.

KRESS, G. R.; Van LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design**. 2. ed. London and New York: Routledge, 2006.

LANDAU, S. **Dictionaries. The art and craft of lexicography**. 2.ed. Cambridge: CUP, 2001.

MARTÍN, M. del C.A. **El diccionario en le aula: sobre los diccionarios escolares destinados a la enseñanza y aprendizaje del español com lee lengua maternal**. Granada: Ed. Universidad de GRANADA, 2000.

PONTES, A. L. **Dicionário para uso escolar. O que é. Como se lê**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

PORTO DAPENA, J.-Á. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid, Arcos Libros S.L., 2002.

SANTOS, F. R. **Multimodalidade e produção de sentidos em editoriais de revistas**, 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em linguística) - Departamento de Letras, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. 2011.

ZAVAGLIA, C. A lexicografia para o público infantil: uma análise macroestrutural de dicionários brasileiros. *In: Anais do SILEL*. v. 2, n. 2. Uberlândia: EDUFU, 2011.

ZGUSTA, L. **Manual of Lexicography**. Prague/Paris: Academia/Mouton, 1971. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783111349183>

Artigo recebido em: 27.12.2017

Artigo aprovado em: 20.06.2018

Terminologia e Acessibilidade: novas demandas e frentes de pesquisa Terminology and Accessibility: new demands and research fronts

Maria José Bocorny Finatto*
Ester Motta**

RESUMO: O artigo apresenta o tema de pesquisa da acessibilidade textual e terminológica (ATT), o qual tem ocupado nosso grupo de investigação, em diferentes frentes, desde 2016, na linha de pesquisa "Lexicografia, Terminologia e Tradução" junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São analisados textos, discursos, terminologias, vocabulários e convenções de escrita de diferentes áreas do conhecimento, tendo em mente subsidiar a facilitação da compreensão por parte de leitores brasileiros adultos de escolaridade limitada. O artigo sintetiza diferentes trabalhos do grupo de pesquisa visando a situar o tema em Terminologia e a convidar a quem se interessar pela temática a considerar suas várias possibilidades de exploração.

PALAVRAS-CHAVE: Terminologia. Acessibilidade Textual e Terminológica. Complexidade Textual. Simplificação Textual.

ABSTRACT: This paper presents the theme of Text and Terminological Accessibility (TTA), which has been addressed by our research group on different fronts since 2016, in the line of research "Lexicography, Terminology and Translation" with the Graduate Program from Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Texts, speeches, terminologies, vocabularies and writing conventions of different areas of knowledge are analyzed, with the aim of subsidizing easier understanding by Brazilian adults with limited education. This paper summarizes different works of this research group aiming to situate the theme in Terminology and to invite those who are interested in the topic to consider its various possibilities.

KEYWORDS: Terminology. Text and Terminological Accessibility. Text Complexity. Text Simplification.

1. Introdução

Segundo Sasaki (1997), preocupações com *acessibilidade* existem desde a década de 40, tendo esse termo surgido para designar a condição de acesso das pessoas

* Docente do PPG-LETRAS-UFRGS, pesquisadora PQ-CNPq.

** Doutoranda do PPG-Letras-UFRGS.

com deficiência nos espaços urbanos, nos edifícios e residências e nos meios de transporte coletivo. Hoje, porém, se entende que a noção de *acessibilidade* não é algo apenas associado a espaços físicos. Afinal, para as pessoas que buscam alguma inserção em diferentes contextos, sejam esses físicos, sejam abstratos, pode haver barreiras de vários tipos. É o caso, por exemplo, de muitos materiais escritos que, por várias razões, se tornam “ambientes” totalmente inacessíveis a um grande número de pessoas, portadoras de necessidades especiais ou não.

Diante desse cenário, imaginamos “espaços” ou “ambientes físicos” conformados pelo textos escritos, os quais nos colocam informações sobre temas de Utilidade Pública. A partir desses contextos, problematizamos os modos de acesso ao seu conteúdo informacional, via compreensão de leitura, por parte de adultos brasileiros de escolaridade mais ou menos limitada e com pouca experiência em leitura. As reflexões aqui apresentadas privilegiam apenas os componentes lexicais desses textos e procuram estabelecer um diálogo entre os estudos relativos à Terminologia e o tema da *acessibilidade textual e terminológica* (doravante ATT).

Grafamos Terminologia com inicial maiúscula, visto que a entendemos como uma área de estudos ou disciplina. Nessa condição, ela se ocupa, de modo amplo, com diferentes fenômenos atinentes às linguagens técnico-científicas, ainda que o tratamento e a descrição do léxico terminológico tenham um protagonismo inegável. Hoje, no Brasil, os estudos de Terminologia, abrigados sob a Linguística Aplicada, cada vez mais se associam aos Estudos do Texto e do Discurso, em seus diferentes encaminhamentos e teorias. Essa associação, conforme vemos, vem estabelecendo-se em um crescendo na direção das terminologias para as suas ambiências textuais, tornando-se o texto um objeto incontornável. Entretanto, conforme já salientou Krieger (2008), segue válida, entre estudiosos e diferentes teorias de Terminologia, a percepção da prioridade das terminologias, mesmo em meio a um enfoque textual. Nesse sentido, a autora destaca que uma “Terminologia Textual está relacionada à integração de

componentes de textualidade e da discursividade no aparato teórico-metodológico da Terminologia, *cujo objeto primeiro é termo técnico-científico*” (KRIEGER, 2008, p. 6, grifos nossos).

Na atual configuração epistemológica brasileira dos estudos de Terminologia, tendo em vista suas perspectivas mais ou menos “textualistas”, temos conduzido, particularmente, um enfoque mais centrado no texto¹ do que nos termos. Isso se deu a partir do nosso contato com algumas ideias do eminente pesquisador Lothar Hoffmann (HOFFMANN, 2015). Desse modo, ao explorar o tópico da *acessibilidade* em Terminologia, colocando-nos um novo e pontual tema de estudos, procuramos avançar no tratamento do texto, indo além do reconhecimento de terminologias e de seus respectivos conceitos para a criação de glossários ou de bases de dados. Partindo da reflexão sobre um todo de texto, que significa, que comunica e que contém terminologias, além de uma série de outros tantos elementos, buscamos identificar bases linguístico-terminológicas, teóricas e metodológicas, que possam dar suporte para a redação de textos facilitados. Esses textos são, principalmente, os que abordem temas científicos ou tecnológicos e que sejam dirigidos a diferentes perfis de leitores.

Assim, as reflexões apresentadas neste artigo devem ser compreendidas e ponderadas conforme essa nossa orientação mais “textualista” do que terminológica, ainda que nunca tenhamos deixado o léxico terminológico de lado. O tema de pesquisa por nós intitulado como ATT tem ocupado nosso grupo de investigações em diferentes frentes, desde 2016, da Iniciação Científica ao Mestrado e Doutorado em Letras, na linha de pesquisa “Lexicografia, Terminologia e Tradução: Relações Textuais” do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG-LETRAS-UFRGS). O propósito principal deste artigo, frisamos, não é trazer resultados de uma pesquisa determinada, mas é, sim, divulgar uma trajetória de trabalhos, sem a

¹ Entendemos como integrante da ambiência textual os componentes discursivos. Não entraremos na discussão sobre as noções de texto e discurso neste artigo, ainda que a distinção seja importante.

preocupação com a apresentação de um experimento em particular.

Sob o tópico da ATT, analisamos textos, discursos, convenções de escrita, terminologias e vocabulários de diferentes áreas do conhecimento humano, tendo em mente subsidiar a facilitação da compreensão por parte de leitores adultos de escolaridade limitada. Como protótipo de leitor, fixamos a figura de um cidadão brasileiro adulto, com idade entre 25 e 50 anos, trabalhador ou trabalhadora das classes socioeconômicas C e D, de pouco letramento e com pouca experiência em leitura, cuja escolaridade é equivalente ao Ensino Fundamental completo.

A respeito, vale destacar uma notícia² recente, publicada em 06/08/2018, que nos informa que três entre cada dez brasileiros, a cada grupo de dez jovens e adultos de 15 a 64 anos no País, o equivalente a cerca de 38 milhões de pessoas – poderiam ser considerados analfabetos funcionais. Esse grupo revela “muita dificuldade de entender e se expressar por meio de letras e números em situações cotidianas”, tais como “fazer contas de uma pequena compra ou identificar as principais informações em um cartaz de vacinação”, conforme salienta o texto veiculado.

A título de ilustração sobre nossos objetos de estudo, a seguir, na Figura 1, apresentamos parte de um texto de um *site* de uma empresa privada da área de Saúde, situada no Sul do Brasil, que realiza exames, análises clínicas e laboratoriais. Nesse material, pretende-se explicar o que é *sífilis* para o público-alvo de seus serviços. Esse público, provavelmente, é um cidadão que pode pagar por esse tipo de serviço ou o usuário de algum plano de saúde privada

² Notícia da Agência Estado, disponível em <https://noticias.r7.com/brasil/tres-em-cada-10-sao-analfabetos-funcionais-no-pais-aponta-estudo-06082018>. Acesso em 06 ago. 2018.

Figura 1 – Texto do *site* Ghanem – Laboratório e saúde. Trecho sobre Sífilis.

Sífilis: o que você deve saber!

[...]



[...] **O que é a sífilis?**

A sífilis é uma infecção de caráter sistêmico, causada pela bactéria *Treponema pallidum* (*T. pallidum*), exclusiva do ser humano, e que, quando não tratada precocemente, pode evoluir para uma enfermidade crônica com sequelas irreversíveis em longo prazo. É transmitida predominantemente por via sexual e vertical (de mãe para filho).

Durante a evolução natural da doença, ocorrem períodos de atividade com características clínicas, imunológicas e histopatológicas distintas, intercalados por períodos de latência, durante os quais não se observa a presença de sinais ou sintomas.

A sífilis é um importante agravo em saúde pública, pois além de ser infectocontagiosa e de possuir a capacidade de acometer o organismo de maneira severa quando não tratada, aumenta significativamente o risco de se contrair a infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), uma vez que a entrada do vírus é facilitada pela presença das lesões sífilíticas.

Fonte: <http://www.grupoghanem.com.br/sifilis-o-que-voce-deve-saber/>. Acesso em: 01 ago. 2018.

No texto reproduzido na Figura 1, aparecem, por exemplo, expressões como *caráter sistêmico*, *histopatológicas distintas*, *períodos de latência*, *importante agravo*, *infectocontagiosa*, *imunodeficiência humana*, *lesões sífilíticas*. Supomos que várias das palavras e expressões contidas no material possam não fazer parte do universo vocabular do leitor que utiliza os serviços da empresa, imaginando uma pessoa adulta com Ensino Médio Completo ou mesmo um estudante universitário. E, uma vez que essa página de informações da empresa inicia com uma chamada ao leitor sobre o que ele deve saber sobre *sífilis*, inferimos que os seus criadores estão se dirigindo a uma pessoa leiga no tema. A pergunta que fica é: considerando um tal perfil de consumidor-leitor, compatível com uma pessoa da assim chamada “Classe Média”, será que o destinatário visado pela empresa compreenderá as expressões que destacamos sem que tenha de consultar um dicionário?

Por outro lado, ao termos em mente um outro tipo de público, como os usuários do nosso Sistema Único de Saúde (SUS), buscamos um material equivalente, também sobre *sífilis*. Reproduzimos, a seguir, na Figura 2, trechos de um texto produzido pelo Ministério da Saúde do Brasil (MS) para atender, em tese, qualquer pessoa interessada sobre o tema – dos leitores-usuários das classes populares até os das classes mais abastadas da nossa população:

Figura 2 – Texto do Ministério da Saúde do Brasil (MS) sobre sífilis.

VOCÊ ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL > SAÚDE DE A A Z > SÍFILIS

Sífilis

Publicado: Terça, 04 de Julho de 2017, 12h45
Última atualização em Quarta, 11 de Abril de 2018, 10h25

A sífilis é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) curável e exclusiva do ser humano, causada pela bactéria *Treponema pallidum*. Pode apresentar várias manifestações clínicas e diferentes estágios (sífilis primária, secundária, latente e terciária). Nos estágios primário e secundário da infecção, a possibilidade de transmissão é maior. A sífilis pode ser transmitida por relação sexual sem camisinha com uma pessoa infectada, ou para a criança durante a gestação ou parto.

Prevenção

Fonte: <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/sifilis>. Acesso em: 01 ago. 2018.

Esse material do nosso MS, à primeira vista, parece trazer um texto com feição menos complexa do que o texto da empresa privada antes apresentado na Figura 1. Isso, naturalmente, é muito bom, visto que um leitor “padrão SUS” tenderia a ter menos condições socioeconômicas e uma escolaridade, *a priori*, menor. Entretanto, valeria conferir se haveria, por parte do MS, um padrão de facilitação recorrentemente adotado para textos de diversos assuntos de Saúde Pública. Infelizmente, ao

realizarmos uma busca sobre outros temas, como o do *botulismo* ou *varicela/herpes zoster*, isso não se confirma. As Figuras 3 e 4, a seguir, atestam essa percepção inicial, ainda que pareça haver um esforço de acessibilidade ou de aproximação com o leitor, o que se concretiza, por exemplo, com a inclusão de nomes populares de doenças (caso de *cobreiro* para *herpes zoster*).

Figura 3 – Texto do Ministério da Saúde do Brasil (MS) sobre botulismo.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Saúde

Buscar no portal

Sistemas | Contatos | Comunicação e Imprensa | Assessoria de Imprensa

SARAMPO MATA.
A vacina é a única maneira de prevenir a doença

SAIBA MAIS

VOCÊ ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL > SAÚDE DE A A Z > BOTULISMO

Institucional
Ações e Programas
SUS
Blog da Saúde
Últimas Notícias

ASSUNTOS

Atenção Especializada e Hospitalar
Atenção Básica
Assistência Farmacêutica
Ciência e Tecnologia e Complexo Industrial
Gestão do SUS
Vigilância em Saúde
Participação e

Botulismo

Publicado: Sexta, 28 de Abril de 2017, 18h18
Última atualização em Segunda, 20 de Novembro de 2017, 11h05

Twitter Curtir 12 mil

O botulismo é uma doença neuroparalítica grave, não contagiosa, causada pela ação de uma potente toxina produzida pela bactéria *Clostridium botulinum*. Embora o local de produção da toxina botulínica seja diferente em cada uma delas, todas as formas caracterizam-se pelas manifestações neurológicas e/ou gastrointestinais.

Há três formas de botulismo: alimentar, por ferimentos e intestinal.

Como é transmitido

Os esporos do bacilo *C. botulinum* são amplamente distribuídos na natureza, em solos e sedimentos de lagos e mares. Também são identificados em produtos agrícolas, como legumes, vegetais e mel, e em intestinos de mamíferos, peixes e vísceras de crustáceos.

Veja os diferentes tipos de transmissão:

Botulismo alimentar - Ocorre por ingestão de toxinas em alimentos contaminados e que foram produzidos ou conservados de maneira inadequada. Os alimentos mais comumente envolvidos são: conservas vegetais, principalmente as artesanais (palmito, picles, pequi); produtos cárneos cozidos, curados e defumados de forma artesanal (salsicha, presunto, carne frita conservada em gordura - "carne de lata");

Fonte: <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/botulismo>. Acesso em: 01 ago. 2018.

Figura 4 – Texto do Ministério da Saúde do Brasil (MS) sobre herpes zoster.

Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a busca 3 Ir para o rodapé 4

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE

Ministério da Saúde

Buscar no portal

Sistemas Contatos Comunicação e Imprensa Assessoria de Imprensa

VACINAS SALVAM VIDAS

VACINE-SE. NÃO DÊ OUVIDOS ÀS NOTÍCIAS FALSAS

Acesse aqui o Calendário Nacional de Vacinação e outras informações

VOCÊ ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL > SAÚDE DE A A Z > VARICELA/HERPES ZOSTER

Institucional

Ações e Programas

SUS

Blog da Saúde

Últimas Notícias

ASSUNTOS

Atenção Especializada e Hospitalar

Atenção Básica

Assistência Farmacêutica

Varicela/Herpes Zoster

Publicado: Terça, 02 de Maio de 2017, 13h57
Última atualização em Segunda, 20 de Novembro de 2017, 16h29

Tweeter Curtir 12 mil

A Varicela, também conhecida como Catapora, é uma infecção viral primária, aguda e altamente contagiosa. Ela é caracterizada pelo surgimento de erupções cutâneas, que, após algumas horas, evoluem rapidamente para pústulas e, posteriormente, forma crostas, em 3 a 4 dias.

Todos estão suscetíveis à doença. Em crianças, a Varicela, geralmente, é uma doença benigna e autolimitada. Já em adolescentes e adultos, em geral, o quadro clínico é mais exuberante.

A infecção confere imunidade permanente. Mesmo que raramente ocorra um segundo episódio de Catapora. No entanto, o vírus da Varicela permanece no corpo a vida toda, pode ser reativado e causar outra doença, o Herpes-Zoster, também conhecido como cobreiro.

Sintomas

Fonte: <http://portalms.saude.gov.br/saude-de-a-z/varicela-herpes-zoster>. Acesso em: 01 ago. 2018.

Ora, considerando que, conforme a Figura 3, *botulismo* é definido como uma “doença neuroparalítica grave, não contagiosa, causada pela ação de uma potente toxina produzida pela bactéria *Clostridium botulinum*”, cabe interrogar sobre a potencial compreensão dessa informação por parte do leitor-alvo do texto. Do mesmo modo, fica a questão quando lemos, na Figura 4, que “Em crianças, a Varicela, geralmente, é uma doença benigna e autolimitada. Já em adolescentes e adultos, em geral, o quadro clínico é mais exuberante”.

Nesses exemplos, ilustramos o temor pelas incompreensões, especialmente para leitores de escolaridade limitada, sejam elas de terminologias (como *doença autolimitada*), sejam de palavras “comuns” (caso, por exemplo, *de exuberante*). Desse conjunto de “fatos textuais”, colocamos nossos questionamentos sobre como se poderia contribuir, no âmbito dos Estudos da Linguagem e da Terminologia, para a promoção da ATT em tal cenário comunicativo.

Nesse cenário, cabe mencionar que as instituições hospitalares, as clínicas médicas e os profissionais da Saúde do Brasil têm o dever - estabelecido em legislação - de informar o paciente sobre os riscos inerentes a procedimentos aos quais será submetido. Entretanto, não basta “apenas” informar, é necessário comprovar que pacientes e/ou seus familiares *compreenderam* o que lhes foi dito ou apresentado por escrito. A propósito, trazemos um trecho de uma recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) do Brasil, que condenou um hospital por não informar adequadamente um paciente acerca de riscos em uma cirurgia:

[...] houve crônica dificuldade de comunicação ou entendimento entre as partes. Foram utilizadas ilações e conclusões sem nenhuma base direta. A indenização é decorrente da falta de esclarecimentos acerca dos riscos que interferem na decisão de escolha de realizar o procedimento ou não. (Recurso Especial 1.540.580 - Superior Tribunal de Justiça, 2017)

Considerando essas realidades, a partir da descrição e análises linguísticas de materiais especializados destinados para público leigo, como os exemplificados nas Figuras 1 a 4, os quais reunimos em *corpora*, queremos, justamente, fundamentar e apoiar a futura produção de uma “Cartilha de Redação de Textos Facilitados para Leigos”. Essa será uma Cartilha *on-line*, dirigida a profissionais de Saúde e a Redatores Técnicos, abastecida por dados dos *corpora* reunidos e por resultados de nossos estudos. Planejamos oferecer uma ferramenta de apoio à escrita que exiba indicações e sugestões de formulação de textos graduadas por perfis de escolaridade do leitor-alvo.

Nosso objetivo maior, conforme já citado, é contribuir para potencializar a compreensão de um texto. A formulação facilitada deverá alcançar o todo: o léxico, a sintaxe e a tessitura do texto. Em tal panorama, frisamos, o processo de trabalho com a promoção da ATT incluirá as suas terminologias, mas não se esgotará nelas.

Nossa metodologia de pesquisa, conforme pretendemos demonstrar, é

baseada em experiências de estudos de Terminologia, Estudos do Texto Especializado, Estatística Lexical e Lexicologia, incluindo recursos e técnicas do Processamento de Linguagem Natural (PLN) e da Linguística de Corpus (LC).

No que se refere à participação da LC, cabe destacar que

permanecem escassos, no Brasil, os trabalhos baseados em *corpora*, realizados com grandes extensões de dados e apoio informatizado, dedicados a reconhecer características estruturais globais de textos mais ou menos complexos em função das habilidades ou condições de determinados tipos de leitores. (FINATTO, 2011, p. 2)

Entre os macroprojetos de pesquisa em desenvolvimento no nosso grupo, encontram-se os seguintes:

a) *Acessibilidade Textual - Da Doença de Parkinson a cuidados básicos em Pediatria: acessibilidade textual e terminológica para leitores brasileiros de baixa escolaridade;*

b) *Fundamentos Linguísticos para a Acessibilidade à Informação Científica Para Leitores Adultos de Escolaridade Limitada: simplificação textual, gramatical, lexical e terminológica em ciências da saúde*

Em torno desses dois módulos de pesquisa, desde 2016, associaram-se os seguintes estudos:

- a) *A Linguagem do Patrimônio Cultural Brasileiro: Conservação dos Bens Culturais Móveis – Acessibilidade textual e terminológica - Iniciação Científica junto ao Grupo TERMISUL³.*
- b) *Recuperação da Informação e Representação do Conhecimento em Bases de Textos Científicos de Linguística e de Medicina: Padrões e Processamento Automático da Linguagem - Iniciação Científica;*
- c) *Da Doença de Parkinson a Cuidados Básicos em Pediatria: Acessibilidade Textual*

³ www.ufrgs.br/termisul

- e Terminológica para Leitores Brasileiros de Baixa Escolaridade - Iniciação Científica;*
- d) *Abaixando o cocho: adaptação de textos sobre doenças causadas pela inalação de amianto destinados para o público leigo - trabalho de conclusão de curso de graduação;*
- e) *Complexidade Textual e Terminológica em Língua Portuguesa: da Agronomia para os Agricultores - mestrado concluído (FETTER, 2017);*
- f) *Acessibilidade de Textos sobre Temas de Saúde: do inglês ao português - dissertação de mestrado em andamento;*
- g) *Traduzindo Temas de Saúde para Leigos: subsídios linguísticos e terminológicos - dissertação de mestrado em andamento;*
- h) *Complexidade Textual em Língua Portuguesa: simplificação e textos institucionais para o cidadão - tese de doutorado concluída (PASQUALINI, 2018);*
- i) *Complexidade Textual em Textos Jurídicos para Público Leigo - tese de doutorado em andamento (MOTTA, 2018).*

Um vez situado o nosso tema de estudos, a orientação teórica e um quadro de pesquisas, a partir desta introdução, este trabalho se organizará da seguinte forma: na próxima seção, faremos algumas considerações sobre o tópico da *acessibilidade textual* (AT) e sobre os conceitos a ela relacionados; na seção seguinte, trataremos do tópico em meio aos estudos terminológicos; na subsequente, exporemos resumidamente o que cada trabalho do nosso grupo de pesquisa tem feito; e, nas considerações finais, refletiremos sobre os desafios e perspectivas futuras em relação às investigações relacionadas com a temática da ATT. Além de divulgar esses trabalhos, pretendemos incentivar nossos colegas a juntarem-se à exploração desses assuntos no âmbito das Ciências do Léxico e em áreas afins, respeitando-se, naturalmente, a diversidade de entendimentos e de perspectivas teóricas de cada um.

2. Acessibilidade Textual, Complexidade Textual e Simplificação Textual

Estudos relativos à AT – também chamada de *readability assessment* – como os que vemos em Dubay (2004), preocupam-se com a forma como determinado texto se apresenta para atingir seu público-alvo. Embora tenham tratado, inicialmente, apenas de textos escritos em inglês norte-americano e do seu acesso mais ou menos problemático para leitores estrangeiros imigrantes, esses estudos têm sido desenvolvidos em diversas áreas do conhecimento, colocando-se, para além da área da Educação, como um ponto de interesse para o ativismo político em prol dos Direitos Civis e Humanos em um cenário mundial. Nesse âmbito, estão implicadas as baixas *literacias* (conforme denominação em Portugal) ou os baixos *letramentos* (*low literacy*), tidos como condições ou problemas sociais que precisam ser enfrentados. Conforme Dubay,

Low literacy is not chiefly the problem of immigrants, the elderly, high school dropouts, or people whose first language is not English. Low literacy is a problem that knows no age, education, income levels, or national origins. Most people with low literacy skills were born in this country and have English as their first language. (DUBAY, 2004, p. 9)⁴

Esses temas também têm sido explorados no cenário internacional dos Estudos do Texto, Estudos do Discurso, em pesquisas de Linguística Aplicada, em Psicolinguística e Leitura, nos estudos relativos à Educação e ao Ensino de Línguas – maternas e estrangeiras.

No cenário brasileiro, vale lembrar os trabalhos pioneiros de Perini (1982) e de Fulgêncio e Liberato (1998), relacionados à facilitação de leitura e ao ensino de língua

⁴ O baixo letramento não é o principal problema dos imigrantes, dos idosos, dos que abandonaram a escola ou de pessoas cuja primeira língua não é o inglês. O baixo letramento é um problema que não conhece idade, educação, níveis de renda ou origens nacionais. A maioria das pessoas com baixo letramento nasceu neste país e tem o inglês como primeira língua. (DUBAY, 2004, p. 9, tradução nossa.)

portuguesa na Educação Básica nacional. Há também os estudos de Magda Soares, desde 1998, sobre *alfabetização e letramento* (SOARES, 2004). Além desses, entre os mais recentes, vale conhecer pesquisas como as de Pereira e Baretta (2018) sobre Leitura e Ensino, assinalando-se a preocupação de adaptar textos didáticos escolares de acordo com o perfil de diferentes tipos de alunos. Quanto ao enfoque do assunto da compreensão de leitura para o ensino de línguas estrangeiras, cabe registrar também o pioneirismo de Leffa (1996) ao trazer questões sobre fórmulas e medidas matemáticas de inteligibilidade de textos.

Entre os diferentes conceitos relacionados ao tema da promoção ou descrição de condições para a AT, vemos as ideias associadas aos termos *apreensibilidade*, *complexidade*, *inteligibilidade*, *letramento*, *legibilidade* e *simplificação textual*.

Para o antes citado Dubay (2004, p. 3), referência internacional no estudo da *readability*, a *inteligibilidade* é a propriedade que torna alguns textos mais simples de ler do que outros. O termo *legibilidade*, por outro lado, abarca as características físicas do texto, como o tamanho, o tipo e a cor de letras, o espaçamento, o alinhamento de parágrafos e elementos da formatação textual, como a diagramação (SILVA, 1985). Já o termo *apreensibilidade* (que também pode ser uma tradução para a forma inglesa *readability*) abrange fácil compreensão de leitura, velocidade da leitura e apreensão geral de um texto, fatores relacionados com a forma de escrita (prolixa ou sucinta) e com o vocabulário utilizado.

Por sua vez, a *complexidade*, no caso, a complexidade textual (CT), conforme nós a situamos, pode ser entendida como uma propriedade ou condição relativa de um dado texto, conforme percebida por um dado tipo de leitor ou usuário, considerando alguma demanda de esforço para a sua compreensão. Essa propriedade seria verificada, pelo leitor, pela presença e combinação de um conjunto de recursos, propriedades ou traços de um dado tipo de escrita. Entre esses recursos, podemos mencionar a feição do léxico e os tipos de estruturas da superfície do texto, como

quantidade de palavras por frase, extensão geral do texto, a variação ou repetição de palavras, a presença de referências pronominais, as anáforas, as elipses, a quantidade de terminologia específica que possa fugir do vocabulário comum para um dado perfil de leitor, entre outros. Acrescentem-se a esses elementos propriedades subjacentes à materialidade da escrita, relacionadas à semântica e à pragmática do texto, tais como o nível necessário de inferências para compreensão de partes ou do todo do texto, pressupostos e subentendidos.

Para a verificação e aferição desses recursos, apenas no âmbito da superfície do texto, tratando-se especialmente de elementos lexicais, promotores ou não da CT, ferramentas informatizadas podem ser utilizadas. Nesse tipo de estudo, *vemos* os princípios da Estatística Linguística combinados com as metodologias da Linguística de *Corpus* e do PLN (já citados em FINATTO, 2011).

Cabe salientar, porém, que, nesse tipo de enfoque, de fundo estatístico, sempre se estará tratando de uma estimativa ou de provável ponderação sobre CT via observação exclusiva da estrutura superficial do texto. Para confirmar quaisquer estimativas, é imprescindível realizar testes diretos com leitores-alvo. Ademais, conforme já alertado há muito tempo por Leffa (1996), há o risco de se tomarem medidas estatísticas superficiais, extremamente coladas no vocabulário e na organização sintática das frases, como “regras de ouro”, absolutas, para que se evite a complexidade. Em síntese, uma “medição” dos usos de palavras em textos mostraria apenas uma ponta de um enorme *iceberg*. Por outro lado, cabe perguntar: mas isso, ainda que singelo, limitado ou até “simplório”, já não serviria para alguma coisa?

A *simplificação textual* (ST) seria a materialização da AT, pois se trata de um processo. Nele se transforma um texto tido como complexo – para alguém – num texto mais simples, por meio de uma linguagem e de estruturas sintáticas, em tese, mais adequadas ao leitor-alvo. Esse processo poderá ser subjetivo, baseado em impressões ou em conhecimentos diversos do redator, ou poderá ser guiado por uma série de

procedimentos e de critérios, previamente estabelecidos e mensurados, de acordo com uma metodologia científica. Aqui, inclusive, podem ser evocadas as “medições” e estatísticas antes citadas.

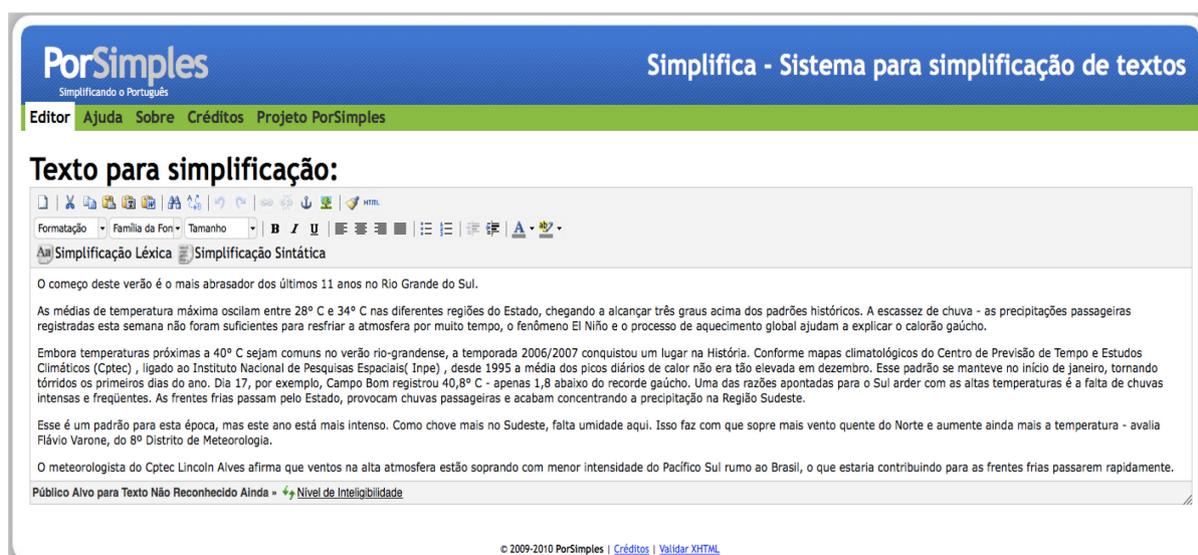
A propósito, uma maneira simples, singela e facilmente imaginável para dar suporte a procedimentos de ST, no âmbito do vocabulário, seria, por exemplo, a utilização de dicionários ou de “listas” de substituições de palavras “difíceis” por seus sinônimos ou equivalentes “fáceis”. Nesses repertórios-guia, seriam colocadas, por exemplo, as seguintes entradas: “residência=> casa”; “nosocômio=> hospital”; “outrossim=> do mesmo modo”.

A despeito do que um linguista crítico considere válido, procedimentos de ST baseados em listas e em dicionários computacionais do tipo “complexo=>simples” têm sido muito adotados no âmbito de pesquisas computacionais do Processamento de Linguagem Natural (PLN) desde longa data. Nesse âmbito, uma série de dicionários e de bases de dados, longe de qualquer singeleza que se possa supor, visto que são insumos bastante complexos, sustentam uma série de ferramentas ou de *softwares*. Sua proposta é auxiliar, com sugestões, um redator que busca a ST ou, mesmo, produzi-la automaticamente a partir de um texto-fonte. Resultados concretos desse tipo de pesquisa podem ser conferidos, por exemplo, no caso da língua inglesa, observando-se o sistema da *Wikipedia Simple*, disponível em https://simple.wikipedia.org/wiki/Main_Page. Para quem deseja conhecer uma ferramenta simplificadora *on-line*, sugerimos conhecer o *SIMPLISH*, um sistema gerador automático de textos simplificados em inglês disponível em: <https://www.simplish.org>.

Para o tratamento da língua portuguesa, entretanto, os exemplos de recursos em funcionamento são bem menos abundantes. No Brasil, temos o *SIMPLIFICA*, uma ferramenta *on-line* que visa a auxiliar a produção de um texto de perfil facilitado. Esse sistema pioneiro é uma referência internacionalmente reconhecida, fruto do Projeto

PorSimples – trabalho que se encontra sintetizado por Aluísio e Gasperin (2010). As ferramentas que integram a base do funcionamento desse simplificador, que operam no âmbito lexical – com dicionários simples=>complexo, e no âmbito sintático, com um analisador de padrão de frases, podem ser visualizadas em <http://www.nilc.icmc.usp.br/nilc/index.php/tools-and-resources?layout=edit&id=27>.

Figura 5 – Sistema SIMPLIFICA, do Projeto PorSimples do NILC-USP.



Fonte: <http://www.nilc.icmc.usp.br/simplifica/>. Acesso em: 27 jul.2018.

Conforme procuramos apresentar ao nosso leitor, pelo menos pela via das pesquisas em PLN e em Informática, várias tentativas em prol da AT têm sido construídas e colocadas em teste, as quais, em geral, poucos linguistas brasileiros conhecem ou citam em seus estudos. A despeito das qualidades, defeitos, críticas por causa de superficialidade e de quaisquer limitações derivadas de um “automatismo computacional” que possam ser evocadas após experiências com o manejo de sistemas e *softwares* antes citados, podemos nos questionar sobre qual teria sido a participação de linguistas e de terminólogos em meio a essas iniciativas e sobre como elas poderiam ser aperfeiçoadas. O fato é que alguém, mormente pesquisadores da área de Informática, tem tentado fazer algo concreto, oferecendo-nos inclusive alguns recursos

de acesso público e gratuito. A despeito de críticas, esses pesquisadores têm produzido conhecimentos do melhor modo que lhes é possível.

Ao finalizar esta seção deste artigo, em meio aos questionamentos até aqui colocados, cremos que vale uma tentativa de sintetizar, ainda que grosseiramente, o alcance de alguns conceitos já expostos. Entre as noções de *acessibilidade*, *complexidade* e *simplificação*, cumpre referir que a “complexidade” corresponde a uma condição ou estado, verificados através de uma avaliação; a “simplificação”, por sua vez, diz respeito ao processo de transformação do texto, com o objetivo de torná-lo mais eficiente; e, por fim, a “acessibilidade” pode ser compreendida como uma condição-resultado dessa ação.

Na próxima seção, abordaremos como esses conceitos, associados, podem ser aproveitados no âmbito dos estudos terminológicos.

3. A ATT em meio aos estudos atuais em Terminologia

No que se refere ao acesso ao conhecimento científico e a outros conhecimentos especializados por parte de leitores com pouca escolaridade e pouca experiência em leitura, a ST, subjetiva ou cientificamente amparada, pode gerar condições para que se promova a ATT.

Quando mencionamos a ATT, pensamos num ideal de bom funcionamento de um dado tipo de texto para um determinado tipo de leitor. Um texto será acessível, no seu todo e nas suas terminologias, se for capaz de apresentar informações de forma clara não só para o seu público-alvo, mas também para leitores não típicos ou medianos. Aqui cabe uma analogia entre a construção do texto de folhetos hipotéticos sobre, por exemplo, *sífilis* ou *botulismo* com oferta de rampas de acesso para cadeirantes – no quadro da ideia de *acessibilidade* citada no primeiro parágrafo deste artigo. Nem todos os usuários dos “prédios textuais” utilizarão essas rampas, mas é preciso

conferir estatuto de existência para um cidadão “fora do padrão” que delas necessite, ofertando-as sempre.

A propósito, Finatto, Evers e Stefani (2016) afirmam que a simplificação da linguagem e dos textos escritos ainda é tema polêmico, pois muitos a relacionam com a vulgarização científica. Trazem como exemplo histórico o caso de Lutero quando propôs que a Bíblia fosse transcrita em um alemão “do povo”, de modo que pudesse ser compreendido pelas pessoas mais “simples” da sua época. Muitos chegaram a questionar se aquela Bíblia “escrita de acordo com o dialeto [do] baixo alemão do povo germânico de 1600 ainda seria uma fonte *verdadeira*” (FINATTO; EVERS; STEFANI, 2016, p. 139, grifo das autoras)

A ATT associa-se a uma questão que envolve reflexões filosóficas, políticas, epistemológicas e linguísticas, pois se poderia questionar se uma reescrita simplificada não deturparia um escrito original e se haveria uma nova forma original para dizer um mesmo conteúdo. Por outro lado, acreditando-se na validade de diferentes procedimentos de ST, os quais poderiam ser benéficos à sociedade, vale lembrar os estudos pioneiros de Motta-Roth (2011), para quem

a popularização de informações científicas em nosso país e o estudo do discurso nesse campo pode influenciar sobremaneira os modos de atuação política de profissionais das áreas humanas e sociais na sociedade. (MOTTA-ROTH, 2011, p. 22).

Nesse âmbito, destacamos que, de fato:

[...] a simplificação textual e a ideia de uma acessibilidade textual e terminológica [...] são caminhos para implantar ações que democratizem o acesso ao conhecimento, dinamizando e transpondo os resultados das pesquisas produzidas no âmbito da academia para a realidade da população brasileira em geral, ajudando-a no seu processo de amadurecimento linguístico. Afinal, simplificar um texto pode, sim, ser uma atitude impulsionadora para que, a partir de um ponto inicial, o indivíduo busque – e consiga – aumentar seus níveis de letramento. (FINATTO; EVERS; STEFANI, 2016, p. 155-6)

Considerando essa afirmação e os dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), na edição de 2016⁵, que revelaram que apenas 8% dos brasileiros entre 15 e 64 anos apresentavam um nível pleno de letramento, é possível perceber a importância de trabalhos que visem à ST, principalmente no que se refere às linguagens especializadas. Neste sentido, na próxima seção, apresentamos uma síntese dos trabalhos desenvolvidos por nosso grupo de pesquisa sobre a temática da ATT.

4. A ATT em meio aos estudos do nosso grupo de pesquisa

Conforme mencionamos na introdução, nosso grupo de pesquisa no PPG-LETRAS-UFRGS tem explorado, em diferentes frentes, o tema da ATT. Nesta seção, em primeiro lugar, resumimos alguns estudos recentemente concluídos cujas análises se deram em textos institucionais de temática científica voltados para público leigo. Em segundo lugar, estão as pesquisas ainda em andamento.

4.1 Trabalhos concluídos

O primeiro estudo a ser citado é o de Carpio (2017), trabalho⁶ de conclusão de curso de graduação (TCC) com textos sobre doenças respiratórias associadas ao trabalho. Ele é derivado da pesquisa “Pneumopatias Ocupacionais: padrões da linguagem médica para leigos e especialistas” – cujas produções, em termos do desenvolvimento de glossários terminológicos e de diferentes tipos de descrições de

⁵Disponível em <http://ipm.org.br/relatorios>. Acesso em 15 fev. 2018. Pesquisa realizada em 2015 com 2 mil pessoas pelo Instituto Paulo Montenegro (IPM) e pela ONG Ação Educativa.

⁶ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto “Recuperação da informação em representação do conhecimento em bases de textos científicos de Linguística e de Medicina: padrões e processamento automático da linguagem”, por nós coordenado, financiado pelo Programa DOC-FIX, FAPERGS-CAPES, entre 2012 e 2016, Edital 09/2012, com a participação da Profa. Dra. Alena Ciulla, a qual orientou o TCC citado.

linguagens especializadas, podem ser conferidas no *website* <http://www.ufrgs.br/textecc/pneumopatias/novafase/index.php>.

Nesse estudo, foram descritos e analisados textos sobre o amianto e as doenças provocadas pela sua inalação elaborados pelo Ministério da Saúde (MS) e dirigidos ao público leigo. O trabalho também buscou caracterizar o público-leitor alvo preferencial da informação. A metodologia utilizada incluiu a medição do grau de legibilidade dos textos, a determinação do perfil de leitura do público-alvo e a avaliação dos níveis lexical, estrutural e sintático do *corpus* de estudo. Os resultados mostraram que os textos exibem algumas características que os tornariam inadequados para atender as demandas dos trabalhadores mais acometidos por doenças causadas pela inalação de amianto.

Ao final do estudo, Carpio (2017), com base nas características potencializadoras de CT observadas, apresenta um modelo de folheto informativo, em tese, mais afeito à compreensão desses trabalhadores. O folheto proposto por ela trata do tema da *asbestose*, doença popularmente conhecida como “pulmão de pedra”. As alterações apresentadas incluíram, além de aspectos linguísticos e terminológicos, recomendações de modos de ordenamento da informação indicados por uma médica especialista que trata de pacientes acometidos por Pneumopatias Ocupacionais na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre - RS. Vale frisar que essa instituição é referência nacional e internacional na área e que recebe e trata pacientes de todo o Brasil.

O segundo trabalho é o de Fetter (2017). Nesta pesquisa de Mestrado, a autora descreveu a apresentação de terminologias, de acordo com padrões oracionais, em textos divulgativos e educacionais de instituições de assistência agropecuária destinados a agricultores familiares brasileiros, os quais tendem a ter uma experiência de escolaridade formal bastante limitada. Essa pesquisadora, com base nos pressupostos teóricos da nossa Terminologia de perspectiva textual (FINATTO, 2004)

e da Linguística Sistêmico-Funcional, analisou 30 folhetos da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS) em comparação com 30 folhetos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Após examinar 4.850 orações dos 60 folhetos sob estudo, a pesquisa apontou alguns elementos que potencializam a CT desses materiais, especialmente o modo de apresentação frasal e as naturezas das terminologias empregadas. Também se apresentaram, ainda que resumidamente, algumas alternativas de escrita ou reescrita teoricamente mais úteis para uma ampliação da ATT desses materiais. Uma síntese desse trabalho, na parte do tratamento sistêmico-funcional, pode ser conferida no artigo de Fetter (2018).

Em terceiro lugar, vale mencionar a pesquisa de doutorado de Pasqualini (2018). Ainda que não tenha se dado no âmbito dos textos especializados, o resultado desse trabalho pode ser muito útil para a tarefa de simplificação de textos de qualquer natureza para leitores brasileiros adultos. Essa pesquisa resultou na criação do *CorPop* (PASQUALINI, 2018), que é um *corpus* de referência do português popular escrito, disponível para consulta em <http://www.ufrgs.br/texteccc/>. Tal acervo foi compilado com base no nível de letramento médio dos leitores do país, conforme pesquisas do INAF, e levou em consideração textos lidos e compreendidos pela maior parte dos leitores. Está composto por:

- (1) textos do jornalismo popular (DG);
- (2) textos e autores mais lidos pelos respondentes das últimas edições da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil;
- (3) textos da coleção “É Só o Começo”, que envolve adaptação de clássicos da literatura brasileira para leitores com baixo letramento, adaptação produzida por linguistas;
- (4) textos do jornal *Boca de Rua*, produzido por pessoas em situação de rua, com baixa escolaridade e baixo letramento sob a supervisão de uma jornalista; e,

(5) textos do *Diário da Causa Operária*, veículo da imprensa operária brasileira, um jornal produzido também por pessoas dentro da faixa média de letramento dos leitores do nosso país.

Esse material de referência pode ser consultado, mediante expressões de busca, em <http://www.ufrgs.br/textecc/porlexbras/corpop/ferramentas.php>.

4.2 *Trabalhos em andamento*

Antes de apresentar os trabalhos, chamamos a atenção do nosso leitor para o fato de que, desde 2018, estamos explorando o entendimento de que a ST poderia ser vista também como uma espécie de “tradução intralinguística”, conforme Jakobson já havia delineado (JAKOBSON, 1959). Essa direção ficou reforçada como uma boa opção analítica quando percebemos que a “lógica” por trás de diferentes ferramentas automáticas de simplificação – como o já citado SIMPLIFICA – tende a ser a mesma da tradução automática tradicional. Alguns estudiosos da Tradução da atualidade têm acolhido esse pensamento, tais como Zethsen (2009) e Zethsen e Hill-Madsen (2016).

a) Acessibilidade em Sentenças judiciais

Um dos trabalhos em andamento é uma pesquisa de Doutorado em que estamos examinando a linguagem empregada em um conjunto de Sentenças dos Juizados Especiais Cíveis (doravante JECs). Esses juizados especiais integram um cenário relativamente novo de assistência judiciária mais facilitada, e o cidadão que a eles recorre pode, inclusive, ingressar sem estar acompanhado de um advogado formalmente constituído. A proposta original dessa pesquisa e um estudo-piloto podem ser conferidos no artigo recente de Motta (2018).

Ainda que a temática não se relacione diretamente com os nossos estudos sobre a ATT em textos sobre temas de Saúde Pública, as considerações dela derivadas e os contrastes propostos auxiliam nosso grupo a ponderar sobre as necessidades do nosso protótipo de leitor-alvo antes citado. Assim, se o cenário, a temática e o gênero textual

sob estudo variam, do Direito à Medicina, há em comum a figura de um mesmo leitor-destinatário, o brasileiro adulto de escolaridade limitada.

Nesse sentido, cabe considerar que esses JECs foram criados com base em princípios como a informalidade e a simplicidade e que muitos dos cidadãos que a eles recorrem são pessoas de baixa renda, com pouca experiência em leitura e escolaridade limitada. Assim, a reflexão que se faz neste estudo é sobre como, por meio de procedimentos de simplificação textual, se poderia promover a ATT desses documentos.

Cumpram aqui referir que o Judiciário é muitas vezes chamado a resolver conflitos que envolvem problemas de informação e compreensão. É o caso do exemplo trazido na introdução deste trabalho, em que o STJ condenou um hospital a indenizar o paciente por este não ter sido adequadamente informado acerca dos riscos da cirurgia a que seria submetido.

Ora, se o Judiciário tem o poder de decidir sobre questões que envolvem a temática da compreensão, pressupõe-se que uma de suas preocupações fosse redigir seus documentos da forma mais clara possível. As orientações do Decreto n. 4.176, de 28 de março de 2002, são, justamente, nesse sentido. Todavia, não parece ser exatamente essa a realidade.

Há muito que se ouvem queixas – em diferentes esferas sociais do Brasil – quanto a um hermetismo da linguagem jurídica. Junto das queixas, reconhece-se a necessidade de essa linguagem ser mais acessível. Considerando essa situação, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), publicou, em 2007, a obra intitulada *O Judiciário ao Alcance de Todos – Noções Básicas de Juridiquês*. Esse é um manual que pretende esclarecer aos leigos o funcionamento da Justiça brasileira e situar o significado de algumas de suas terminologias. No prefácio, encontra-se a seguinte passagem: “A Justiça deve ser compreendida em sua atuação por todos e

especialmente por seus destinatários. Compreendida, torna-se ainda mais imprescindível à consolidação do Estado Democrático de Direito” (AMB, 2007, p. 4).

Ainda quanto a essa questão e corroborando o bom potencial de entendermos que a ST pode ser vista como uma tradução intralinguística, o escritor Luís Fernando Veríssimo, em uma de suas crônicas de jornal mais recentes, assim se manifesta:

Nada como acompanhar debates jurídicos para aprender a linguagem esotérica com que os juristas se comunicam. Imaginei que se poderia usar **legendas em português** para o que eles estão dizendo. Mas desconfio que, reduzidos a uma **língua inteligível**, os textos perderiam sua função principal, que é a de nos engambelar. (VERÍSSIMO, 2018, p. 4, grifos nossos).

Independentemente da crítica deste autor, o fato é que sua manifestação vem a atestar o reconhecimento popular de que os textos jurídicos são, em muitos casos, inacessíveis aos cidadãos brasileiros em geral. E o que dizer em relação ao cidadão com baixa escolaridade e pouca experiência em leitura?

Em um estudo-piloto, também à luz da Terminologia de perspectiva textual, com auxílio das ferramentas computacionais AntConc (ANTHONY, 2018) e Coh-Matrix-Port (SCARTON, ALUÍSIO, 2010), comparamos algumas medidas e índices lexicais e sintáticos de uma pequena amostra dessas Sentenças com os de textos de um jornal popular, o *Diário Gaúcho* (DG), direcionado justamente a leitores de menor escolaridade. Os textos do DG, veículo publicado pela empresa jornalística RBS, em Porto Alegre - RS, com versões impressa e *on-line*, foram extraídos do *site* do Projeto Porpopular⁷, que oferece para *download corpora* de jornais populares do Sul e do Nordeste, caso do jornal *Massa!*, veiculado em Salvador – BA.

⁷ Disponível em http://www.ufrgs.br/textecc/porlexbras/porpopular/download_do_corpus.php. Acesso em: 20 fev. 2017.

Resultados iniciais desse estudo-piloto, que envolveu uma série de “medições” e estatísticas sobre as palavras empregadas nos textos, apontam que Sentenças dos JECs tendem a apresentar padrões lexicais e sintáticos pouco coincidentes com padrões da linguagem escrita de um jornal popular. Aqui cabe lembrar que esse tipo de jornal, embora “popular”, exibe textos produzidos por profissionais do Jornalismo e que adota a norma culta do português escrito do Brasil. Tal resultado não nos surpreendeu.

Depois desse primeiro contraste, o universo vocabular das mesmas Sentenças foi também comparado com o universo lexical do já citado *CorPop* (PASQUALINI, 2018). A inclusão do *CorPop* nessas comparações se deu pelo fato de sua lista de palavras oferecer, como já mencionamos, um *corpus* de referência do português popular brasileiro escrito. Desse modo, pode balizar estimativas da complexidade lexical. Assim, palavras empregadas nas Sentenças que não se encontram na lista do *CorPop* podem ser consideradas “como potencialmente complexas ou passíveis de simplificação” (PASQUALINI, 2018, p. 92).

Com isso, estamos apostando que o *CorPop* pode nos dar uma boa ideia sobre o que possa ser um universo vocabular acessível para um leitor adulto que tenha apenas o Ensino Fundamental completo e que precise compreender, por exemplo, o que foi decidido acerca do seu pedido nas Sentenças dos JECs. A título de ilustração, no Quadro 1, listamos alguns exemplos de palavras utilizadas nas Sentenças, mas ausentes do *CorPop*.

Quadro 1 – Exemplos de Palavras constantes em Sentenças Judiciais, mas ausentes no *CorPop*.

acostar, avença, coligar, consumerista, culpabilidade, dissuasório, egrégio, ensinar, excludente, expurgo, fulcro, hipossuficiente, inadimplemento, incolumidade, indébito, indubitável, instância, jurisprudência, jurisdição, perpetrar, probatório, prolação, sinistralidade, solver, sucumbência, tutela.

As palavras listadas no Quadro 1 não nos parecem muito comuns, e talvez seja essa uma razão para não aparecerem no *CorPop*. A observação sobre suas frequências de uso, em diferentes *corpora* do português do Brasil, conforme já ensinou Biderman (1998), é outro dado significativo a considerar, de modo a completar e fundamentar essa percepção.

Palavras como *avença*, *fulcro*, *hipossuficiente*, ainda que possam ser empregadas em outros textos que não os do âmbito do Direito, ocorrem quase que exclusivamente em textos jurídicos. Algumas podem ser consideradas terminologias incontornáveis, como é o caso, por exemplo, de *consumerista*, *indébito* e *jurisprudência*. Outras unidades, no entanto, podem assinalar estilos, preciosismos e/ou jargões jurídicos que conformariam o tão falado “juridiquês”. Por outro lado, o uso de um vocabulário mais ou menos “típico”, excetuando-se o emprego de terminologias necessárias, também pode ser entendido como o traço característico de uma erudição natural e inerente ao discurso sob exame, como seria o caso das palavras *indubitável*, *perpetrar* ou *solver*.

Na pesquisa de Motta (2018), com o objetivo de contribuir para a maior ATT das Sentenças, serão também apresentadas propostas de reescritas simplificadas que deverão ser colocadas em um guia de sugestões especialmente dirigido para juristas e para os redatores que os auxiliem.

b) Acessibilidade em textos sobre Transtorno de Estresse Pós-Traumático

Outro trabalho a ser mencionado, este mais afinado com o tema da Saúde, é a pesquisa de Mestrado do professor Asafe Davi Cortina da Silva. Seu objetivo é, com base nos estudos do Léxico e de Terminologia, descrever e analisar a linguagem especializada associada ao tema do Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), em Medicina, conforme essa linguagem seja empregada em artigos de divulgação científica em português para leigos.

A descrição e análise, por sua vez, pretendem subsidiar a crescente demanda por compreensão sobre os falares da ciência e das tecnologias, especialmente no que se refere aos processos de tradução inter e intralinguística (ZETHSEN, 2009; ZEHTSEN, HILL-MADSEN, 2016; JAKOBSON, 1959). Além do exame de textos em português, como um suplemento, este trabalho estuda alguns materiais equivalentes produzidos em inglês para o público norte-americano.

Um diferencial desta pesquisa é a apresentação, para cada um dos textos em português sob exame, de oito diferentes propostas de reescrita. Cada proposta pretende colocar “em teste”, via medições de elementos potencializadores de CT, um determinado tipo de estratégia de apresentação do texto. Nesta pesquisa, os recursos sob exame associados à potencial CT são os apontados na bibliografia sobre o assunto, destacando-se os já incluídos na arquitetura de ferramentas computacionais como o sistema Coh-Metrix. Esse sistema é uma ferramenta

[e]laborada por pesquisadores da Universidade de Memphis, nos Estados Unidos (GRAESSER; McNAMARA; LOUWERSE; CAI, 2004), tem como propósito calcular índices de coesão e de coerência textual num amplo espectro de medidas lexicais, sintáticas, semânticas e referenciais com o fim de indicar a adequação de um texto a seu público-alvo (a “demanda cognitiva” e a legibilidade do texto). Também tem a função de apontar dados para identificar problemas textuais de ordem estrutural. (FINATTO, 2011, p. 39).

Os elementos linguístico-textuais sob testagem e que equivalem a medições nessa pesquisa são:

a) índice Flesch (IF)⁸;

⁸ Medida associada à potencial inteligibilidade (capacidade de ser compreendido) de textos. O Índice Flesch (IF) é tido por muitos como uma fórmula superficial, pois considera apenas o número de palavras por sentença e o número de letras ou sílabas por palavra. Apesar disso, ele foi incorporado ao Coh-Metrix-Port, pois, de modo geral, ele indica a complexidade na tarefa da leitura. Além disso, segundo Scarton e Alúcio (2010, p. 15), é a única métrica de inteligibilidade já adaptada para o português e incorpora o conceito de séries escolares brasileiras. A fórmula para o cálculo do IF é: $ILF = 164.835 - [1.015 \times (\text{Número de palavras por sentença}) - [84.6 \times (\text{Número de sílabas do texto}/\text{Número de palavras do$

- b) análise semântica latente (ASL)⁹;
- c) relação *type-token* (TT)¹⁰;
- d) densidade semântica (DS)¹¹;
- e) incidência de substantivos (S);
- f) incidência de verbos (V);
- g) incidência de adjetivos (ADJ);
- h) incidência de advérbios (ADV); e
- i) incidência de pronomes (P).

Os quatro primeiros itens estão usados propriamente como indicativos de provável CT, enquanto os que se detêm em incidências servem para observar se maiores ou menores usos de cada uma dessas classes de palavra poderiam impactar positiva ou negativamente sobre medidas globais de potencial complexidade. Na Figura 6, ilustramos um texto *on-line* semelhante aos analisados neste trabalho.

texto)]. E o resultado é um número de 0 a 100, que, com base em Pasqualini (2012, p. 77), pode ser assim especificado: de 0 a 29 – muito difíceis; de 30 a 49 – difíceis; de 50 a 59 – razoavelmente difíceis; de 60 a 69 – textos padrão; de 70 a 79 – textos razoavelmente fáceis; de 80 a 89 – textos fáceis; e de 90 a 100 – textos muito fáceis.

⁹ A ASL explora as relações semânticas implícitas no texto por meio de uma análise de distribuição e de associação recorrente entre palavras. Além de considerar palavras isoladas, leva em conta as combinações e usos próximos, destacando relações entre as palavras de um texto, tais como “A é parte de B” ou “A é um tipo de B”. Essa é uma técnica matemática de indexação de conteúdos de textos muito usada em buscadores de texto disponíveis na internet, e é uma técnica das pesquisas de PLN, as quais naturalmente, têm uma visão particular de Semântica. (GEAN; KAESTNER, 2003)

¹⁰ Relação entre o número de palavras diferentes (*types*) e o número de total de palavras (*tokens*). Quanto maior for o número de *types*, maior será a riqueza e a variedade do vocabulário. Quanto menor for o número, mais repetitivo é o texto.

¹¹ A densidade semântica considera o número de palavras de conteúdo (lexicais – substantivo, adjetivo, advérbios e verbos) dividido pelo número de palavras funcionais (gramaticais – preposições, conjunções, numerais e artigos).

Figura 6 – Exemplo de texto on-line sob estudo por A. D. Cortina da Silva.

Transtorno de estresse pós-traumático

PSICOLOGIA

Embora os sintomas presentes no transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) já tenham sido descritos há cerca de 100 anos, embora ainda não apresentasse essa denominação nessa época, foi somente após a Guerra do Vietnã que foi dada maior atenção a esse transtorno. Ao regressarem aos Estados Unidos após servirem nessa guerra, os soldados passaram a manifestar sintomas de trauma psicológico pronunciado, com significativo prejuízo de sua vida pessoal, e os médicos passaram a se interessar por esta condição.

Em 1980, o transtorno passou a compor, oficialmente, o quadro dos subtipos de transtornos de ansiedade apresentados pela terceira edição do DSM. A partir daí, muitos estudos psicológicos, farmacológicos e neurológicos foram sendo desenvolvidos em ordem de se conhecer melhor o TEPT.

O TEPT é um transtorno caracterizado por sintomas que surgem após a exposição do indivíduo a um evento traumático grave. Esses sintomas incluem:

- Sentimentos de estar revivendo a situação indefinidas vezes;

Colunista Portal - Saúde

O que falta: Educação ou Sensibilidade?
Fabiane Esperança Rocha

O papel do arteterapeuta
Gabriela Monteiro do Amaral Prado

SEJA DIFERENTE DESTAQUE-SE

Combos de cursos online com **50%OFF**

Fonte: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/psicologia/transtorno-de-estresse-pos-traumatico/34258>. Acesso em: 26 jul. 2018.

c) Acessibilidade como tema de formação de tradutores em Letras

Outro trabalho, também relacionado com temas de Saúde, é a pesquisa de Mestrado da tradutora Liana Braga Paraguassu. Seu objetivo é propor uma alternativa de disciplina ou módulo de estudos especialmente dedicado aos temas da ATT em meio à grade curricular do curso Bacharelado em Letras-Tradução da UFRGS.

Esta pesquisa originou-se de uma proposta de estudo de Iniciação Científica em que alunos de Tradução foram solicitados a simplificar textos institucionais em português sobre a Doença de Parkinson para o acesso de leitores de escolaridade limitada. Essas versões simplificadas, livremente elaboradas pelos estudantes, foram colocadas, para eles, como traduções intralinguísticas. O conjunto das simplificações produzidas estão sendo criticadas por profissionais da Saúde e abastecem, elas próprias, uma base de dados sobre procedimentos mais e menos adotados pelos futuros tradutores.

Esse trabalho de Mestrado conta com o apoio da Secretaria de Educação a Distância da UFRGS (SEAD-UFRGS) e visa a discutir a relevância do trinômio

Complexidade Textual, Simplificação Textual e Acessibilidade Textual no âmbito da formação universitária de tradutores no par de línguas português-inglês. Com base nessa discussão, conforme já citado, desenha-se uma proposta de disciplina regular sobre essa temática a ser aplicada no curso de Letras Bacharelado da UFRGS, como forma de agregar conhecimento e valor à formação de tradutores que já atuam ou que atuarão no mercado de trabalho como tradutores, revisores e redatores. A proposta, com as devidas adaptações, prestar-se-á a ajustes envolvendo outros pares de línguas.

d) Acessibilidade em temas de Saúde Pública

Além desses trabalhos, prosseguimos estudos-piloto com textos do Ministério da Saúde do Brasil (MS) sobre o tema da *sífilis*, os quais têm reunido estudantes de Graduação e de Doutorado.

Conforme notícias recentes de jornal da cidade de Porto Alegre - RS, desde 2016, infelizmente, o número de casos dessa doença aumentou em mais de 26%, o que motivou a nossa escolha pelo tema. A nosso pedido, recebemos do MS, em 2018, todos os seus materiais produzidos para público leigo, o que já estamos examinando, em cotejo com materiais institucionais sobre a Doença de Parkinson. A *sífilis* que atinge bebês, a *sífilis congênita*, no âmbito da Pediatria, é a que mais nos interessa, pelo foco de pesquisa com apoio do CNPq¹².

e) Contrastes: complexidade e propostas de acessibilidade

Conforme já mencionado, intentamos apontar modos de contribuição para a promoção da ATT. O reconhecimento de alternativas de reescrita potencialmente

¹² CNPq - Edital Universal - Processo: 403521/2016-5. Mais detalhes em: <http://www.ufrgs.br/textecc/acessibilidade>.

válidas para os tipos de textos em português com que lidamos têm partido de uma série de pesquisas bibliográficas sobre “melhores práticas” – especialmente aquelas indicadas em materiais e em estudos sobre *Plain Language* ou “linguagem facilitada” (para mais detalhes, ver DUBAY, 2004, p-20-25). Assim, com as devidas contextualizações e adaptações do que há em inglês para o português do Brasil, associadas às indicações da bibliografia brasileira sobre processos de leitura (como as apontadas em KLEIMAN, 1997 e em FULGÊNCIO, LIBERATO, 1998), temos realizado diferentes experimentos específicos de simplificação, cujos resultados deverão ser validados com testes com nossos leitores-alvo.

No Quadro 2, a seguir, colocamos, na primeira linha da coluna da esquerda, um trecho de uma Sentença judicial e, na terceira linha da mesma coluna, um trecho de um texto institucional sobre a Doença de Parkinson. Na coluna da direita, apresentamos uma proposta de reescrita mais simples para cada um deles. Conforme antes citado, cada proposta aproveita uma série de orientações que colhemos na literatura sobre o tema, seja em português ou em inglês. Uma síntese dessas propostas pode ser conferida em um material de texto e um vídeo disponível em <http://www.ufrgs.br/textecc/acessibilidade/>.

Abaixo de cada trecho do Quadro 2, registramos a verificação do já mencionado Índice Flesch (IF), uma medida que pondera número de palavras e de sílabas por frases de um dado texto, a qual pode nos auxiliar a situar a CT. Como já explicado, quanto maior for o valor desse índice, maior seria, frisamos, em tese, a estimativa de facilidade de compreensão. Tomar quaisquer medidas, em isolado, reiteramos, pouco contribui.

Quadro 2 – Exemplos de Reescritas Simplificadas.

Trecho original de uma Sentença judicial	Trecho reescrito
Insta esclarecer que o valor dos danos morais neste parecer fixado, leva em consideração o atendimento dispensado ao demandante - mais precisamente a falha na prestação -, o fato de ter	O valor dos danos morais considerou que o hospital cobrou por serviço que deveria ser gratuito e causou outros problemas. Como houve atendimento do hospital, não é preciso

<p>havido cobranças por parte do hospital naquilo que deveria ser gratuito, e demais transtornos, eis que a negativa do atendimento já encontra-se superada, eis que já realizada, não havendo espaço nem necessidade para tal discussão.</p> <p style="text-align: center;">Índice Flesch: -10.441</p>	<p>mais discutir o valor dos prejuízos.</p> <p style="text-align: center;">Índice Flesch: 52.427</p>
<p style="text-align: center;">Trecho original de um texto sobre a Doença de Parkinson¹³</p>	<p style="text-align: center;">Trecho reescrito</p>
<p>A Doença de Parkinson (DP) é uma desordem neurológica, crônica, progressiva e polissintomática. [...] Somando-se a isso, ocorre uma desordem no sistema extrapiramidal, que é composto pelos núcleos da base (NB) e o Tálamo, no qual promovem distúrbios dos movimentos que podem ser hiperkinéticos ou hipocinéticos (Gallo et al., 2013).</p> <p>Os principais sintomas clínicos motores se constituem em tremores de repouso, rigidez muscular e alterações posturais (Wild et al., 2013). Outros distúrbios, como bradicinesia e redução de movimentos, constituem uma das maiores dificuldades dos pacientes, e eles podem estar associados com a dificuldade de iniciar a marcha, devido à redução da velocidade, equilíbrio e instabilidade estática e dinâmica, fatores que são preponderantes para a marcha patológica (Cho et al., 2010).</p> <p>As principais alterações na marcha são: dificuldade da regulação espaço-temporal, reduzido comprimento de passada (CP), maior frequência de passada (FP), maior tempo do duplo apoio dos pés no chão, e maior variabilidade dos parâmetros espaço-temporais em relação aos sujeitos controle (Hausdorff et al., 2003; Cho et al., 2010; Frazzitta et al., 2013). Na DP, o parâmetro que mais prejudica a caminhada e promove quedas é a redução do CP e a incapacidade de controlar a FP, devido à</p>	<p>A Doença de Parkinson afeta os movimentos das pessoas. Quem sofre da doença de Parkinson pode ter tremores e lentidão nos movimentos, ficar com os músculos e as articulações endurecidos, se desequilibrar com mais frequência e apresentar problemas na fala e na escrita.</p> <p>Ainda não se sabe bem as causas da Doença de Parkinson. Mas os especialistas dizem que elas têm a ver com a presença ou ausência de dopamina. E o que é dopamina? Dopamina é uma substância produzida por células do cérebro com a função de levar as correntes nervosas ao corpo. Se faltar dopamina, as correntes nervosas não acontecem. Se as correntes nervosas não acontecem, os movimentos ficam prejudicados ou podem aparecer outros sinais, como colocamos antes.</p> <p>Um dos maiores problemas para quem tem a Doença de Parkinson é a dificuldade para andar. Muitas vezes, os movimentos para a caminhada ficam mais demorados ou até diminuem. Algumas vezes, a pessoa parece que congela, como se os pés estivessem grudados no chão. É muito comum que as pessoas com Parkinson caiam quando caminham. Os especialistas dizem que isso acontece porque o tamanho dos passos da pessoa com Parkinson fica menor. Como o tamanho do passo é menor, ela tem que dar mais passos e ficar com os dois</p>

¹³ Texto adaptado de: MONTEIRO, E. P.; WILD, L. B.; MARTINEZ, F. G.; PAGNUSSAT, A. S.; PEYRÉ-TARTARUGA, L. A. Aspectos biomecânicos da locomoção de pessoas com doença de Parkinson: revisão narrativa. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE)**, publicada sob a responsabilidade do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/es-aspectos-biomecnicos-da-locomocao-pessoas-articulo-S0101328915301190?referer=buscador>. Acesso em: 03 jan. 2019.

festinação, e à alteração nos padrões posturais (Morris et al., 2005; Cho et al., 2010). [...]	pés apoiados no chão por mais tempo, e isso aumenta a chance de ela se desequilibrar e cair. [...]
Índice Flesch: 11.160	Índice Flesch: 61.621

Fonte: elaborado pelas autoras.

Tendo em conta o perfil do nosso leitor-alvo, submetemos todos os trechos acima – originais e reescritos, cada um, isoladamente, ao também já mencionado sistema Coh-Metrix-Port.

Verificando apenas o IF, tivemos números maiores para as reescritas. Conforme já comentamos, quanto maior o número na indicação do IF, mais acessível, em tese, é o trecho. Podemos estimar, portanto, que as nossas reescritas estejam mais fáceis para o leitor em foco. Entretanto, trata-se apenas de uma possibilidade. Para confirmação efetiva de maior ATT, é necessário fazer um cotejo com outras métricas de avaliação textual, em um enfoque multifatorial e multidimensional. Depois disso, e principalmente, é preciso testar a compreensão com leitores.

Como podemos ver nos exemplos acima, a temática da ATT, conforme a temos tratado desde 2016, está intimamente relacionada com o tema da CT. E essa temática da CT, por sua vez, relaciona-se com pesquisas sobre compreensão e estratégias de leitura, sobre tipificação de leitores e sobre elementos linguísticos associados a dificuldades de compreensão de leitura. A questão básica que nos move é a seguinte: com que critérios – cientificamente amparados - escolheremos palavras, terminologias e frases para facilitar a compreensão do texto para o nosso público-alvo?

Na bibliografia estrangeira, segundo Davison e Green (1988, p.1-4), há registros de pesquisas sobre complexidade linguística – ou *readability* ou *legibilidade* - pelo menos desde os anos 1920. Tais estudos surgiram pela necessidade “singela”, mas inadiável e até imediata, de se adaptarem materiais de leitura para públicos específicos. Imaginamos que recorrer a esse corpo de conhecimentos historicamente construído e revisar a bibliografia relacionada possa nos auxiliar na busca de respostas para a nossa

questão.

Já mesmo nesse trabalho de Davison e Green (1988), por exemplo, há dois estudos dedicados a problemas de compreensão de textos científicos ou técnicos em uma perspectiva global. Um deles refere-se ao trabalho em que trechos de manuais de instrução da Marinha da OTAN (BAKER; ATWOOD; DUFFY, 1988) foram apresentados em versões originais e simplificadas para testes de compreensão com um grupo de leitores técnicos de formações diferenciadas. Outro foi um experimento com cartas de *recall* de fabricantes de veículos, cuja proposta era a elaboração dessas cartas de um modo mais acessível para um consumidor leigo.

No que se refere especificamente às linguagens especializadas e textos técnico-científicos em português, segundo já observamos, não há muitas referências de estudos que abordem a questão da compreensão leitora no cenário brasileiro. Nessa direção, em Finatto (2011), já tentamos contextualizar uma reflexão sobre a CT no âmbito das linguagens especializadas e dos estudos de Terminologia no Brasil. Nesse trabalho, foram aproveitadas as ideias de Ciapuscio (1998), autora que examinou textos escritos em espanhol com uma mesma temática dirigidos a leitores com perfis diferentes – especialista, semileigo e leigo, inaugurando a temática no espaço Sul da América Latina.

Em trabalho posterior, com tal encaminhamento, Ciapuscio (2003) propôs uma categorização dos textos científicos com base no propósito do texto, nos seus interlocutores, que, por sua vez, determinariam os níveis de conteúdo semântico e formal-gramatical. Tais critérios relacionam-se profundamente com a CT e a ATT, porque se coloca a situação em que textos técnico-científicos – e respectivas terminologias - foram “adaptados” ao seu destinatário, e isso representou densidades terminológicas diferentes em cada texto.

f) ATT do passado ao presente

Na busca de respostas para a nossa questão tão atual – pelo menos no contexto brasileiro - sobre como promover a ATT, nosso mais recente estudo está sendo feito, paradoxalmente, com textos de Medicina bastante antigos. São materiais impressos em português, que foram produzidos no século XVIII. Recorremos a eles porque, conforme seus autores, deveriam ser acessíveis para os “profissionais” de Saúde da época que não tivessem muita “erudição”.

Ao propor um estudo diacrônico sobre as terminologias associadas às enfermidades em Medicina em português (inspirando-nos em MURAKAWA, 2013), estamos trabalhando, inicialmente, com uma obra impressa em Portugal, em 1707, de autoria do alentejano João Curvo Semedo, um dos médicos mais famosos do seu tempo. Semedo atuou junto à Casa Real de Portugal e foi uma figura reconhecida também na Espanha, onde teve obras citadas e traduzidas ou comentadas, impressas também em castelhano.

Seus livros foram bastante utilizados no espaço do Brasil Colônia, tomados como obras de estudo e de consulta por diferentes cirurgiões-barbeiros (LOURENÇO, 2016), a classe de trabalhadores que antecedeu, historicamente, a classe dos nossos atuais médicos. Um outro diferencial de Semedo é a opção pela escrita em português, frente à tradição de obras disponíveis apenas em latim.

Nessa iniciativa, estamos organizando um *corpus* histórico, que é apenas uma amostra, composto por obras relacionadas ao macrotema “doenças e seus tratamentos”, o qual será oferecido em um ambiente de estudos associado à Terminologia e à Linguística Histórica. Mais detalhes e a própria obra de Semedo podem ser conferidos em <http://www.ufrgs.br/textecc/terminologia>, como também no nosso artigo (FINATTO, 2018). Essa pesquisa visa também a contribuir para aproximar os estudos linguísticos baseados em *corpus*, realizados com apoio informatizado, e as

assim chamadas “Humanidades Digitais”, conforme bem nos explica e contextualiza Freitas (2017).

5. Considerações Finais

Acreditamos que o exposto neste artigo esteja de acordo com o seu título - Terminologia e Acessibilidade: novas demandas e frentes de pesquisa. Como vimos, muito ainda há a ser estudado e concretamente realizado em prol de uma verdadeira ATT. Afinal, em nosso país, 92% da população, conforme os dados do INAF de 2016, não conseguem se apropriar do que leem.

Os desafios do trabalho da pesquisa linguística em Terminologia são múltiplos, ainda mais considerando a poliedricidade dos temas da CT ou da ST. Mas, além desses, há desafios mais “difusos” a enfrentar associados à ideia de letramentos. Um exemplo disso vemos quando algumas pessoas – inclusive pesquisadores de Letras – opinam que, em termos de compreensão de leitura de textos sobre temas de Saúde ou sobre temas de Direito, oferecer textos simplificados seria algo como “nivelar por baixo”.

O ideal, concordamos, seria que todos os brasileiros pudessem ter conhecimentos e uma escolaridade suficientes para entenderem mensagens “simples” como seriam, por exemplo, as mensagens do MS sobre *botulismo* ou mesmo as informações produzidas por um Laboratório de Análises Clínicas sobre *sífilis*. Todavia, independentemente de opiniões particulares, de julgamentos difusos e até de alguns pré-conceitos, a dura realidade brasileira relativa à capacidade de múltiplos letramentos da maioria da população do Brasil está posta em uma série de índices oficiais e extraoficiais. Por isso, acreditamos que a temática em foco, especialmente a da promoção da ATT, seja ela entendida como uma qualidade ou como um ideal, seja como um tópico de pesquisa relevante no âmbito específico da Terminologia e/ou da Linguística Aplicada, merece ser divulgada e entendida como algo legítimo.

Finalizamos este texto reiterando o convite a todos que se interessam por este tipo de temática, em Terminologia, em diferentes ciências do Léxico ou em áreas afins. Fica o convite para considerar as várias possibilidades de estudos relativos à ATT que hoje se apresentam como fonte de pesquisa.

Referências Bibliográficas

ALUÍSIO, S. M.; GASPERIN, C. Fostering Digital Inclusion and Accessibility: The PorSimple project for Simplification of Portuguese Texts. **Proceedings of the NAACL HLT 2010 Young Investigators Workshop on Computational Approaches to Languages of the Americas**. New York: ACL, 2010. v. 1. p. 46-53.

ANTHONY, L. **AntConc** (Version 3.5.7) [Computer Software]. Tokyo, Japan: Waseda University. Available from: <http://www.laurenceanthony.net/software>, 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS – AMB. **O Judiciário ao Alcance de Todos** – Noções Básicas de Jurídiquês. Disponível em: <http://www.amb.com.br/portal/juridiques/livro.pdf>, p. 4. Acesso em: 13 ago. 2018.

BAKER, E. L.; ATWOOD, N. K.; DUFFY, T. M. Cognitive Approaches to Assessing the Readability. In: DAVISON, A.; GREEN, G. M. (ed.) **Linguistic complexity and text comprehension**. Readability issues reconsidered. Hillsdale, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

BIDERMAN, M. T. C.. A face quantitativa da linguagem: um dicionário de frequências do português. **Alfa**, São Paulo, n. 42, p. 161-181, 1998.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.540.580. 26/10/2017. **Site do STJ**. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp#DOC1>. Acesso em: 13 ago. 2018.

CARPIO, P. M. S. **Abaixando o cocho**: adaptação de textos sobre doenças causadas pela inalação de amianto destinados para o público leigo. Trabalho de conclusão de curso. Bacharelado em Letras. Porto Alegre, UFRGS, 2017.

CIAPUSCIO, G. E. **Textos especializados y terminología**. Barcelona: IULA, 2003.

CIAPUSCIO, G. E. La terminología desde el punto de vista textual: selección, tratamiento y variación. **Organon**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 43-65, 1998.

DAVISON, A.; GREEN, G. M. (eds.) **Linguistic complexity and text comprehension: readability issues reconsidered**. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum Associates, 1988. 291 p.

DUBAY, W. H. **The Principles of Readability**. 25 August 2004. Disponível em: <http://www.impact-information.com/impactinfo/readability02.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

FETTER, G. L. Acessibilidade textual para agricultores familiares: análise sistêmico-funcional da terminologia. **Revista Inventário**, Salvador- BA, n. 21, p.19-34, julho 2018.

FETTER, G. L. **Divulgação tecnológica para agricultores familiares: análise de terminologias sob a ótica da Linguística Sistêmico-Funcional**. 2017.535 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FINATTO, M. J. B. Termos, textos e textos com termos: novos enfoques dos estudos terminológicos de perspectiva linguística. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. v.2, p. 341-358. 381p.

FINATTO, M. J. B. Complexidade textual em artigos científicos: contribuições para o estudo do texto científico em português. **Organon**, Porto Alegre – RS, v. 25, n. 50, p. 67-100, jan-jun 2011.

FINATTO, M. J. B.; EVERS, A.; STEFANI, M. Letramento científico e simplificação textual: o papel do tradutor no acesso ao conhecimento científico. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 26, n. 52, p.135-158, jan./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5902/2176148525328>

FINATTO, M. J. B. Corpus-amostra português do século XVIII: textos antigos de Medicina em atividades de ensino e pesquisa. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia – MG, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 435-464, mar. 2018. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/40004>. Acesso em: 27 jul. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/DL33-v12n1a2018-15>.

FREITAS, C. Estudos linguísticos e Humanidades digitais: *corpus* e descorporificação. **Gragoatá**, Niterói- RJ, v. 22, n. 44, p. 1207-1227, set-dez. 2017.

FULGÊNCIO, L.; LIBERATO, Y. **Como facilitar a leitura**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

GEAN, C. C.; KAESTNER, C. A. A. **Uma Experiência de Utilização da Análise Semântica Latente Para o Tratamento de Documentos**. 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10915/22603>. Acesso em: 13 ago. 2018.

HOFFMANN, L. Conceitos básicos da Linguística de Linguagens Especializadas. In: FINATTO, M. J. B.; ZILIO, L. (org.). **Textos e termos por Lothar Hoffmann, um convite para o estudo das linguagens técnico-científicas**. Porto Alegre: Palotti, 2015. 256 p.

JAKOBSON, R. On linguistic aspects of translation. In VENUTI, L. (ed). **The Translation Studies Reader**. London: Routledge. pp. 126-131, 1959.

KLEIMAN, A. **Texto e Leitor**: aspectos cognitivos da leitura. 5.ed. Campinas: Pontes, 1997.

KRIEGER, M. da G. Por que Lexicografia e Terminologia: relações textuais? In: **VIII Encontro do CELSUL**, 2008, Porto Aegre. Anais do VIII Encontro do CELSUL. Porto Alegre: CELSUL, 2008. Disponível em: http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VIII/lexicografia_e_term_inologia.pdf. Acesso: em 18 ago. 2018

LEFFA, V. J. Fatores da Compreensão na Leitura. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n.15, p. 143-159, 1996. Disponível em <http://www.leffa.pro.br/textos/trabalhos/fatores.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.

LOURENÇO, T. S. **O médico entre a tradição e a inovação**: João Curvo Semedo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, Niterói-RJ, 2016. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2002.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2018.

MURAKAWA, C. de A. A. Vocabulário das enfermidades em documento do Brasil colonial: o relato de prodigiosa Lagoa (1749). In: MURAKAWA, Clotilde de A. A.; NADIN, O. L. (Org.). **Terminologia**: uma ciência interdisciplinar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, p.83-102.

MOTTA, E. 2018. Índices de complexidade textual em Sentenças dos Juizados Especiais Cíveis do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Inventário**, Salvador- BA, n. 21, p.19-34, julho 2018.

MOTTA-ROTH, D.; SCHERER, A. S. Popularização da ciência: a interdiscursividade entre ciência, pedagogia e jornalismo. **Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, [S.l.], v. 11, n. 2, p. Port. 164-189 / Eng. 171-194, mar. 2016. ISSN 2176-4573. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/23671>. Acesso em: 27 jul. 2018.

PASQUALINI, B. F. **Leitura, tradução e medidas de complexidade textual em contos da literatura para leitores com letramento básico**. 2012. 155f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PASQUALINI, B. F. **CORPOP**: um *corpus* de referência do português popular escrito do Brasil. 2018. 250 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PEREIRA, V. W.; BARETTA, D. Compreensão literal e inferencial em alunos do Ensino Fundamental. **Signo**, Santa Cruz – RS, v. 43, p. 53/77-61, 2018.

PERINI, M. A. Tópicos discursivos e legibilidade. *In*: PERINI, M. A. (cord.) **Definição linguística da legibilidade**. Belo Horizonte: Relatório de Pesquisa ao Inep, 1982.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 176 p.

SCARTON, C. E.; ALUÍSIO, S. M. Análise da Inteligibilidade de textos via ferramentas de Processamento de Língua Natural: adaptando as métricas do Coh-Metrix para o Português. **Linguamática** (Revista para o Processamento Automático das Línguas Ibéricas), Porto- v. 2, n. 1, p. 45-61, 2010. Disponível em: <http://linguamatica.com/index.php/linguamatica/article/viewfile/44/59>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SILVA, R. S. **Diagramação**: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Jan/Fev/Mar/Abr 2004, n. 25, p. 5-17. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018.

VERÍSSIMO, L. F. Quem. **Zero Hora**. Porto Alegre, 9 abr. 2018.

ZETHSEN, K. K. Intralingual translation: an attempt at description. **Meta**, Montreal - Canadá, 54 (4). p. 795-812, 2009.

ZETHSEN, K. K.; HILL-MADSEN, A. Intralingual Translation and Its Place within Translation Studies – A Theoretical Discussion, **Meta**, Montreal - Canadá, Décembre (2016). 61(3), 692–708.

Artigo recebido em: 19.08.2018

Artigo aprovado em: 03.10.2018